



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

RODRIGO LUIS COMINI CURI

**Um estudo sobre a evolução da estrutura social e da
desigualdade no Brasil (1950-2010)**

Campinas
Agosto de 2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

RODRIGO LUIS COMINI CURI

**Um estudo sobre a evolução da estrutura social e da
desigualdade no Brasil (1950-2010)**

Prof. Dr. Waldir José de Quadros – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO RODRIGO LUIS COMINI CURI E
ORIENTADO PELO PROF. DR. WALDIR JOSÉ DE
QUADROS.**

Orientador

CAMPINAS
2015

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

C925e Curi, Rodrigo Luis Comini, 1989-
Um estudo sobre a evolução da estrutura social e da desigualdade no Brasil (1950-2010) / Rodrigo Luis Comini Curi. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Waldir José de Quadros.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Igualdade. 2. Estrutura social - Brasil. 3. Mobilidade social - Brasil. I. Quadros, Waldir José de, 1949-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A study of the social structure and inequality in Brazil (1950-2010)

Palavras-chave em inglês:

Equality

Social structure - Brazil

Social mobility - Brazil

Área de concentração: Teoria Econômica

Titulação: Mestre em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Waldir José de Quadros [Orientador]

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky

Data de defesa: 14-08-2015

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RODRIGO LUIS COMINI CURI

Um estudo sobre a evolução da estrutura social e da desigualdade no Brasil (1950-2010)

Defendida em 14/08/2015

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Waldir José de Quadros".

Prof. Dr. WALDIR JOSÉ DE QUADROS
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Carlos Alonso Barbosa de Oliveira".

Prof. Dr. CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky".

Profª. Drª. CELIA DE ANDRADE LESSA KERSTENETZKY
UFF

A Dona Enide, por me ensinar
a enfrentar os desafios da vida
com paciência e bom humor.

Agradecimentos

Agradeço, antes de mais nada, a meu orientador, prof. José Waldir de Quadros, pela paciência, calma e clareza em seus ensinamentos. Se hoje me sinto um pouco mais capacitado para a pesquisa, devo isto a ele. Sua percepção e talento em aliar a teoria econômica e análise empírica à realidade brasileira, com o compromisso incansável em compreender as transformações e dinâmicas econômicas e sociais a partir da observação da realidade me inspirou a trabalhar sobre este tema, e sempre ter em meus pensamentos que o trabalho científico não representa um fim em si mesmo, mas sim serve a um propósito social de progresso e melhoria de vida de toda a população.

Agradeço também aos professores Denis Maracci Gomes, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, que, para minha felicidade, aceitaram participar de minha banca de qualificação, e a prof. Célia Lessa Ketersnetzky, que, junto com o prof. Alonso, esteve presente em minha banca de defesa. Me sinto honrado e profundamente agradecido por tê-los em minha banca. Pude aprender muito e levarei seus conselhos e ensinamentos em pesquisas futuras.

Sou grato também por ter conhecido tantas pessoas durante esses (quase) três anos que passei em Campinas. Todo o meu aprendizado ao longo desse tempo foi possível também graças às pessoas com quem partilhei desses momentos – de alegrias, tristezas, discussões, diversões, e por aí vai. Diante do intenso movimento de chegadas e saídas que é natural à pós-graduação, ao mesmo tempo em que me despedia com tristeza de meus amigos antigos tinha a alegria de partilhar da companhia de novos que chegavam. Não pretendo citar todos aqui, até porque não seria justo pois, dada minha fraca memória, acabaria esquecendo de alguém. Mas, agradeço em especial à minha primeira turma, Diogo Albuquerque, Daniel Anônimo, Isabela Isa, Henrique Bastos e Amanda. Sinto muita saudade do tempo em que estávamos todos presentes, e espero que até o final do ano possamos nos reunir de novo. Também aos amigos Guilherme Lopes, João Sinistro, Chicão, Redondo, Bruno Marchetto, Lucas, Thomas, Filipe Póssas, João, Jaime, Murilo, Arthur, Daniel, Vitão, Puga, Tati, Bia, Taci, Rodrigão, Thiago, Daniel, Edson, Paulo Wolf, Thomas, Bruninho, Pedro Rossi, Beto, Marcela, entre tantos outros que pude compartilhar, ao menos um pouco, da presença ao longo deste mestrado.

Sou muito grato ao futebol da pós e ao futebol de campo do IE, em que sempre aguardava um novo jogo ou treino com ansiedade. Além de ser um momento de afastar as tensões do curso, por vezes com uma entrada mais dura em algum colega, foi um espaço de

amizades, alegrias, risadas, discussões intelectuais e evolução pessoal. Com certeza a saudade destes momentos vai ser forte. Agradeço ao Bruno Marchetto por organizar incansavelmente o futebol da pós, e a todos que formam esse grupo espetacular. Também ao Guilherme Lopes, parceiro do campo, e ao time com quem tive o prazer de não ganhar nada, só as coisas mais valiosas, que são os amigos.

Fora da economia, agradeço ao Mineiro e ao meu primo, Henrique Curi, com quem pude conviver muito nesses últimos dois anos. A presença de vocês foi muito boa para minha vida, e além das parcerias nos muitos momentos de dificuldades em Barão Geraldo, também pude contar com diversos momentos de alegrias, lembranças que vou levar aonde for.

Agradeço a minha família de Amparo, que sempre me acolheu com amor e disposição. Ao Mário Curi, Teresa Curi, Henrique Curi, Mariana Curi, muito obrigado por tudo. Ficou mais fácil fazer meus trabalhos sabendo que ao final de semana poderia descansar e desfrutar da presença de vocês, da alegria e de toda a ajuda que vocês me deram. Sou muito agradecido por isso.

Em especial, agradeço a minha vó, Enide Curi. É para ela que dedico este trabalho. Tive a oportunidade única de me aproximar ainda mais dela nesses tempos de campinas e aprender muito com ela. Sua humildade e alegria representavam para mim uma fonte de inspiração. Seu carinho e sua disposição me acalantavam em momentos de dificuldades, e procurei retribuir o máximo que eu pude. E sua força, perseverança e bom humor no enfrentamento dos desafios que a vida apresentou à ela me deu mais que admiração. Me deu o exemplo, que vou levar aonde for e no caminho que escolher. Muito obrigado pela força e pelo eterno apoio, amor e carinho.

Agradeço ao meus irmãos Rafael Curi, Juliana Curi, Bruno Araújo e Michele Araújo. Me vem sempre a alegria quando penso em vocês, e que ajudaram muito neste trabalho, de diversas formas. Agradeço em especial ao Rafael, por ser pai do Eduardo Tessman Curi, que junto com o João Pedro formam um grupo de sobrinhos audaz e aventureiro, com quem me identifico e fico feliz de poder participar de suas vidas.

Agradeço a minha mãe, Ana Maria, pelo apoio sempre com amor e carinho de mãe. Muito obrigado por me dar a certeza de que sempre poderei contar com você em minha vida.

Agradeço ao meu pai e minha tia, Luiz Curi e Emília Curi. Sem vocês tenho a certeza de que seria impossível realizar este trabalho. Não tenho palavras para expressar o quanto sou

grato e feliz por toda a ajuda, material e mental, que vocês me deram nessa trajetória. Me considero com no mínimo sorte por tê-los fazendo parte desta história, e de muitas outras que virão. Por mais que as vezes os desentendimentos fossem inevitáveis, como é natural na vida, cada conselho, cada auxílio, cada conversa eu levo comigo como aprendizado, sabendo que o conteúdo é muito mais importante que a forma com que é aplicado. Vocês foram a essência de tudo isso, e que, antes de mais nada, tornaram essa minha evolução possível.

Por fim, agradeço a Catarina Cósta. Não tenho palavras para descrever o quanto sou feliz ao seu lado e o quanto você foi importante para mim neste tempo, que foi muito além de toda a esgotante revisão e conselhos ao longo deste trabalho. Seu apoio em minha ida a campinas, com todas as dificuldades que a distância pode causar, sua presença sempre que precisei, sua força em me motivar a nunca desistir dos meus sonhos, seu sorriso radiante, sua paciência e toda a evolução pessoal que compartilhamos são extremamente importantes para mim, e levo sempre em meu coração. Você me ensina muito, a cada dia. A você só tenho a agradecer pelo amor e por fazer parte das aventuras da minha vida, em que também tenho a felicidade de fazer parte das suas. Que venham muitas outras.

*“Caminhando pela noite de nossa cidade
Ascendendo a esperança e apagando a escuridão
Vamos, caminhando pelas ruas de nossa cidade
Viver derramando a juventude pelos corações
Tenha fé no nosso povo que ele resiste
Tenha fé no nosso povo que ele insiste
E acorda novo, forte, alegre e cheio de paixão”*

Milton Nascimento – Credo

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução da desigualdade social brasileira entre os anos de 1950 a 2010. O tema é estudado de forma ensaística, ao buscar os diversos pontos de contato com as mudanças na estrutura e mobilidade social ao longo do tempo considerado. Como desigualdade, se entende no trabalho não apenas os diferenciais de rendimentos, mas outros fatores como o acesso aos serviços de qualidade, a propriedade de riqueza, os monopólios de ascensão social e o papel do Estado na sociedade. A conclusão geral é que o extenso leque de padrões de vida que caracterizam a desigualdade social no Brasil é um problema estrutural. No momento em que o crescimento econômico expressivo gerava as condições para a universalização de um padrão de vida de qualidade para a população, o Estado se posicionou de forma plutocrática e autoritária, com pouca atenção as questões sociais. Com o esgotamento do modelo desenvolvimentista, o fim do crescimento e a adoção de uma orientação neoliberal na política econômica provocaram uma crise social e um aprofundamento nas desigualdades. Por fim, apesar das políticas de combate à pobreza no governo Lula permitirem uma ascensão social na base, elas não foram suficientes para que elevassem esse grupo a um padrão de vida verdadeiramente de classe média, o que os tornaram não mais do que remediados. Desse modo, a adoção de um projeto de desenvolvimento inclusivo e igualitário, que proporcione uma qualidade de vida civilizada para as camadas mais baixas e diminua o extenso leque que caracteriza a estrutura social do país representa um desafio, a ser enfrentado com a participação conjunta dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira.

Palavras chave: desigualdade, estrutura social, mobilidade, Brasil.

Abstract

This work aims to analyse the evolution of the Brazilian social inequality between the years of 1950 and 2010. This subject is study in an essayistic form, which seek the various common factors with changes in the social structure and mobility over time considered. As inequity, it is understood at work not only income differentials, but other factors such as access of quality services, the property of wealth, the monopolies of social ascent, and the State's role in society. The general conclusion is that the extense range of living standarts that characterize social inequality in Brazil is a structural problem. By the time the significant economic growth generated the conditions for the universalization of a quality standard of living for the population, the state has positioned as plutocratic and authoritarian, with little attention to social issues. With the exhaustion of the developmental model, the end of growth and the adoption of a neoliberal economic policy led to a social crisis and a deepening inequalities. Finally, despite the anti-poverty policies in the Lula government, that permit a rise in social base, this policies were not enough to ascent this group to a truly middle-class standard of living, which made them no more than remedied. Thus, the adoption of an inclusive and equitable development project, which provides a quality of civilized life for the lower layers and decrease the extensive range that characterizes the country's social structure is a challenge to be faced with the joint participation of various groups that form Brazilian society.

Key words: inequity, social structure, mobility, Brazil.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – A estrutura e mobilidade da sociedade brasileira no período de industrialização acelerada (1950 – 1980).....	6
Apresentação	6
1.1. O movimento da sociedade com a industrialização capitalista	8
1.1.1. A estrutura agrária.....	8
1.1.2. O Plano de Metas e o salto industrial.....	11
1.1.3. As alterações na estrutura social urbana com a industrialização pesada.....	14
1.2. A orientação plutocrática do Estado e suas consequências econômicas e sociais (1964 - 1980)...	19
1.2.1. A questão agrária: modernização produtiva, manutenção das estruturas e expulsão do campo	19
1.2.2. Movimento cíclico da indústria no período.....	26
1.2.3. Estrutura urbana: dinamismo e desigualdade.....	31
Considerações Finais.....	40
Capítulo 2 – O fim do dinamismo econômico e a regressão social: décadas de 80 e 90	41
Apresentação	41
2.1. Panorama econômico das décadas de 80 e 90.....	42
2.1.1. A crise econômica dos anos 1980	42
2.1.2. Anos 1990: estabilização e abertura econômica	47
2.2. A crise social dos anos 1980 e 1990.....	53
2.2.1. Anos 1980: mudanças na estrutura social com a estagnação econômica.....	54
2.2.2. A década de 90: Abertura econômica, desestruturação produtiva e crise social	63

Considerações Finais.....	76
Capítulo 3 - Mudanças econômicas e melhorias sociais no governo Lula (2002 – 2010)	76
Apresentação	76
3.1. A conjuntura econômica da década.....	78
3.2. Mudanças no mercado de trabalho e na distribuição de renda.....	83
3.3. Evolução da estrutura social brasileira no período:	87
3.4. A provisão de serviços públicos no governo Lula	91
Considerações Finais.....	95
Conclusão.....	97
Referências Bibliográficas	102

Introdução

A questão da desigualdade social no Brasil representa, para além de um assunto complexo e sem um consenso teórico, um problema histórico e estrutural, que assola o país desde seus primeiros passos e se reproduz incessantemente. Ao se voltar o olhar para o século XX, momento de intensas mudanças na estrutura econômica nacional, observou-se que os progressos industriais e materiais brasileiros, que se colocaram inseridos ao que representavam as modernas economias capitalistas mundiais, foram acompanhados de reproduções e aumentos das já existentes e exorbitantes desigualdades sociais.

As expectativas de que a modernização da economia e a industrialização resolveriam as questões referentes a imensa exclusão e pobreza do Brasil minguaram ao se observar a estrutura social ao final dos anos 1980. É certo que, entre 1950 e 1980, a estrutura social do país viveu uma dinamização expressiva. Também é certo que a pobreza diminuiu, e havia uma mobilidade ascendente para quase toda população. Porém, frente a esse processo também ocorria um aumento do leque social, quando se considera os estilos de vida dos diferentes grupos que compõe a sociedade, ainda na presença de um grande volume populacional com padrão de vida insuficiente e miserável.

Se não foi possível ao Brasil a criação de uma infraestrutura social mais justa e igualitária frente ao intenso progresso material dos anos de expansão econômica acelerada, a crise dos anos 1980 e 1990 só poderia levar a uma regressão social violenta. Observa-se então nesse período o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, intensificados na década de 90 com a orientação liberal assumida pelo governo, em que há uma perda importante dos direitos sociais conquistados anteriormente. Desse modo, o fim do crescimento econômico se alia ao fim da mobilidade social e ao aumento das desigualdades no país – momento em que ganha expressão a valorização financeira para o crescimento da acumulação de renda e riqueza e do padrão de vida da cúpula social.

Mesmo com a eleição de um partido e de um governante pertencentes a uma ala dita mais progressista e com a recuperação do crescimento econômico, entre 2002 e

2010 o compromisso do Estado se voltou às necessidades de consumo das camadas mais baixas da população, deterioradas por duas décadas de crise. Ocorreram, portanto, medidas importantes no sentido de reduzir a miséria e preencher os anseios e as necessidades de consumo deste imenso grupo populacional. No entanto, pouco se fez para que se abrissem os canais de acesso a um padrão de vida moderno e civilizado para uma fração expressiva deste grupo populacional. Tal padrão vai muito além do consumo de bens duráveis e do preenchimento de necessidades mais básicas, como a alimentação. Embarca também questões como uma educação de qualidade que forme um pensamento crítico, de acesso aos serviços sociais básicos como saúde, segurança pública e saneamento básico, das condições decentes de habitação, da participação política nas decisões do Estado, etc. Nesta perspectiva, a recuperação do crescimento e as políticas de governo permitiram aos que saíram da pobreza grande acesso aos bens de consumo desejados (em frente também a um intenso endividamento), porém com dificuldades de prover um padrão de vida decente, nas linhas traçadas, para si próprio e sua família¹.

Diante deste quadro, as desigualdades sociais no país colocam-se como uma questão estrutural. Mais precisamente, as estruturas de exclusão do Brasil remontam a sua própria formação, a partir de sua colonização exploratória. Foge ao escopo da dissertação o tratamento destas heranças históricas, porém é importante destacar que sua manutenção ao longo do tempo foi determinante para a conformação de uma sociedade nacional excludente.

Cabe ressaltar que, grosso modo, dentre essas heranças está a manutenção do monopólio da terra por um pequeno grupo de grandes produtores rurais, base da organização agrícola colonial. Aliado a este fator estavam a abolição da escravidão com a ausência de mecanismos de proteção e integração dos ex-escravos ao sistema de trabalho livre, que, aliados à população nacional que já fazia parte do sistema livre e aos imigrantes, compunham um excedente de mão de obra considerável a ser explorado pelo grande latifundiário².

No séc. XX, o encaminhamento da questão agrícola com base na manutenção do monopólio da grande propriedade de terra e da exploração da fronteira agrícola nesses moldes acabou por expulsar do campo um imenso contingente populacional para o meio

¹ Quadros (2010).

² Henrique (1999).

urbano que se formava. A intensa expulsão da população rural, aliada à rápida urbanização do país entre 1950 e 1980, acabou por conformar um mercado de trabalho urbano concorrencial e selvagem, com um excedente populacional que não pode ser totalmente absorvido pelo mercado de trabalho formal – mesmo com o grande crescimento do emprego industrial no período. Esse fato, em conjunto com a baixa organização dos movimentos sindicais em um quadro de ditadura militar pós-1964, acabou por gerar uma estrutura de rendimentos baixa e desfavorável a maioria dos trabalhadores³.

Se pelo lado do trabalho havia muitas dificuldades de integração a um padrão de vida civilizado, a atenção do Estado aos serviços sociais se mostrou insuficiente na evolução histórica. Ao trazer a atenção para o período de consolidação industrial no país e expansão econômica vertiginosa, o compromisso do Estado visou sobretudo o progresso econômico, com os gastos sociais voltados principalmente para os interesses privados. Com o fim do período desenvolvimentista, o Estado se fragiliza financeiramente, o que limita ainda mais os gastos sociais. Nesse sentido, os direitos da população se colocaram através de seu posto de trabalho, diante de um mercado concorrencial e selvagem, fato que recondiciona progressivamente a pobreza no país⁴.

Com base nesta breve contextualização do tema, o objeto de estudo da dissertação é a evolução da estrutura e mobilidade social no Brasil nos anos entre 1950 e 2010. É preciso que fique claro que, para o presente trabalho, o problema não é a desigualdade social em si, mas a manutenção e reprodução ao longo do tempo de uma maioria populacional em condições de extrema pobreza e de dificuldades frente a uma cúpula populacional excessivamente rica e confortável. Mais precisamente, a questão central se coloca sobre as barreiras que impedem a ascensão social das camadas mais baixas da sociedade a padrões de vida civilizados.

Ao se debruçar sobre este assunto, o trabalho se propõe a explicitar e refletir sobre os processos de reprodução das estruturas de exclusão social e de aumento das desigualdades no país no período considerado. Nesse âmbito, a desigualdade social será analisada nesta dissertação de forma ensaística, através do resgate de alguns de seus

³ Henrique e Oliveira (2010).

⁴ Ibid (2010).

aspectos nos diferentes períodos históricos e a partir de seus diversos pontos de contato com a análise da mobilidade social.

Dito isso, é importante ressaltar primeiramente que, para esta dissertação, as questões referentes a grande diferenciação de padrões e estilos de vida no Brasil não é um simples fruto das mudanças conjunturais e estruturais da economia brasileira. Nesse sentido, não será considerada a ideia de que, ao se atingir um crescimento econômico elevado e sustentado, os problemas sociais seriam “automaticamente” resolvidos. Como a própria história da industrialização brasileira mostrou, a ideia da teoria do “bolo”, na qual é preciso primeiro crescer para depois distribuir, desfaleceu-se ao final dos anos 1980 com o fim do crescimento econômico e com um grande contingente populacional em dificuldades de subsistência.

É preciso ressaltar também que o resgate dos aspectos da desigualdade social ao longo do período considerado leva em consideração esta questão com base em um conceito mais amplo, para além apenas das diferenciações de distribuição de renda. Nesse sentido são considerados para o entendimento da desigualdade a oferta de serviços públicos, os monopólios de ascensão social (como a restrição à educação de qualidade), o poder de participação política dos diversos grupos sociais, a concentração de riqueza, etc. Não cabe à dissertação uma definição conceitual de desigualdade social, mas sim ressaltar que ela vai além da distribuição de renda na economia⁵.

Ademais, para a análise da estrutura e mobilidade social, não será considerado no trabalho uma estruturação da sociedade brasileira com base simplesmente estatística em relação à distribuição de renda. É tomado como referência, além dos trabalhos e Cardoso de Mello e Novais (2009) e Henrique (1999), a estruturação presente em Quadros (2008)⁶. Desse modo, é considerada para a estratificação social, além da renda, a ideia de padrão de vida de cada classe, a partir de suas correspondentes ocupações típicas. Com isso, é possível abarcar com maior veracidade as mudanças sociais, ao considerar tanto as mudanças na renda quanto no emprego, que se refletem assim em alterações no padrão de vida da população.

⁵ Esta dissertação toma como referência para o tratamento da desigualdade social os trabalhos de Cardoso de Mello e Novais (2009) e Henrique (1999).

⁶ A referência em Quadros (2008) será usada com maior ênfase nos capítulos 2 e 3.

A dissertação se compõe em três capítulos, além desta introdução e de uma conclusão. O Capítulo 1 tratará da evolução da estrutura social no período de consolidação da industrialização no país e de expansão vertiginosa da economia, entre os anos 1950 e 1980. Se divide, portanto, em duas partes. A primeira busca analisar a criação de um setor produtor de meios de produção que caracteriza a industrialização do país, e as transformações sociais neste período. A segunda, por sua vez, se debruçará no período pós-1964, em que ocorrem níveis de crescimentos expressivos na economia e mudanças sociais importantes, tanto no meio urbano quanto no rural.

O Capítulo 2 ater-se-á ao período de crise econômica e social, correspondente às décadas de 1980 e 1990. Deste modo, após traçar um panorama econômico de ambas as décadas – retratando o esgotamento da orientação desenvolvimentista anterior e de crise do Estado, em um primeiro momento, e a orientação liberal a qual assume o governo, em um segundo momento – busca analisar alguns aspectos da regressão social que marcou esse período, consequência, dentre outras, do fim do dinamismo da economia e de sua desestruturação.

O Capítulo 3 consistirá em uma breve análise do governo Lula, entre 2002 e 2010. Buscará, portanto, refletir sobre a recuperação e a orientação do crescimento econômico neste momento, em que se observou uma aceleração do comércio mundial. Além disso, ater-se-á às mudanças na estrutura social, ligadas às políticas de valorização do salário mínimo e de transferências de renda do governo, no sentido de avaliar, a partir de uma literatura com visão mais crítica, a importância de tais transformações para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Por fim, algumas conclusões encerram a dissertação.

Capítulo 1 – A estrutura e mobilidade da sociedade brasileira no período de industrialização acelerada (1950 – 1980)

Apresentação

O Brasil observou, no período que se estende de 1930 a 1970, uma mudança de grandes proporções em sua estrutura econômica, que se traduziu em um movimento da sociedade como um todo. As alterações na estratificação social, nas relações entre as classes e no interior delas, nas formas de convivência social e nos anseios e necessidades da população refletem a orientação a que se tomou o desenvolvimento capitalista brasileiro durante esses anos, tendo como ponto chave a industrialização.

Por industrialização se entende, no presente trabalho, a constituição de **bases especificamente capitalistas de produção**, “(...) pelo surgimento de um setor especializado na produção dos elementos materiais que compõem o capital constante, que agora se autonomiza ante o setor destinado à produção de meios de consumo.” (BELLUZZO, 1998, p. 117). Há assim uma mudança interna no padrão acumulativo, com o desenvolvimento de uma estrutura industrial complexa, em que o núcleo principal é o setor pesado de bens de produção, de modo a consolidar o capital industrial como dominante no processo global de acumulação.

No período anterior a esse processo, conhecido como industrialização restringida (1933 – 55), já havia uma industrialização e expansão econômica assentada na capacidade **endógena** de acumulação – momento em que o setor industrial se liberta da economia cafeeira na realização dos lucros. No entanto, encontrava-se lenta e limitada pelas necessidades de importação, bem como com bases técnicas frágeis e condições de financiamento insuficientes para que se efetuasse um salto industrial ao se implementar o núcleo fundamental da indústria de bens de produção.

É necessário salientar que, apesar dos avanços restritos na base técnica industrial, em ambos os governos de Getúlio Vargas pretendia-se fazer avançar a

industrialização até suas bases completas. Nesse sentido, há um intenso desenvolvimento da capacidade regulatória e intervencionista do Estado, de modo a incorporar a regulação das relações sociais capitalistas⁷. Observam-se avanços (descontínuos) na capacidade fiscal e financeira, que se traduzem na gestão do crédito, dos juros, do câmbio e dos salários e na consolidação de um setor bancário público de fomento nucleado pelo Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O Estado foi ativo no planejamento e investimento em infraestrutura e em indústria de base a partir de atividade empresarial direta, além de apoiar o avanço da agricultura a partir do crédito e a urbanização e formação de um mercado de trabalho urbano. Com a estruturação e expansão do aparelho operativo, interventor e regulador do Estado, “(...) entre 1930 e 1955 estabeleceram-se os pré-requisitos fundamentais para o salto definitivo na direção de uma economia industrial plenamente constituída, na fase 1956-1960.” (DRAIBE, 2004, p. 230).

Como demonstra Cardoso de Mello (2009), a especificidade da industrialização capitalista nacional se traduz tanto pelo ponto inicial, a partir das condições criadas pela dinâmica exportadora cafeeira, quanto por surgir de forma retardatária, em um momento no qual a estrutura especificamente capitalista já está construída em âmbito internacional. Nesse contexto, seriam necessários para que se consolidasse no Brasil o padrão global de indústria uma imensa economia de escala, com grandes blocos de investimento e a incorporação de uma tecnologia complexa. Isso só foi possível devido principalmente à ação conjunta do Estado com a empresa oligopolista internacional.

Ao Estado couberam os investimentos maciços em infraestrutura e nas indústrias de base, bem como a sua associação com a grande empresa estrangeira, que, em um momento de grande concorrência entre os países centrais e com condições mais seguras de se investir no Brasil, permitiu que fossem criadas, a nível nacional, as condições para a libertação do processo de reprodução endógena do capital da fragilidade técnica. Assim, entre 1956 e 1961, se observou que,

“(...) de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo “salto tecnológico”; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito a frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento

⁷ Para uma visão detalhada do papel do Estado no período de industrialização restringida e de suas influências no salto industrial da segunda metade dos anos 50, ver Draibe (2004).

acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados” (CARDOSO DE MELLO, 2009, p. 95).

Apesar da crise entre 1962 e 1967 ter surgido como um problema de realização de um potencial produtivo crescente, o processo de industrialização capitalista brasileiro estava consolidado. E na observação do progresso obtido desde os anos 50 até o final dos anos 70, havia uma clara mudança na produção interna de bens de consumo duráveis e não duráveis, no grosso dos bens de produção e na produção agrícola, quando comparado com os anos anteriores. Havia também alterações significativas nos padrões de comércio, na oferta de serviços, nos transportes e comunicações, com crescimento e predominância da urbanização. Mais precisamente, são incorporadas as bases capitalistas típicas do mundo moderno, no que tange à produção e ao consumo (HENRIQUE, 1999).

Essa modernização industrial não veio, no entanto, acompanhada de uma maior justiça social, de uma integração dos indivíduos e de menores assimetrias no padrão de vida da população nacional. Ao contrário, se observa que, entre 1950 e 1980, há um processo contínuo de aumento das desigualdades e da exclusão social. Nesse sentido, o presente capítulo pretende tratar do movimento da sociedade brasileira a partir das alterações estruturais na economia, no período em questão.

O capítulo é dividido em duas seções. A seção 1.1, referente aos anos de 1950 a 1964, procura desenvolver com maior especificidade como se deu as alterações na estrutura e mobilidade social com o salto produtivo e tecnológico do período. A seção 1.2, por conseguinte, remonta-se ao período entre 1964 e 1980, em que serão levadas em consideração questões com relação à posição autoritária tomada pelo Estado com a ditadura militar e suas consequências para a estrutura social brasileira, bem como de seus principais arranjos econômicos. Com isso, se espera explicitar os aspectos gerais da evolução social e das desigualdades no período de industrialização e urbanização rápida.

1.1. O movimento da sociedade com a industrialização capitalista

1.1.1. A estrutura agrária

Nos anos 50, o Brasil compreendia um país predominantemente agrário, com um contingente populacional de cerca de 41 milhões de pessoas vivendo tanto no campo

quanto em vilarejos e pequenas cidades, contra os 10 milhões de pessoas nas grandes cidades que se formavam, e, do total de ocupações no país no início desta década, 60% correspondiam a esse setor⁸. É interessante então que a análise comece pelas questões referentes à região rural. A estrutura social do campo se dava, no limite superior, por um pequeno contingente de grandes proprietários do topo da pirâmide social, representando a oligarquia de latifundiários, como fazendeiros de gado, de cacau, usineiros, estancieiros, seringalistas. No extremo inverso, encontrava-se uma grande maioria de trabalhadores em terras alheias e pequenos proprietários, sendo estes assalariados temporários ou permanentes, posseiros, parceiros. Nas camadas intermediárias, localizavam-se médios e pequenos proprietários que empregavam e produziam para o mercado, e entre estes e a base, havia uma camada de pequenos proprietários que conseguiam manter um nível de vida melhor que a massa populacional rural (DIÉGUES, 1959; CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, 2009).

Os estratos sociais e suas correspondentes ocupações possuem reflexos em seu padrão de vida. E no campo a desigualdade social era extrema. Como dito, a grande maioria se encontrava na base da sociedade, e sua organização se dava em torno da família. Como explicita Durhan (1973, p. 60), “no Brasil rural, o trabalho agrícola foi, e é, essencialmente, uma atividade familiar”. O trabalho familiar nas camadas mais pobres era duro e de subsistência, e começava cedo para os jovens. A educação partia predominantemente da família, e em geral se voltava para as atividades de trabalho. Este se dava através de uma tecnologia precária e com baixos rendimentos. As condições de vida eram frágeis e miseráveis para este grupo, como observou Cardoso de Mello e Novais (2009 p. 19):

Moravam o pai, a mãe e os filhos, numa casa de taipa apertada, muito poucas de tijolo, chão de terra, telhado de sapé, (...). O trabalho é duro, de sol a sol, do homem, da mulher, dos filhos, os de sete, oito, nove anos já fazendo algum serviço leve. Em geral, todos mal alimentados, alguns desnutridos (...). Quando havia doença na família, a farmácia estava longe, o médico também, o remédio era caro. Todos descalços, um ou outro possuindo uma bota ou uma alpargata, as crianças nuas ou só de calçãozinho, barrigudas, cheias de vermes. As mulheres, umas velhas aos trinta anos. Poucos passando dos cinquenta. (...) Uma vida cheia de incertezas, vida sem grandes esperanças.

Na camada social logo acima, havia uma possibilidade de uma vida relativamente boa, o que denota as assimetrias sociais presentes.

⁸ Cardoso de Mello e Novais (2009), Henrique (1999).

No que tange à estrutura econômica e social do campo, o ponto central para a análise da desigualdade está no monopólio da terra pela oligarquia latifundiária, herança estrutural do antigo regime. O acesso à terra e sua posse, historicamente, dependem do poder político, e nesse ponto favoreceram um número pequeno de famílias poderosas e permitiram a reprodução da concentração, expulsando e condicionando aos seus interesses a maioria sem influência que buscava esse acesso (DURHAN, 1973)⁹. Com isso, as oportunidades aos que não faziam parte deste seletivo estrato se limitavam à ocupação na grande propriedade, como os parceiros e os assalariados, ou à busca de trabalho para si em terras próprias, geralmente terras precárias e com condições de trabalho desfavoráveis, e que também não excluía a possibilidade de complementar com o trabalho no latifúndio.

Em seu conjunto, a produção na grande propriedade contava com uma oferta de mão de obra abundante, devido ao crescimento demográfico e à precariedade de opções alternativas para a força de trabalho rural, como afirma Henrique (1999, p. 23)¹⁰:

Agora, a manutenção do controle do acesso à terra por uma minoria continuava garantindo estruturalmente uma disponibilidade elástica de mão-de-obra para a expansão da grande propriedade. (...) A grande propriedade pode, assim, impor condições adversas de trabalho e de remuneração, incluindo salários, à massa de trabalhadores rurais, e os poucos direitos trabalhistas estendidos ao campo até o início dos anos 60, como o salário mínimo e a sindicalização, permaneceram na prática letra morta.

Apesar da oferta abundante de terras, a concentração territorial e a predominância do emprego no campo no total de ocupações se traduziam em concentração de renda na economia brasileira. Na década de 1960, os 10% mais ricos se apropriavam de 39,6% da renda, e os 5% mais ricos de 11,9%, o que demonstra uma concentração significativa no país¹¹. É importante considerar também que o modo de produção rural naquele período se dava extensivamente, ou seja, dada a precariedade das técnicas produtivas e o rápido esgotamento do solo, havia a necessidade de uma expansão da ocupação de novas fronteiras agrícolas. Em um contexto de alta disponibilidade de terras, esse fato não representou um empecilho ao acúmulo das

⁹ Foge ao escopo do trabalho o estudo histórico sobre a propriedade privada da terra no Brasil, sendo importante a constatação de que o modelo de concentração foi reproduzido. Para uma análise mais detalhada sobre o tema, ver Diégues Jr. (1959), Novais (1995) e Furtado (1982).

¹⁰ Furtado (1982) trata de certa escassez de mão de obra, relativa à abundância de terras e às técnicas rudimentares no campo. Porém considera o fenômeno local e temporário, não sendo suficiente para forçar um aumento geral de salários.

¹¹ Serra (1982).

grandes empresas, sendo tal exploração mais econômica devido a baixas necessidades de capital e mão de obra barata (FURTADO, 1982). Porém, sendo um tipo de agricultura predatória, tal exploração acarretava altos custos:

Os maiores custos invisíveis se traduzem principalmente na destruição do patrimônio de recursos naturais do país e no sacrifício das massas rurais, que continuam submetidas às mais duras formas de exploração (FURTADO, 1982, p. 109).

Além disso, para o pequeno proprietário, as técnicas rudimentares e a consequente perda rápida da fertilidade do solo implicavam também a necessidade de novas terras. A ocupação de novas fronteiras veio acompanhada de avanços na malha rodoviária, nos meios de comunicação e na infraestrutura socioeconômica de suas correspondentes cidades, e representavam para a massa agrícola oportunidades de integração. Porém, como dito, predominou no Brasil um ingresso monopolizado ao território produtivo, e por mais que, de início, essa expansão aliviasse as tensões sociais, estas logo se reestabeleciam com a ocupação dos grandes produtores, por vezes com apoio do governo, através de conflitos e expulsões da população que buscava se estabelecer ou que ali já estava instalada.

Considerada tal estrutura agrícola, se torna mais frequente, nos anos 1950, o fluxo de migrações da população rural, tanto para novas áreas no campo quanto para o meio urbano. Entre 1950 e 60, 7 milhões de camponeses se dirigiram à vida nas cidades¹². Aos olhos dessa grande maioria desfavorecida, as cidades que cresciam e se desenvolviam, com os avanços industriais, representavam novas oportunidades e possibilidades de um padrão melhor de vida, o que fortalece assim o fluxo migratório para o meio urbano.

1.1.2. O Plano de Metas e o salto industrial

Como dito na apresentação, os anos 1950 e 1960, particularmente entre 1956 e 1961, mostraram um salto tecnológico característico da criação de uma base industrial capitalista. O marco do planejamento estratégico do período foi o Plano de Metas, do governo de Juscelino Kubitschek. Como observa Lessa (1981, p. 28), no que tange aos objetivos básicos do plano:

Em termos mais sumários, o Plano postulava investimentos diretos do governo no setor de energia-transporte e em algumas atividades industriais básicas, notadamente

¹² Oliveira (1998).

siderurgia e refino de petróleo – para as quais o ânimo empresarial havia se revelado insuficiente – bem como favores e estímulos ampliados à expansão e a diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com funções de produção de alta densidade de capital.

A organização estratégica estava voltada ao compromisso de mudanças na estrutura econômica, com a industrialização e com o crescimento, deixando em segundo plano as questões referentes ao balanço de pagamentos e nível de preços, bem como referentes à má distribuição da renda, sendo de pouca relevância os gastos sociais no Plano. Além disso, não se objetivava uma mudança na estrutura agrícola, que, mesmo com suas assimetrias sociais, possuía uma oferta de alimentos e produtos primários suficiente e não demonstrava ameaças à industrialização.

No que diz respeito aos resultados, o setor produtor de bens de capital e de bens de consumo duráveis foi o que mais cresceu, com média anual de 26.4% e 23.9%, respectivamente. Reflexo desse crescimento foi o notável desempenho também do setor de bens intermediários, de 12,1% ao ano, entre 1955 e 1962¹³. Ao final do período foram instaladas e desenvolvidas as indústrias automobilística e naval, elétrica e química pesada, de máquinas e equipamentos complexos, de produtos intermediários tais como a siderurgia, papel e celulose, borracha, cimento, metais não-ferrosos, além do setor de energia, como o petróleo, a energia elétrica, entre outros. Além disso, em relação aos transportes, houve grande expansão da malha rodoviária, da frota naval e do serviço portuário, sendo que o setor ferroviário não atingiu as metas previstas. O setor de transportes cresceu a 8,8% entre 57 e 61¹⁴. Importante também foi a criação de Brasília, momento em que foram comprometidos recursos significantes e que representou uma maior ampliação e integração do espaço econômico, através da interligação rodoviária com as grandes regiões do país¹⁵.

Em suma, o Plano de Metas obteve sucesso na intenção de diversificar a indústria ao realizar as principais metas e, no início dos anos 60, o país observou uma base industrial complexa. Observou também durante o Plano o PIB crescer a 7,9%¹⁶ ao ano, cumprindo também o compromisso com o crescimento econômico. Como exposto, os protagonistas dessa mudança estrutural foram o governo e a grande empresa multinacional, devido à necessidade de grandes investimentos iniciais e à complexidade

¹³ Serra (1982).

¹⁴ Lessa (1981).

¹⁵ Para um maior detalhamento empírico sobre os resultados do Plano de Metas, ver Lessa (1981).

¹⁶ Ibid (1981).

tecnológica. A atração de capital externo se deu majoritariamente através do forte endividamento para a importação de bens de capital. Nesse ponto, como salienta Serra (1982), exerceram papel decisivo as Instruções 70 e 113 da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), de 1953 e 1955, respectivamente., que disciplinavam as importações para os interesses industriais, geravam divisas para o Estado através de leilões e favoreciam as empresas estrangeiras no Brasil a importarem máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, sempre que julgado conveniente ao governo. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), também criado no começo dos anos 1950, favoreceu a captação de crédito externo e a orientação dos investimentos privados, bem como foi fundamental para a provisão de recursos de longo prazo¹⁷.

Com relação ao Estado, seu papel na regulação e intervenção econômica se diversificou (DRAIBE, 2004). As empresas estatais tiveram importância fundamental na produção de insumos e na infraestrutura econômica¹⁸. Havia o setor financeiro, no qual estavam presentes o Banco do Brasil e o BNDE, essencial para a articulação financeira dos grandes blocos de investimento. As agências de intervenção, como a SUMOC, já citada, e o Ministério da Fazenda, também exerceram papel importante na diversificação da arrecadação de impostos e na elaboração de orçamento, o que possibilitou, devido a articulação das várias instituições do setor financeiro, um aumento no grau de intervenção estatal na política monetária, bancária, de investimentos externos e comércio exterior, entre outras funções.

Apesar de possuir uma participação secundária na iniciativa de modernização econômica brasileira, a burguesia industrial nacional se aproveitou das oportunidades de negócios e investimentos criadas nesse movimento. Em torno da grande empresa multinacional e da estatal surge um espaço para o estabelecimento de empresas privadas nacionais, que passam a auxiliar as produções essenciais. A própria dinamização da economia gerou possibilidades nas indústrias de bens de consumo e no comércio. Além da pequena e média empresa, os grandes empresariados nacionais tiraram proveito e aumentaram sua renda e poder econômico. Mas no geral, em um contexto de salto desenvolvimentista brasileiro, estavam fixados nas oportunidades de negócios e nos investimentos para a acumulação econômica e lucro de curto prazo.

¹⁷ Ao final da década foram importantes também as operações de *swaps* para a captação de divisas.

¹⁸ A criação da Petrobrás, em 1953, foi decisiva para a garantia do monopólio de exploração do petróleo pelo Estado (SERRA, 1982).

Obviamente, esta constituição das bases produtivas se refletiu não só na geração de oportunidades de negócios e investimentos para a burguesia industrial, mas também diversificou as possibilidades de ocupações urbanas, no setor produtivo, estatal e privado, no setor de serviços, no financeiro, na gestão administrativa do Estado, para trabalhadores tanto com carteira assinada quanto aqueles na informalidade. Passemos agora o olhar sobre estas mudanças, e seus reflexos sobre a estrutura social e o estilo de vida da população urbana.

1.1.3. As alterações na estrutura social urbana com a industrialização pesada

A urbanização não se deu de forma igual entre as regiões do país, mesmo porque já havia uma concentração industrial em São Paulo antes mesmo da industrialização pesada. Esta região já contava, aos primeiros passos da formação industrial brasileira, com um complexo cafeeiro que desenvolveu certa divisão social do trabalho e de relações mercantis. Segundo Cano (1998a), foi pioneira no fim do trabalho escravo e grande empregadora de imigrantes, o que estimulou a criação de um mercado interno de consumo de alimentos e produtos industriais, bem como de força de trabalho abundante e de baixos salários. Portanto, dada sua diversificação industrial preexistente, São Paulo fortaleceu sua concentração industrial e efeitos de encadeamento na industrialização pesada dos anos 50 (CANO, 1998b), o que não necessariamente impediu que as outras regiões também avançassem seu complexo industrial.

Nesse sentido, na década de 50 havia sim uma evolução das cidades, porém a expansão mais significativa concentrava-se no Sudeste. Como dito, nesta década o Brasil se compunha predominantemente do setor agrário, sendo que um terço da população vivia nos centros urbanos (CEPAL, 1989). A constituição das bases produtivas representará um forte atrativo urbano nos anos entre 1960 e 1980, assunto a ser tratado com maior precisão na próxima seção. Porém, para o momento, há de se considerar que a dinâmica econômica do Plano de Metas e o consequente aumento da urbanização se refletiu em alterações na sociedade da época.

Em âmbito geral, na composição social nas cidades do início dos anos 1950¹⁹ a iniciativa para a busca de ascensão partia da ação individual, apesar de que havia uma importância da composição familiar para as possibilidades de ascensão. Voltando-se

¹⁹ Para a estratificação social aqui tratada é usado como referência o estudo de Cardoso de Mello e Novais (2009).

primeiramente para a base da sociedade brasileira, a expressão desse grupo se dá pelo migrante rural e pelos que já viviam na cidade, mas que não conseguiram se integrar, principalmente os descendentes de escravos. Como dito, ao migrante a vida na cidade representava novas oportunidades; no entanto, diante de um quadro de diversificação produtiva exigente de certa qualificação ou conhecimentos técnicos para as ocupações melhor remuneradas, as demandas de qualificação profissional eram desfavoráveis a esse grupo. Como afirma Durhan (1973, p. 149):

(...) é necessário reconhecer que o trabalho agrícola raramente qualifica o trabalhador para os empregos urbanos melhor remunerados. A natureza das experiências de trabalho anteriores à migração é importante na medida em que facilita ou dificulta a obtenção, na própria zona urbana, e através da carreira ocupacional, da qualificação que permite a inclusão do migrante nos sistemas econômicos mais produtivos e melhores remunerados.

Estavam, portanto, tanto flexíveis às possibilidades que aparecessem quanto sem o pleno conhecimento da gama de ocupações que se abria. Aos que já viviam nesse meio, reflexo da falta de condições apropriadas à vida nas cidades a que sofreu o negro com o fim da escravidão, coube se adaptar às possibilidades. Como explicita Fernandes (1978, p. 116), com relação aos negros que buscavam integração no meio urbano: “Ou eles se ajustavam, individualmente, aos requisitos da ordem social competitiva ou ficariam à margem dos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sócio-cultural (...)”. Assim, temos que, para o que compunha o grosso da classe mais desfavorecida, a herança histórica e a falta de qualificação compatível às exigências do mercado limitavam às ocupações a trabalhos manuais, rotineiros, de maior esforço físico, geralmente na construção civil e no serviço doméstico, no setor de serviços informal, aos quais o ingresso ao trabalho com carteira assinada já representava um avanço no acesso a seus direitos. Os rendimentos desta camada eram baixos, as atividades instáveis e estilos de vida precários, porém já eram levadas como um avanço, perto das condições de que vieram.

Logo acima da base social se encontravam os trabalhadores especializados, que se aproveitaram, grosso modo, das oportunidades surgidas na expansão da grande empresa privada e pública, dada a diversificação industrial. A composição de indústrias tais como a automobilística, de petróleo, de eletrônica de consumo, de siderurgia, fez com que essa camada se expandisse, em que o trabalhador aprendia a profissão pela experiência, principalmente através de cursos especializados financiados pelas próprias empresas. Sendo o anseio da base social atingir a condição de trabalhador

especializados da indústria, estes, por outro lado, buscavam a educação como modo de ascensão social, tanto própria quanto dos filhos.

Acima dos trabalhadores especializados, a classe média que se formava aproveitou as oportunidades das novas exigências de gestão da grande empresa e da administração e burocracia estatal. Ocupavam então cargos de diretoria e gerência, de marketing, de administração das empresas privadas, de assessoria, de cargos técnicos ligados ao Estado, além de ocupações mais especializadas, como os engenheiros. Tais funções exigiam de modo crescente um maior nível educacional. Esses postos não manuais de maior qualificação mostravam também maior nível salarial e de estabilidade, tanto dentro das empresas quanto no aparelho do Estado. No interior desta classe pode-se observar a baixa classe média, com menor profundidade no ensino, como bancários, professores primários, comerciantes, ocupando cargos públicos de menor exigência de especialização etc., porém com uma remuneração melhor que os postos especializados manuais das indústrias.

Por fim, tem-se a cúpula da sociedade brasileira da década, que obteve grandes proveitos de negócios e investimentos no período. Faziam parte desta camada famílias industriais ligadas às multinacionais, o empresariado financeiro e associado ao comércio externo, os empreiteiros, os proprietários de grandes empresas de comunicação, e toda a gama de pequenas e médias indústrias que surgiam em torno das grandes empresas, que comandavam o centro de poder e riqueza. No âmbito da estrutura social, a composição de bases industriais modernas, ao final do Plano de Metas, provocou oportunidades de ascensão social para quase todos.

A industrialização pesada, com sua constituição de um setor produtor de bens de capital complexo, induziu também o crescimento e diversificação na produção interna de consumo, tanto de duráveis quanto de não duráveis, e os padrões de consumo da sociedade nacional observaram uma progressiva mudança, sendo correspondentes ao nível de rendimentos presentes na hierarquia do trabalho. No entanto, passa a ser também ascendente a diferenciação social através do que se consome, como reflexo de seu posto de trabalho e posição na sociedade. Apesar da mobilidade, ao final dos anos 50, se mostrar vertiginosa, as desigualdades sociais se acentuaram. Como se sabe, é criada, pela condição de concorrência individual capitalista,

(...) a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais “econômicos”. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as “virtudes” exigidas pela concorrência: a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homens e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio. No entanto, a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas (CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, p. 22, 2009).

No Brasil industrial, passa a predominar progressivamente a concorrência individual, e, enquanto na agricultura se observa a extrema concentração fundiária, a urbanização revela os monopólios de oportunidades de ascensão social. O topo da sociedade, que já possuía capital, certos privilégios e estímulos políticos referentes ao apoio industrial, além de facilidades de acesso ao crédito, tiveram proveito das melhores possibilidades de negócios e investimentos para ampliar sua renda. Por outro lado, visto em seu conjunto, da classe média à massa trabalhadora comum a principal via de acesso à ascensão social na competitividade individual se dava pelas qualidades do próprio indivíduo, tanto técnicas quanto pessoais, adquiridas na sociedade, pela educação, pela experiência, pelo convívio social, e tais características eram apropriadas de forma desigual.

Isso se dá, pois, como visto, o Estado se volta predominantemente para o compromisso com a indústria e o crescimento, e as políticas sociais se encaminham de forma lenta e em segundo plano. No campo, a ausência de regulação forte do Estado favorece a reprodução dos interesses dos grandes proprietários. Nas cidades, as necessidades básicas da população para uma condição de vida decente passam a ser crescentes, porém não satisfeitas pela ação governamental. Com isso, na ausência de medidas suficientes do Estado, os olhos da população se voltam para os postos de trabalho como meio de acesso aos direitos. Não obstante, a educação, sendo um meio central para se conseguir melhores empregos, era concentrada e restrita, como salienta Henrique (1999, p. 74):

A ausência de extensão da educação para a maioria da população, em especial para as massas rurais, por suas implicações na conformação da cidadania e no estabelecimento de condições favoráveis na disputa por oportunidades de trabalho e no próprio exercício do trabalho (assim como na melhoria das condições sanitárias e na redução da mortalidade infantil), constituiu o mais notório atraso da política social. A educação permaneceu, assim, um virtual monopólio da elite e de segmentos das camadas médias urbanas, e o analfabetismo e a baixa escolaridade das massas reproduziram-se por décadas.

Assim, na camada inferior da sociedade, a acessibilidade aos melhores postos de trabalho estava restrita pelo lado da educação²⁰, e a ascensão pela experiência representava um grande esforço.

No que tange aos rendimentos, apesar da expansão do leque salarial já se mostrar significativa, a trajetória do salário mínimo nesta década – sendo este considerado como a taxa de salários de base na indústria brasileira durante as décadas de 50 a 80 (SOUZA, 1980) – foi mais favorável, devido a uma maior pressão política da organização dos trabalhadores e da ação sindical.

Com o aumento das oportunidades e também das desigualdades em uma sociedade em mudança observa-se então, no começo dos anos 60, um movimento social diversificado mas que abraçava de forma comum a ideia de um desenvolvimento capitalista mais democrático e igualitário, que integrasse o indivíduo aos seus direitos básicos à luz do que representou a modernização da estrutura industrial nacional aos padrões de uma economia madura. Fazia parte desse movimento ideias tais como a reforma agrária, a universalização da educação, o aumento dos salários de base, uma maior atenção do Estado aos direitos sociais, o controle público do poder econômico privado e dos meios de comunicação de massas, entre outros²¹.

No entanto, as agitações sociais foram reprimidas com o advento do regime ditatorial brasileiro, como mostra Oliveira (1998, p. 120):

O Brasil do início dos anos 60 já contava com um aparelho produtivo integrado, dados os avanços da industrialização pesada resultante do plano de metas. A consequente expansão das bases sociais dos sindicatos e partidos populares e a crise estrutural vivida pelo país impulsionavam as forças progressistas à luta pelas reformas democráticas. No entanto, a vitória das correntes conservadoras em 1964 interrompeu esse processo. O regime militar, com a justificativa ideológica da “ameaça comunista” ou da “republica sindical”, aniquilou todas as possibilidades das camadas subalternas de defender seus interesses. Por outro lado, buscando apoio, os militares passaram a atender ao conjunto dos interesses dos setores dominantes.

Neste período o Brasil passava, de um lado, por uma crise econômica, partindo de problemas de realização da capacidade produtiva instalada, inerente ao salto

²⁰ Segundo Hutchinson (1960), em São Paulo, a maioria dos estudantes universitários à época possuíam, em diferentes graus, ascendência estrangeira, refletindo na formação social a posição de vantagem dos imigrantes estrangeiros com relação à força de trabalho que se encontrava nesta cidade.

²¹ Ver Cardoso de Mello e Novais (2009).

industrial dado, e de inflação crescente²². De outro, era um momento de tensões políticas, fruto das questões estruturais que se mantiveram durante a década com a conjuntura econômica da época, e que no fundo representavam duas alternativas para a continuidade do desenvolvimento capitalista brasileiro (CARDOSO DE MELLO, mimeo). A revolução de 1964 mostrou então a vitória de uma opção, a de continuidade, mais precisamente de reproduzir o que estava sendo feito, de forma mais intensa. A orientação ao desenvolvimento econômico se manteve por parte dos formuladores da política e donos do poder, porém agora com o uso da força e com reforço das estruturas de exclusão e de concorrência entre os indivíduos, o que estimulou assim a trajetória ascendente de desigualdade social no país. É sobre essas questões que trata a próxima seção.

1.2. A orientação plutocrática do Estado e suas consequências econômicas e sociais (1964 - 1980).

1.2.1. A questão agrária: modernização produtiva, manutenção das estruturas e expulsão do campo

O setor rural apresenta como marca nos anos 1960 e 70 a modernização de suas bases técnicas, agora de forma mais intensa e difundida. Nota-se que tal modernização condizia com o salto industrial dado pela economia nacional, sendo impraticável manter uma indústria moderna com uma urbanização crescente e uma estrutura produtiva rural precária e insuficiente frente às novas demandas. É relevante então observar que, ao invés de uma contrariedade entre as vontades do setor industrial e dos grandes proprietários e produtores agrários, se faz pertinente a ideia de uma coalizão de interesses entre ambas as partes. Mais precisamente, partia da orientação da política econômica do próprio Estado no período o interesse na modernização agrícola, em um contexto de estímulo ao bom desempenho das exportações, fato que ilustra a violência e rapidez com que se deu os avanços produtivos no campo. Nesse caso, destaca-se uma modernização, por mais que difundida, desigual tanto regionalmente quanto entre os produtores e os tipos de produtos agrícolas, em um contexto de manutenção da estrutura

²² Foge ao escopo desta seção um maior detalhamento sobre os determinantes da crise estrutural de 62 a 67, sendo que alguns pontos do período serão resgatados na próxima seção. Para uma análise ampla, ver Tavares (1998).

organizacional do campo anteriormente estabelecida (CARDOSO DE MELLO, mimeo).

A modernização se destaca neste período, em relação aos anos anteriores,

(...) devido à conjunção de três elementos principais: a constituição de um sistema de crédito nacional que irá substituir as antigas fontes financiadoras ligadas ao capital mercantil tradicional (comercial-usurário); a consolidação dos complexos agroindustriais, com a instalação do departamento de bens de produção para a agricultura; o fortalecimento do sistema nacional de pesquisa e extensão rural, que traz embutida a ideia de uma política tecnológica para o setor (KAGEYAMA, 1986a, p. 18).

Observa-se desse modo, ao longo dos anos 1960 e mais intensamente na década de 1970, uma maior utilização de máquinas e equipamentos para a produção, de insumos químicos, tais como fertilizantes e herbicidas, e os biológicos são também aprimorados. Nos complexos agroindustriais, as grandes empresas têm, a sua volta, pequenos proprietários produzindo sob encomenda, bem como incentivos do Estado na pesquisa agrícola, na busca de adaptação da produção rural às necessidades da indústria. Alteram-se também as formas de circulação das mercadorias, em que se expande a capacidade de armazenamento e transporte dos produtos.

O interesse do Estado demonstra seu papel fundamental neste processo, com a política de crédito rural, montado a nível nacional e operacionalizado em 1967, o que possibilitou o investimento a juros subsidiados. Isso permitiu que a produção agrícola se desvincilhasse das necessidades de empréstimos a juros exorbitantes, mecanismo de dependência do produtor ao comerciante²³, ao mesmo tempo em que estimulou um mercado para o setor de bens de produção e insumos para a agricultura (GRAZIANO DA SILVA et al., 1983). Somados a essa medida estavam os programas de desenvolvimento regional e os subsídios diretos a insumos modernos, os quais complementaram os alicerces do desenvolvimento produtivo no campo. O Estado se coloca, portanto, como financiador da modernização, reflexo da posição central que ocupa na industrialização nacional.

Segundo Kageyama (1986a), o desenvolvimento da indústria agrícola responde ao aumento da demanda desse setor, que surge, em âmbito geral, em virtude da rápida

²³ A produção se desvincula assim do sistema de comercialização dominado pelo capital comercial-usurário, em que devido à situação monopólica de que goza o comerciante, os empréstimos e os juros altos produziam uma cadeia de endividamento do produtor ao comerciante, o que repunha progressivamente a situação de dependência.

urbanização observada desde a década de 50 – que pressionou a oferta de alimentos –, do comportamento favorável das exportações no início da década de 70 e das políticas de substituição energética guiada pela biomassa, na qual se destaca o Programa Nacional do Álcool, de 1975. O crescimento das exportações agrícolas, cujo valor real aumentou em três vezes entre 1960/64 e 1980²⁴, foi guiado basicamente pelos produtos agroindustriais, em que os produtos industrializados de origem vegetal passam de 11% do total das exportações agrícolas no início da década de 60 para mais de 35% no final da década de 70. Na pecuária também é notável a participação de produtos animais industrializados, correspondendo a 50% do total das exportações pecuárias em 1973. Quanto às políticas de substituição energética, a produção de cana de açúcar incorporou à produção aproximadamente 1255 mil hectares de área cultivada, sendo quase metade deste valor associado no curto espaço de tempo entre 1975 e 1980.

Havia uma iniquidade no processo regional de modernização do setor rural, sendo o acesso ao crédito rural um fator central desta desigualdade:

É certo que a política governamental de crédito rural beneficiou muito mais a região Centro-Sul do que o Norte-Nordeste, que revelou os produtos ditos modernos (por utilizarem amplamente tecnologia de ponta) reduzindo seu custo de produção e contribuindo assim para a piora da rentabilidade relativa dos produtos tradicionais; e, que, acima de tudo, privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos (GRAZIANO DA SILVA et al., 1983, p. 29).

A maior disponibilidade de crédito rural mostrou-se nas regiões mais avançadas tanto na industrialização e urbanização quanto na produção agrícola, como na região Sudeste-Sul, particularmente em São Paulo. Na década de 70, foram distribuídos para o Sudeste-Sul aproximadamente 81,8% do total de crédito rural disponibilizado no país, sendo que apenas para São Paulo a porcentagem corresponde a 33,4%²⁵.

O nível de concentração da modernização agrícola não se deu apenas regionalmente, mas também a nível produtivo, favorecendo produtos para exportação, como a soja e o milho, e na produção de insumos para a transformação industrial, tal como a cana de açúcar. Segundo Belik (1986), a produção de tais gêneros foi incentivada pois esses produtos possuíam maiores possibilidades de rentabilidade e lucro. Sua demanda estava condicionada à dinâmica da agroindústria, favorecida pela disponibilidade de recursos financeiros, e do mercado mundial, que apresentava

²⁴ Kageyama (1986a).

²⁵ Kageyama (1986a).

condições favoráveis nos anos 1970, bem como do estímulo de preços referente às medidas de substituição energética.

No que tange aos gêneros alimentares para consumo nacional, a demanda e as condições de preço se davam particularmente pelo mercado interno, determinada por questões institucionais, econômicas e sociais, em um contexto de concentração de renda e com população de rendimentos insuficientes para que se criassem condições de concorrência equitativas frente aos produtos exportados (CANO, 1986). No entanto, tal separação é difícil e por vezes errônea, uma vez que os setores modernos voltados para a exportação também produziam para o consumo interno, e os pequenos produtores também possuíam suas relações com setores exportadores, sendo assim importante apenas ressaltar que havia uma desigualdade de níveis de modernização e de grau de desenvolvimento tecnológico entre as empresas produtivas agrícolas.

Diante de um processo modernizador significativo e desigual, cabe agora analisar as consequências da modernização rural para as condições de trabalho e padrão de vida da população camponesa. A começar pelas ocupações, a industrialização e os novos métodos de produção estimulam o surgimento de trabalhadores permanentes qualificados, como o tratorista e o operador de colheitadeira, e o estabelecimento de profissões com nível educacional mais elevado ligadas ao campo, como engenheiros agrícolas e biólogos, reflexo dos incentivos à pesquisa e desenvolvimento tecnológico rural. Assim, nos complexos agroindustriais e nas grandes empresas, reafirma-se neste período com maior intensidade o trabalho assalariado, apesar das pequenas propriedades ligadas a estes complexos produzirem ainda predominantemente com mão de obra familiar.

Quando se trata das regiões que se modernizaram com maior intensidade, o aumento da produtividade do trabalho e da terra estimula um menor uso de mão de obra, predominantemente assalariada, e intensifica o emprego temporário para tarefas não qualificadas. Isto ocorre conforme a sazonalidade da produção, em que se destaca a figura do boia-fria, trabalhador volante do campo desprovido de terra. Nas regiões de produção menos modernas prevalecem condições precárias de trabalho e produção, sujeitos a elevadas jornadas de trabalho, esgotamento da terra e à necessidade de recorrer ao assalariamento temporário. Assim, a população rural, mesmo com os

avanços produtivos, ainda abarcava uma significativa situação de pobreza, como salienta Cardoso de Mello e Novais (2009, p. 70):

A esmagadora maioria da população que ainda vivia no campo em 1980, cerca de 40 milhões de pessoas, continuava mergulhada na pobreza absoluta. Eram os mesmos posseiros ou proprietários de um pedaço de terra, ainda presos àqueles padrões de produção arcaicos, àquela economia “da mão para a boca”, sempre abandonados pelo poder público. Para eles chegará, em 1971, tardia e parcialmente, a Previdência. Mas não terão acesso nem à luz elétrica, nem ao abastecimento de água, nem à fossa séptica ou à rede de esgoto, nem aos padrões modernos de consumo. A escola era quase tão inacessível quanto antigamente, quase tão precária quanto era. O “morador” e o colono foram substituídos pelo proletário rural, boia-fria ou “volante”, que reside nas cidades, vaga de um lado para o outro do país à procura de trabalho, desenraizado da terra, por vezes inteiramente ignorante dos procedimentos agrícolas.

Assim, observa-se na estrutura social do campo uma pequena elite de grandes proprietários e produtores, seguidos de uma fração de pequenos e médios proprietários que conseguiram se modernizar e se tornar verdadeiras empresas capitalistas, aumentando significativamente sua posição social e nível de renda, mais destacados na região Sul-Sudeste. A camada média assalariada se acentua, bem como a de proletariados rurais, que quando associados aos pequenos produtores e proprietários que não conseguiram se integrar ao novo modelo industrial agrícola constituíam a massa de pobreza do setor rural. Apesar de a modernização trazer um aumento da renda agrícola, em 1980 os 10% mais ricos detinham 47,7% do total de rendimentos, enquanto os 50% mais pobres, apenas 17,9% da renda²⁶. Nas camadas trabalhadoras destacavam-se longas jornadas de trabalho, de 40 horas semanais ou mais, com rendimentos de até um salário mínimo, correspondendo a mais de 50% da PEA agropecuária na década de 80 (excluindo os que não possuíam renda). Em termos regionais, apesar dessa situação assumir destaque no Nordeste, com aproximadamente 53% da PEA agropecuária com longas jornadas e baixo rendimento, estava difundida em todo o país. Quando se considera uma jornada de 49 horas ou mais por semana com rendimento de até um salário mínimo, a região Sudeste – Sul apresentava a maioria dos casos, com aproximadamente 55%, contra 33,4 % no Nordeste²⁷.

Em um quadro de manutenção da pobreza rural no Brasil entre 1960 e 1980 – em 1970 a proporção de pobres no Brasil rural era de 78,6% do total da população rural, e passou para 45,6% em 1980, uma queda acentuada, porém ainda mantendo uma taxa

²⁶ Henrique (1999).

²⁷ Dados provenientes de Kageyama (1986b). Para uma análise empírica mais detalhada sobre o assunto, ver Kageyama (1986a).

expressiva²⁸ –, pouco se observou na atuação do Governo com relação à situação social que se apresentava no ambiente rural. Em 1963 surge o Estatuto do Trabalhador Rural, que amplia a legislação trabalhista no campo. No entanto, permaneceu evidente a ausência de organização e aplicação das medidas, sendo que, em 1981, 87% dos empregados agrícolas ainda não possuíam registro em carteira de trabalho, o que os afastava, portanto, de seus direitos²⁹. A previdência se estendeu ao trabalhador rural somente em 1971, porém “estabelecendo um espectro e valores de benefícios muito mais restritos do que os da previdência urbana” (HENRIQUE, 1999, p. 73). A insuficiente atenção do poder público às questões trabalhistas e também no que se refere à educação, habitação e ao saneamento, entre outras necessidades básicas para as camadas rurais de menor poder aquisitivo, estava atrelada à lenta evolução no nível de organização da força de trabalho no campo.

Em suma, havia um processo de modernização da produção agropecuária em sintonia com a manutenção das antigas estruturas rurais, e, associado à insuficiência de políticas públicas e à grande miséria que atingia a população campesina, um dos problemas essenciais permanecia sendo o monopólio da terra, que unido à industrialização deste setor tornava ainda mais estreitas as possibilidades de integração da maioria população do campo a um padrão de vida ascendente. Era clara a necessidade de uma política de reforma agrária que pudesse aumentar o uso de terras ociosas, evitar a utilização da propriedade de terra de forma especulativa, elevar a ocupação dos trabalhadores rurais e o padrão de vida da população do campo, expandir a produção de alimentos, juntamente com uma política de zoneamento agrícola para diminuir os custos de transporte e preservar terras destinadas ao cultivo de alimentos simples (CANO, 1986). Apesar das forças a favor da reforma agrária terem se intensificado durante a ditadura militar, inclusive nos segmentos urbanos, elas não foram suficientes para que esta se estabelecesse, esbarrando sempre em questões sobre a constitucionalidade das modificações expostas (GRAZIANO DA SILVA, 1985).

A expansão das fronteiras agrícolas manteve, como na década de 50, sua importância após 1964 no favorecimento à concentração fundiária e ao aliviar temporariamente os conflitos sociais. No período ditatorial, foi intensificada a expansão

²⁸ Rocha (2004).

²⁹ Henrique (1999).

através de estímulos do Estado, como o programa de colonização da Amazônia³⁰, a criação de estradas na região Norte, a distribuição de terras pelos governos estaduais e municipais, entre outros (SAWYER, 1984). Mesmo que em um primeiro momento as regiões de fronteiras acomodassem certo contingente de excedente populacional rural, o aspecto concentrado da distribuição e acesso a essas terras, distribuídas e apropriadas mais frequentemente como grandes propriedades – através de incentivos e distribuição do Estado, de documentos de legalidade duvidosa, bem como de apoios financeiros para projetos agropecuários, entre outros – acabariam por expulsar progressivamente os que lá estavam estabelecidos e condicioná-los a lógica da grande produção capitalista. Como salienta Martins (2010, p. 678):

Em nosso caso, no geral, as expulsões violentas têm por objetivo a transformação do capital em proprietário de terra e não a integração do trabalhador rural no mercado capitalista de força de trabalho. (...) Em vez de indicar uma nova modalidade de incorporação econômica e social dos pobres, indica o desenvolvimento de um padrão de organização econômica e social da sociedade que descarta os ocupantes da terra e os transforma em resíduos, sejam eles trabalhadores rurais pobres, sejam eles povos indígenas desprotegidos da voracidade do grande capital.

Ao olhar a situação em que se estabeleceu a modernização produtiva agropecuária na sua totalidade, se observa então a conjunção entre tal avanço produtivo e uma forte expulsão do campo. Assim, para além da miséria que se estabeleceu no ambiente rural, se intensifica nos anos 1960 e 70 o fluxo migratório para o meio urbano. O número de migrantes rural-urbano, que foi de sete milhões nos anos 50, passa a 12,8 milhões entre 1960 e 70, e atinge 15,8 milhões de pessoas na década de 1970³¹. Grande parte deste contingente saiu do Sudeste, principalmente de São Paulo, sendo que nos anos 1960 e 70 o número de migrantes foi de 2,9 e 1,5 milhões de pessoas, respectivamente, o que pode ser reflexo da modernização mais pesada e da proximidade com a área urbana mais desenvolvida. Porém no Nordeste, região de produção e terras mais precárias, a migração também foi expressiva, englobando 34% da migração líquida total do país nos anos 1960.

A dificuldade da população de se manter e se reproduzir no campo e o consequente processo de expulsão dos camponeses para as cidades, bem como as características da produção agropecuária para abastecimento interno, geraram consequências importantes para o meio urbano, sendo as transformações e

³⁰ Tal programa tinha como projeto prioritário a construção da rodovia Transamazônica.

³¹ Oliveira (1998).

características expressas nas cidades nos anos 1960 e 70 frutos não somente de seu próprio desenvolvimento mas também da maneira como evoluiu o setor rural, ponto que será retomado mais adiante.

Nas três décadas que se seguem a 1950, o Brasil passou de um país agrário para predominantemente urbano. Entre 1950 e 1980 o nível de urbanização se elevou de 36,16% para 67,59%³², não somente em termos de crescimento das metrópoles, mas na multiplicação das grandes e médias cidades ao longo do país. Uma pequena fração populacional se manteve nos pequenos meios urbanos, e as metrópoles, em 1980, concentravam cerca de 41% da população urbana e 29% do total da população³³.

Havia, portanto, condições contraditórias que caminhavam lado a lado. Ao mesmo tempo em que o campo expulsava, a cidade atraía, pois representava a esperança de inserção em uma vida melhor para o indivíduo e sua família. Nesse contexto, o rápido crescimento das cidades em um curto espaço de tempo demonstrou alterações e aprofundamentos nas características da estrutura e do convívio social no meio urbano da década de 1950. Porém, antes de se ater a essas questões, cabe primeiramente uma breve análise da trajetória industrial após o Plano de Metas.

1.2.2. Movimento cíclico da indústria no período

Com a instalação da indústria pesada ocorrida na segunda metade da década de 1950, a economia passou a evoluir através de um processo cíclico, guiado pelos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Com o salto industrial, as decisões de investir passam a não mais estar limitadas por restrições externas, como a capacidade de importar, tampouco por internas, como o perfil da demanda, o que, nesse caso,

(...) não implica concluir que a economia tenha superado o subdesenvolvimento através da internalização de um núcleo autônomo de progresso técnico. Continuam a existir também importantes fraturas na estrutura industrial. Contudo, a dinâmica é dada pelo investimento e não há barreiras à acumulação advindas da capacidade de importar, seja porque uma parcela decisiva do capital constante é produzida internamente, seja porque as importações necessárias à expansão da capacidade produtiva são diretamente financiadas pelas filiais multinacionais aqui instaladas. Uma vez instalado o núcleo fundamental da indústria pesada, a trajetória de crescimento da economia segue num processo cíclico, comandado pelos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis e condicionado pelas especificidades da inserção desses setores na economia brasileira (CARNEIRO, 1993, p. 146).

³² Séries históricas e estatísticas/IBGE. Censo demográfico 1940-2010.

³³ Henrique (1999). Dentre estas regiões se destacam São Paulo e Rio de Janeiro, que se tornaram grandes pólos de atração. O Sudeste, em 1980, abarcava 53,26% da população urbana residente no país.

Na década de 1960, particularmente entre 62 e 67, a economia passa por uma crise de sobreinvestimento nos setores dominantes que se expande para os outros setores, retratando um momento de desaceleração cíclica. O governo militar que emerge em 1964 toma, então, como ponto central o combate às pressões inflacionárias que se estabeleciam no período, através da utilização de métodos clássicos como cortes no gasto público, aumento da carga tributária, contenção do crédito e arrocho salarial (CARDOSO DE MELLO e BELLUZZO, 1982). Como resultado inicial, a economia experimentou um aprofundamento da crise, com aumento da capacidade ociosa das grandes empresas e uma onda de falências de pequenas e médias empresas, fato que levou o governo a atenuar o combate em 1966. Observa-se assim, no período de desaceleração econômica, um conflito por parte das autoridades em relação a mantêr um aumento descontrolado dos preços ou estimular uma recessão profunda, gerando oscilações no nível de atividade e emprego.

É importante notar que o programa de estabilização determinou a direção a qual seria guiada a recuperação econômica. Nesse sentido, favoreceu a queima de capital excedente e beneficiou a grande empresa ao descarregar o peso da crise para as pequenas e médias. O corte no gasto prejudicou o setor de bens de produção, que possuía maior capacidade ociosa, e diminuiu a taxa de investimento das empresas públicas neste setor. A política de arrocho salarial cumpriu papel central, ao rebaixar os custos primários da indústria como um todo e ao impedir negociações mais livres de salários, ao mesmo tempo em que não comprometeu a demanda de bens de consumo duráveis e de bens de capital, em que o maior prejudicado foi o setor de bens de consumo não duráveis. Além da estabilização, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) contemplava medidas para questões de longo prazo determinantes para a recuperação, em que se destaca a reforma financeira realizada no período:

A reorganização do sistema financeiro foi concebida através da criação de novos instrumentos de mobilização e de instituições especializadas no provimento dos vários tipos de crédito. Caberia às financeiras suprir recursos para o consumo de bens duráveis, aos bancos comerciais o financiamento do capital de giro das empresas e a um novo personagem – banco de investimento – incubiria o financiamento de longo prazo. Ao mesmo tempo, o mercado acionário deveria passar a cumprir com dinamismo a tarefa de tornar líquidos os ativos, concentrar e canalizar recursos para a capitalização das empresas. Para impulsioná-lo, imaginou-se a criação de Fundos de Investimento formados com recursos deduzidos do Imposto sobre a Renda. No bojo desta reforma do mercado de capitais foi criada uma instituição oficial – BNH – que amparada por recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), destinava-se a estimular o setor de construção civil, garantindo, em última instância, as agências privadas de crédito imobiliário Simultaneamente, foi reformada a Lei da Remessa de Lucros,

concedendo ao capital externo generosas condições de expatriação de rendimentos (CARDOSO DE MELLO e BELLUZZO, 1982, p. 146).

Apesar da reforma financeira abarcar pontos determinantes, não contemplava uma questão fundamental, a realização de um programa de financiamento de longo prazo através de bancos de investimentos. Tal capacidade, aliada também a uma competência de inovação autônoma, permitiria um processo de maior continuidade nos avanços industriais e tecnológicos, principalmente em períodos de cenário externo desfavorável. No entanto, em todo o período de estabelecimento e avanço da indústria brasileira não se observou mudanças nesse quesito, sendo o BNDE e o amplo uso do endividamento externo as fontes de crédito de longo prazo para o investimento, o que justifica a grande dívida externa assumida no período.

A retomada da expansão industrial, em 1966-67, denotou o momento de recuperação no movimento cíclico da economia. Entre 1968 e 74 o PIB apresentou uma taxa média de crescimento de 9% ao ano, e a indústria também se expandiu vertiginosamente³⁴, período que ficou conhecido como o “milagre econômico brasileiro”. Ao contrário do governo JK, em que a expansão foi guiada pela criação de um setor complexo de bens de produção, entre 1968 e 74 o setor de arranque foi o de bens de consumo duráveis, favorecido pelas políticas de estabilização anteriores. Esse fato gerou desequilíbrios na estrutura industrial, pois ao nível industrial existente foi possível à economia atingir altas taxas de crescimento, porém sem que houvesse ampliação significativa no setor de meios de produção – insumos de base e bens de capital – que permitiam uma continuidade expansiva.

Dessa forma, observa-se que, diante de um quadro externo favorável, com aumento maciço das importações e financiamento do crescimento (através de grande endividamento externo), momento em que as exportações também se expandem³⁵, em quase nada se alterou a estrutura industrial no período. Verificam-se, já em 1972, sinais de declínio do setor de duráveis por um descompasso entre sua demanda – que por seus elementos não possuía uma capacidade de se estender por um longo período de tempo

³⁴ Lessa (1977). A taxa histórica de investimento do período foi de 16%, e em 1974 atinge o nível de 27% da renda interna do país.

³⁵ Destaca-se a violenta modernização agrícola, reflexo de uma política econômica voltada para o bom desempenho do setor externo. Era de se esperar que a modernização viesse de qualquer maneira, para ser compatível com a estrutura industrial da economia, porém “(...) a violência e a rapidez com que se processaram, patentes hoje pela existência de milhares de boias-frias, se deveu a uma orientação deliberada da política econômica” (CARDOSO DE MELLO e BELLUZZO, 1982, p. 149).

de forma autossustentada – e seu nível de acumulação. Após o auge do ciclo, entre 1970 e 73, há uma desaceleração econômica, e mesmo tendo havido um maior crescimento do setor de bens de capital, as discontinuidades industriais apresentavam-se de forma significativa.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1974, tinha como proposta central a correção destes desequilíbrios na indústria de forma que o crescimento econômico passasse agora a ser guiado pelo setor de meios de produção. Conforme Lessa (1977, p. 53):

Em suma, a proposta era a seguinte: Manter o “milagre”, manter a taxa de crescimento, preservar as altas taxas de crescimento das exportações, em torno de 20% anuais, preservar, pois intacta a expansão, porém, ao mesmo tempo, promover uma radical reordenação de prioridades (abaixo o automóvel, acima a indústria pesada).

Além disso, abarcava uma alteração na matriz energética do país, em um contexto em que a crise do petróleo havia alterado a estrutura de preços relativos de itens energéticos. Necessitava também de mudanças radicais nos transportes, nas quais teria maior peso os transportes de massas, tais como as ferrovias e os meios hidroviários. O carro-chefe para a realização do programa era a grande empresa estatal, que seria responsável pela produção do “grosso” da indústria de base, auxiliada pelo fortalecimento financeiro do BNDE, pelos benefícios do Conselho de Desenvolvimento Industrial, entre outros estímulos para que se lograssem os objetivos do plano.

Segundo Lessa (1977), o plano já em 1976 mostrava sinais de fracasso devido a inconsistências do plano no âmbito de barreiras externas, de financiamento, de superestimação de projetos, de conflitos de interesses. A barreira fundamental mostrava-se na dificuldade do Estado em lidar com os interesses contraditórios dos setores econômicos centrais na indústria, sendo estes a grande empresa estatal, a grande empresa nacional privada e a multinacional. Mais precisamente, o programa, ao objetivar a centralidade do setor de bens de capital, esbarrava na perda de apoio dos setores que afirmaram poder político e econômico na fase expansiva anterior, tal como o financeiro privado e a indústria de bens de consumo duráveis³⁶. O conflito devia-se também ao projeto de desconcentração espacial da economia presente no II PND, em

³⁶ Além disso, apresentava a proposta de liderança dos bens de capitais através do avanço nos moldes da 2ª Revolução Industrial, em um momento no qual o capitalismo mundial já havia atravessado a 3ª Revolução Industrial. Tal plano se mostrava então atrasado tecnologicamente, e mesmo com os possíveis avanços, estes se apresentariam obsoletos e sem competitividade em relação à estrutura tecnológica dos países avançados.

que São Paulo ficava em segundo plano. Além disso, a situação externa comercial passava a apresentar sinais de mudança, e, unida à crise do petróleo e à crise do mercado financeiro internacional, tornava difícil o cumprimento das metas de exportação e do financiamento com base no endividamento externo, característico do “milagre”. Diante desse quadro econômico mundial, a grande empresa internacional apresentava comportamento cauteloso, não se mostrando disposta a se envolver com projetos ambiciosos para o desenvolvimento da economia capitalista brasileira. Por fim, o aumento das operações especulativas de curto prazo, como as de “open market”, representava outra barreira, em que a acumulação crescente do setor financeiro se colocava em detrimento da expansão e lucratividade do setor industrial³⁷.

Por mais que os objetivos ambiciosos do II PND não tenham sido alcançados de forma plena, o avanço na indústria de bens de capital e de infraestrutura energética foi significativo, o que revelou nos princípios da década de 1980 um potencial de expansão da economia brasileira satisfatório, devido à capacidade produtiva disponível (SERRA, 1982), além de ter representado um programa que optou pela não recessão, dado a trajetória de desaceleração que apresentava o período, através de desvalorizações cambiais e dos investimentos implementados (VELLOSO, 1998). Por outro lado, havia nesse momento um forte desequilíbrio estrutural no setor externo, proveniente dos grandes compromissos financeiros assumidos, e também um crescimento inflacionário acelerado, em que seu combate por instrumentos clássicos era extremamente custoso em termos de produção e emprego. Assim, no início dos anos 1980, por mais que a economia apresentasse potenciais produtivos importantes, era necessário lidar com as barreiras principais – que impediram o pleno funcionamento do II PND e que vinham ganhando força – de modo a conter o ciclo declinante que se apresentava a economia.

³⁷ É importante notar que não há um consenso sobre o que significou o II PND para a economia brasileira. Castro e Souza (1985), apesar de entenderem as dificuldades de se implementar o plano, possuem uma visão mais otimista com relação aos seus resultados, em que a estratégia teria abortado a reversão cíclica e permitido uma elevada taxa de crescimento até o final da década dos 70, além de deslanchado transformações irreversíveis e que se mostrariam de grande influência no período pós-79. Já Velloso (1998) mostra uma visão ainda mais positiva sobre o plano, sendo este executado normalmente, em um momento oportuno dado o choque do petróleo e as restrições produtivas que dele surgiram, e com financiamento adequado, tanto externa quanto internamente.

1.2.3. Estrutura urbana: dinamismo e desigualdade

Diante das circunstâncias às quais se deu a evolução industrial nas décadas de 60 e 70, o quadro social urbano apresentou, nesse período, um reforço das estruturas de exclusão, o que se refletiu em mudanças no padrão de vida populacional brasileiro. A começar pelo mercado de trabalho, a combinação entre a massa de migrantes que chegava às cidades e uma política governamental de contenção salarial em um regime ditatorial que enfraquecia as organizações sindicais desfavoreceu o grande contingente de trabalhadores que se apresentavam ao meio urbano³⁸. Como bem salienta Oliveira (1998, p. 122-123):

No Brasil pós-64, o mercado de trabalho tornou-se extremamente flexível, o que se viabilizava pela legislação e pelo excedente de mão-de-obra. A desqualificação do trabalho típico do taylorismo fordista, na ausência de proteção legal ou sindical, lançava a maior parte dos trabalhadores no mercado geral de trabalho, no qual imperava feroz concorrência dado o excedente de mão-de-obra. As empresas, mesmo oferecendo baixos salários, sempre podiam contar com abundante oferta de trabalho, o que viabilizava as demissões sem justa causa. (...) A instabilidade no emprego e o caráter fugaz dos contratos de trabalho impediam o acesso de grandes massas de trabalhadores aos planos de carreira e ao treinamento profissional.

Nota-se, portanto, na base social, uma estrutura de emprego de alta rotatividade e baixa remuneração, em um contexto de alto dinamismo do mercado de trabalho e uma expansão vertiginosa de novas ocupações, fruto do grande crescimento econômico que apresentou esse período³⁹. Ao trabalhador dito “comum” coube atividades rotineiras, subalternas e mecanizadas, tanto nas ocupações industriais quanto nos serviços, além dos menores cargos no serviço público. Muitos não conseguiram se associar as relações de trabalho na grande empresa capitalista e no setor público, tendo como alternativa o trabalho autônomo ou mesmo como assalariado de trabalhadores autônomos e nas pequenas empresas e famílias, sujeitos a uma maior instabilidade do trabalho e condições mais precárias de ocupação. Estavam entre as ocupações típicas desta classe vendedores, operadores de caixa, cozinheiros, empregados domésticos, pedreiros,

³⁸ A criação do FGTS, em 1967, favoreceu a rotatividade da mão de obra ao socializar os custos de demissão entre as empresas, fato que aumentou a flexibilidade das empresas na regulação quantitativa da força de trabalho (MEDEIROS, 1992).

³⁹ Mesmo com a queda em 1974 quando comparado ao milagre, o crescimento do PIB se manteve elevado na segunda metade da década de 70, em que, entre 1973 e 1980, superou de forma tênue os 7% ao ano (SERRA, 1982).

pintores, vigias, serventes, atendentes de bar, ambulantes, motoristas de ônibus, atendentes de consultório, ajudantes, entre outros⁴⁰.

É importante notar a grande heterogeneidade que atingia a estrutura de emprego desta camada social, como denota Henrique (1999, p. 64):

Trabalhador assalariado ou autônomo, assalariado na empresa ou no serviço público ou junto a pequenos negócios e empreendimento ou pelas famílias, assalariado na grande ou pequena empresa, no setor público ou no setor privado, autônomo subordinado ou não, para o público pobre ou para as camadas ricas – todas essas situações ocupacionais foram configurando certas diferenciações entre os trabalhadores comuns e conformando distinções de rotatividade do trabalho, de nível de renda e de grau de proteção pública e sindical. No entanto, baixos níveis de renda e más condições de trabalho generalizaram-se, em maior ou menor grau, entre todos eles.

Deste modo, os postos se diferenciavam de diversas maneiras, tanto pela sua especificidade, tamanho da empresa, formalização, etc., quanto pelo mercado de consumo à qual atendia. Havia diferenças de rentabilidade em se ter um comércio em um subúrbio e em uma região de renda mais alta, ou de ser empregado em uma grande empresa com serviços de plano de saúde, férias, décimo terceiro, e ser um assalariado sem registro em uma pequena oficina. Os trabalhadores informais, principalmente os de regiões com menor desenvolvimento capitalista, os assalariados de estabelecimentos muito pequenos ou familiares, os empregados de trabalhadores autônomos e os domésticos constituíam o grupo de menor rendimento e precariedade de trabalho da base social (OLIVEIRA, 1998; SOUZA, 1980).

Apesar do baixo salário, grande parte deste grupo incorporou, mesmo que por vezes com menor qualidade, os padrões modernos de consumo – quer pela queda no preço relativo de diversos produtos manufaturados, quer pelo endividamento através da ampliação do crédito para consumo. Além do mais, é preciso destacar que a renda familiar se mostrava fundamental para esse maior acesso aos bens de consumo, a partir do maior número de pessoas da mesma família ocupadas. Por outro lado, mesmo que no conjunto da economia a maioria dos postos de trabalho criados tenha sido assalariada com contrato formalizado (em 1980, 79% do total de ocupados eram assalariados e dentre estes 89% apresentavam contrato formal⁴¹), por vezes esse vínculo não garantia a sustentação básica da família, mesmo quando o emprego se dava nas grandes empresas. Desse modo, tanto nas regiões de maior desenvolvimento capitalista quanto na periferia

⁴⁰ Ver Novais e Cardoso de Mello (2009) e Medeiros (1992).

⁴¹ Henrique (1999).

econômica brasileira, em especial no Nordeste, foi se acumulando um contingente de pobreza significativo.

Logo acima da base social, se encontram os operários especializados da indústria e o trabalhador manual de maior qualificação dos serviços, muitos advindos do trabalho comum na indústria. Entre estes estão os torneiros mecânicos, controladores de produção, eletricitas, encanadores de manutenção, inspetores de controle de qualidade, instrumentistas, ferramenteiros, controladores de caldeiras, mecânicos de automóveis de maior qualificação, etc. Segundo Cardoso de Mello e Novais (2009), os indivíduos destas ocupações distanciam-se da base social por possuírem um rendimento mais elevado que os demais trabalhadores manuais e maior estabilidade no emprego que o trabalhador comum, tanto da indústria como do escritório, fato que aproxima seu padrão de vida e consumo da camada a um degrau acima, a nova classe média.

À luz dos conceitos de Mills (1979), a nova classe média é caracterizada pela expansão dos empregos de colarinho branco, em um momento de consolidação do capitalismo monopolista mundial, em que tal tipo de ocupação se expande a partir da centralidade da grande empresa da II Revolução Industrial. Nesse sentido, o aumento da produtividade pela evolução tecnológica na indústria, o desenvolvimento dos meios de distribuição e a ampliação das funções de coordenação – mudanças traduzidas em um aumento da burocratização das empresas, tanto públicas quanto privadas – além do incremento das tarefas de coordenação e regulação do governo foram responsáveis pelo aumento da gama de ocupações de colarinho branco.

O crescimento econômico e o grande número de empregos de qualificação intermediária criados foram condições primordiais para o surgimento da nova classe média no Brasil, que possui sua gênese no fim da industrialização pesada, ao final dos anos 1950 e início dos 60, e se consolida na década de 70, com grande concentração nas metrópoles. Segundo Quadros et. al. (2013, p. 38):

O processo de constituição da nova classe média no Brasil ocorreu durante o Milagre Econômico, que promoveu a expansão do emprego urbano baseado nas novas ocupações de colarinho branco. Ao mesmo tempo, ampliaram-se o leque salarial e o consumo de bens e serviços como forma de diferenciação social. Sem contar com a alta renda *per capita* e o elevado padrão de consumo dos norte-americanos, tampouco com as benesses do *Welfare-State* europeu, a brasileira foi montada sobre o dinamismo econômico e a profunda desigualdade social que marcava aquele momento.

Dentre as ocupações típicas desta camada estão administradores, gerentes, chefes, auxiliares de escritório, economistas e contadores, técnicos em contabilidade, lojistas, médicos, dentistas e enfermeiros com ensino superior, auxiliares na área de saúde, professores primários, secundários e superiores, engenheiros e arquitetos e seus auxiliares, funcionários das forças armadas e defensoria pública, etc⁴². Percebe-se, ao analisar os diversos tipos de emprego, que há uma diferenciação no interior da nova classe média, a qual forma “uma espécie de nova pirâmide dentro da antiga pirâmide social, e não uma camada horizontal” (MILLS, 1979, p. 84). A maioria se encontrava no segmento de menor rendimento⁴³, em que o nível de escolaridade exigido era menor, e havia aumento da presença de mulheres no trabalho não-manual.

Por mais que no Brasil a nova classe média, em sua maioria, não possuísse um elevado padrão de consumo como nos EUA, estava plenamente integrada ao consumo moderno de massas, em termos de vestuário, eletrodomésticos, alimentação, viagens, entre outros. O acesso ao crédito permitiu a aquisição de bens duráveis de maior valor unitário, em que se destaca o automóvel, bem como da casa própria, através do Banco Nacional de Habitação, de 1964. Além disso, gozavam da utilização de serviços baratos, como empregadas domésticas, médicos particulares, salão de beleza mais popular, entre outros, em que tal exploração elevava consideravelmente seu padrão de vida.

Por fim, na cúpula da estrutura social ao final dos anos 70 se encontrava o “núcleo duro” do poder econômico e político do Brasil. O arrocho salarial e o excesso de força de trabalho no meio urbano, em um contexto de elevado crescimento econômico, se traduziu em um aumento significativo do lucro das empresas, tanto na indústria quanto nos serviços, e permitiu um aumento ainda maior no padrão de vida da classe superior. Ao começar pelo setor industrial, encontravam-se nesta camada as multinacionais que já estavam consolidadas ou que surgiram nestas duas décadas (principalmente ligadas ao setor automotivo), o chefe de grupos econômicos, os pequenos e médios empresários da indústria têxtil, metalúrgica, de calçados, de móveis, etc. Na cúpula estavam também as instituições financeiras privadas de maior porte – que ganharam força devido a concentração de capital e as reformas financeiras –, as grandes empresas de comunicação que se formaram, como a rede Globo e a Abril, além dos

⁴² Ver Quadros (1991).

⁴³ Este grupo se aproximava dos trabalhadores manuais urbanos de maior qualificação.

empreiteiros de obras públicas, que se consolidaram política e economicamente, diante do horizonte de gastos públicos do Estado. Englobavam também a classe superior os funcionários de maior cargo das empresas, como os diretores, gerentes e assessores, tanto do setor privado quanto das estatais. Nas funções relativas ao Estado, observava-se o grupo de funcionários dos cargos mais altos do legislativo, judiciário e executivo, como o presidente, os senadores e governadores, deputados, vereadores, assessores e chefes de órgãos dos ministérios. Também juízes, desembargadores, o topo da hierarquia das forças armadas, entre outros. Finalmente, compunham esse seleto grupo os profissionais que prestavam serviços aos ricos, que se aproveitavam do grande crescimento de renda desta camada, como os psicanalistas e psicólogos, cardiologistas, cirurgiões plásticos, ortodontistas, proprietários de academias de luxo, donos de colégios e universidades da elite ou de escola de línguas, entre outros⁴⁴.

Os componentes da camada superior de renda e riqueza da sociedade brasileira eram os que alimentavam o consumo diferenciado e de luxo, como as roupas de *griffe*, automóveis modernos, hotéis e restaurantes refinados, etc. As elites mantêm ao mesmo tempo um padrão de consumo moderno, de primeiro mundo, e traços de uma sociedade de terceiro mundo individualista e mercantil, ao se aproveitar não só dos serviços de profissionais qualificados descritos no parágrafo anterior, mas também do trabalhador comum ou especializado. Salienta Campos et. al. (2004, p. 54):

Mas as elites brasileiras mantêm ainda traços terceiro-mundistas, no seu entender, saudáveis: legiões de serviços – motoristas, babás, cozinheiras, arrumadeiras, *personal trainers*, gerentes financeiros, secretárias, agentes de viagem, estilistas – cujo “ócio” se transmite ao senhor, pois o “serviço especializado” daqueles serve apenas para aumentar a opulência deste, não figurando como trabalho social ou produtivo. Trata-se de atividades que oscilam entre uma neofilantropia paternalista e formas atualizadas de exploração “servil” da mão-de-obra. No Brasil, estes traços arcaicos conseguem proteger-se da modernização de forma impressionante, funcionando inclusive como desejo, para as classes médias, de aceder a um padrão convencional de decência, definido pelos de cima.

Ao observar o movimento da estrutura social brasileira, tem-se uma mobilidade ascendente para praticamente todos os segmentos sociais, consequência do intenso crescimento econômico e expansão das oportunidades de negócios e de acesso a melhores postos de trabalho. No entanto, tal mobilidade demonstrou-se desigual, na qual houve uma pequena ascensão referente aos estratos inferiores, como por exemplo

⁴⁴ Para uma análise mais detalhada do topo da estrutura social brasileira nos anos 80, ver Cardoso de Mello e Novais (2009).

do trabalhador manual não qualificado para com alguma qualificação (maiores afetados na massificação dos postos de trabalho observada no período) ou mesmo do camponês para residente urbano, e as melhores oportunidades foram aproveitadas pelas camadas mais altas da sociedade. Havia de fato uma percepção de melhorias sociais, devido em grande parte ao acesso aos bens de consumo modernos pelas classes de baixa renda, muitas vezes apoiada no crédito e endividamento ou na junção de renda de familiares. Porém tal percepção apenas encobria a significativa diferenciação de renda e de padrão de vida que se estendia à estrutura social brasileira.

Diante de uma mobilidade ascendente, instaura-se no Brasil, no decorrer das décadas de 60 e 70, uma sociedade extremamente desigual, caracterizada pela concentração da propriedade e da diferenciação de rendimentos do trabalho – tais diferenciações de renda podendo ser expressas pelo aumento do índice de Gini no período, que passou de 0,535 em 1960 para 0,589 em 1979⁴⁵. Como bem denota Quadros (1991), a estrutura econômica instaurada no Brasil e o modo de expansão guiado pelo setor de bens de consumo duráveis são insuficientes para que se explique as iniquidades sociais crescentes no país. É preciso que se considere a forma conservadora como foram tratadas, por parte do governo e da própria sociedade, as questões estruturais brasileiras e as necessidades de políticas públicas voltadas aos segmentos de maior carência⁴⁶. Com a instauração em 1964 do regime ditatorial,

(...) no próprio momento do enfrentamento da crise econômica já vai se definindo o caráter excludente e socialmente perverso que caracterizará o chamado “milagre brasileiro” (...). Nesse período, o conservadorismo na formulação da política econômica e social é acompanhado pelo férreo autoritarismo político, unidos pelo que possuem em comum: uma profunda aversão aos interesses e necessidades populares. (...) Entre outras consequências, esta orientação leva a que o Estado dedique-se prioritariamente a promover o crescimento econômico, descuidando-se irresponsavelmente da atenção social. Por outro lado, é complacente ou solidário com a super-exploração da força de trabalho, através da política salarial e da repressão aos sindicatos mais combativos. Ou seja, cuida-se a qualquer custo de promover a geração de oportunidades e permite-se

⁴⁵ IPEA (2012). Por mais que a renda do trabalho represente uma proxy para o aumento das desigualdades no período, é preciso salientar que se considera neste trabalho um sentido mais amplo para as diferenciações sociais. Nesse âmbito, o índice de Gini expressa o aumento das desigualdades, porém de forma limitada, com foco na distribuição de renda. Um desses limites remonta à falta da avaliação do índice com relação aos monopólios de ascensão social e às assimetrias de oportunidades na sociedade brasileira, além de que, no Brasil, este índice não capta as desigualdades de renda que surgem a partir da propriedade e gestão da riqueza.

⁴⁶ Segundo o autor, o conservadorismo não se delimita ao Estado, mas sim se estende à sociedade, “(...) e não se restringe às elites dirigentes, mas se dissemina entre os remediados que igualmente nutrem profundo preconceito em relação aos menos favorecidos. É assim que a situação de miseráveis é atribuída à sua própria “vagabundagem”, abstraindo-se todo descaso social para com os “redundantes”.” (QUADROS, 1991, p. 27).

que os mais capacitados ou favorecidos se beneficiem... e os prejudicados que se cuidem. (QUADROS, 1991, p. 25-26).

A ausência de uma regulação mais sólida do mercado de trabalho, em que se observou a repressão sindical, políticas de estímulo ao baixo salário, maior rotatividade da mão de obra, intensa concorrência e ampla oferta de força de trabalho, permitiu uma extensão do leque salarial, no qual os rendimentos da cúpula da sociedade passam a se diferenciar intensamente daqueles da base social. Em termos de concentração de renda, em 1980 os 10% mais ricos apropriavam-se de 49,6% da renda total, e os 5% mais ricos, de 37%. Por outro lado, os 50% mais pobres se apossavam de 13,8% da renda⁴⁷. Eram visíveis então os perfis regressivos de distribuição dos rendimentos, incompatíveis com o alto crescimento e desenvolvimento econômico do período.

A atuação do Estado no compromisso do crescimento econômico e o descaso com as políticas sociais se traduziram na manutenção dos monopólios de oportunidades e de direitos do cidadão. Nesse sentido, a universalização dos direitos foi substituída pela massificação dos acessos. Na educação, apesar da ampliação do acesso à escola pública para crianças e jovens de classes mais baixas, tanto a qualidade do ensino quanto o próprio ambiente escolar se deterioraram, e a alternativa para um ensino de qualidade se mostrou na educação privada, restrita para camadas médias e altas da sociedade. Na assistência à saúde, a expansão foi acompanhada de aumento de filas, de descaso, de piora nos serviços e na formação e remuneração dos profissionais, e era preciso um plano privado de saúde para que se garantisse a assistência de forma suficiente. Na previdência social, eram encontrados benefícios irrisórios e parcos, sendo mais seguro o complemento com algum plano de aposentadoria ou de pensão oferecidos pelas próprias empresas, restrito pelo tipo e estabilidade do posto ocupado. Na aquisição da casa própria, apesar da criação do BNH, eram favorecidos os empréstimos para os segmentos de maior poder aquisitivo que pudessem comprovar sua capacidade de pagamento ao longo do tempo. Assim, restavam poucas opções para a base social a não ser dirigir-se para a periferia, em lotes, cortiços ou favelas, com precárias condições de moradia e saneamento básico, em um contexto de forte especulação imobiliária. A falta de assistência pública se agravava quando se tratava da população rural.

⁴⁷ Henrique (1999), em que considera para a distribuição da renda pessoal a PEA com rendimentos.

Diante de uma sociedade em que se tornavam crescentes e dominantes os valores individualistas e mercantis, em uma estrutura econômica moderna, a sociedade de consumo que se instaurava era calcada no monopólio cultural e na difusão de informações de forma limitada e enviesada pelos interesses dos proprietários de grandes meios de comunicação, dentre os quais destaca-se a rede Globo. O meio que passa a se consolidar nessa difusão é a televisão, sendo estratégicos no regime militar o desenvolvimento das telecomunicações e infraestrutura necessárias para que a abrangência da televisão se desse de forma disseminada e massificada (HAMBURGUER, 2010)⁴⁸. Os veículos de informação se colocavam sujeitos à concorrência entre as empresas, e os monopólios acabavam por deturpar a veracidade das informações⁴⁹. Desse modo, diante de uma educação pública massificada e de baixa formação crítica, as pessoas ficavam sujeitas à transmissão, pelos meios de comunicação, de campanhas publicitárias e valores de consumo, de modo a preencher as mazelas da vida cotidiana brasileira através da busca incessante em se atualizar nos padrões modernos de consumo, em um sistema que cria progressivamente falsas necessidades.

As oportunidades monopolizadas e o regime autoritário exercido por um Estado plutocrático não permitiram assim um acesso satisfatório aos progressos materiais do capitalismo obtidos no período de expansão dos anos 1960 e 70. Nesse âmbito, o quadro de pobreza ainda se mostrava expressivo – apesar da queda entre 1970 e 1980–, não estando restrita à região Nordeste, economicamente menos desenvolvida. Do total da população, em 1980, 35,3% encontravam-se abaixo da linha de pobreza, distribuídas espacialmente, enquanto que, no ano de 1970, essa proporção correspondia a 68,4% da população⁵⁰. É interessante notar, por outro lado, que quando a definição de pobreza não se limita a um acesso mínimo de consumo para subsistência, o quadro de pobreza brasileiro se expande. Conforme Henrique (1999, p 100):

A ideia de pobreza não pode estar referendada a um mínimo de subsistência vital, mas sim aos direitos fundamentais do homem, aos direitos sociais, definidos é claro historicamente e portanto mutáveis. Isso quer dizer que a ideia de pobreza neste país que avançou brutalmente em seu desenvolvimento material nessas décadas não podia ser dissociada do trabalho digno, da vida digna na velhice, do acesso à saúde de

⁴⁸ De 1960 a 1980 o número de domicílios com televisão salta de 4,6% para 56,1%, e em 1991 a proporção chega a 71% (HAMBURGUER, 2010).

⁴⁹ Ver Cardoso de Mello e Novais (2009) e Arruda (1985).

⁵⁰ Rocha (2004). Em termos espaciais, 27,3% dos pobres se encontravam em regiões metropolitanas, 30,4% em áreas urbanas não metropolitanas e 42,3% em áreas rurais (HENRIQUE, 1999).

qualidade, à educação ampliada de qualidade, à moradia com padrões adequados de infra-estrutura e de serviços públicos, à locomoção e ao transporte de massas de qualidade, à segurança e à justiça, aos bens culturais, e também a um padrão de consumo “essencial” – comer suficientemente, vestir-se decentemente, etc., preferencialmente com produtos de qualidade. Quiçá não podia ser dissociada também do sentido mais amplo de integração social, do direito à organização e à participação sociais. Nesse sentido, a pobreza atingia uma parcela da população mais ampla do que nossas estatísticas nos faziam crer e a simples continuidade de um alto ritmo de crescimento econômico e da expansão do gasto social não eram suficientes para seu equacionamento.

Seria necessário que o Estado e a própria sociedade atuassem de forma determinante nas estruturas sociais excludentes para que se atingisse uma sociedade democrática com uma distribuição de renda mais justa. Era condição essencial a aplicação de uma reforma agrária que acabasse com o monopólio da grande propriedade, de modo a aumentar o padrão de vida da população camponesa e melhorar a qualidade dos fluxos migratórios para a cidade. As políticas públicas deveriam ser ativas e significantes, voltadas para a base social, para que a maioria da sociedade não dependesse dos postos de trabalho para acessar seus direitos em um mercado concorrente e fracamente regulado. Eram necessários sindicatos livres, maiores organizações sociais e um espaço público democrático. Se fazia importante um controle social dos meios de comunicação e uma educação democrática que capacitasse a formação independente do juízo individual, do controle social do poder econômico privado, da autonomia e liberdade do indivíduo. Era fundamental um Estado compromissado com a sociedade, e não majoritariamente com a economia, baseado no discurso de que o próprio desenvolvimento econômico resolveria as questões sociais. Em suma, era necessário que se instaurassem no Brasil valores de uma sociedade moderna.

Não cabe ao presente trabalho propor um modelo de desenvolvimento alternativo, de modernização econômica e justiça social, mas sim explicitar que, por mais que houvesse um único modelo de indústria padronizado pelo capitalismo monopolista mundial, a implementação da indústria no Brasil nesses moldes representou uma conquista para o país. O alto dinamismo econômico e social era visível para todos, e aproveitado através de novas oportunidades, com o alcance ou a esperança de se acender socialmente. Por outro lado, aliado ao dinamismo estava a extrema desigualdade que se instaurava no país. Na industrialização brasileira, era possível que a sociedade evoluísse de forma diferente, mais igualitária. No entanto, o que se observou

entre 1950 e 1980 foi a instauração e expansão de uma economia moderna, porém em uma estrutura que permeava o utilitarismo individualista e a exclusão social.

Considerações Finais

Este capítulo buscou uma análise da evolução social no momento de salto industrial e crescimento econômico do período desenvolvimentista brasileiro. Tratou do modo como se instaurou as bases capitalistas de produção no país, bem como a orientação que tomou este capitalismo, calcado nos interesses privados, em uma sociedade de consumo e na concorrência selvagem entre os indivíduos. Ao mesmo tempo, procurou retratar as mudanças na estrutura e convívio social, em um momento no qual o progresso econômico caminhava ao lado de desigualdades sociais crescentes.

É preciso salientar que, por mais que as iniquidades se reproduzissem, ao se considerar o movimento conjunto do período houve uma queda generalizada da pobreza, e, como dito, de esperança de ascensão social para a população brasileira. Porém, ao mesmo tempo em que essas condições melhoravam, o leque de padrões de vida se ampliava. Assim, a dinamização social se aliava a criação de espaços de exclusão, em que, ao incluir um grupo populacional à uma situação melhor posicionada na sociedade, ao mesmo tempo o diferenciava, e, portanto, gerava a exclusão dos que não se inseriram nessas posições, reflexo da orientação do capitalismo brasileiro.

Capítulo 2 – O fim do dinamismo econômico e a regressão social: décadas de 80 e 90

Apresentação

O Brasil entrou na década de 80 diante de um contexto global de integração econômica e de mudanças nos padrões tecnológicos mundiais, movimento que já ocorria desde a década de 70, principalmente nos setores de informação e comunicação. Internamente, o II PND, apesar de lograr sucesso na manutenção de altas taxas de crescimento do produto e emprego em um momento desaceleração cíclica da indústria – o que caracterizou o programa como anticíclico –, não constava explicitamente de uma atualização do padrão tecnológico nacional ao mundial, e nem gerou as condições para um crescimento econômico autossustentado.

Por outro lado, em termos do modo como foram financiados o “milagre econômico” e o II PND, com peso extraordinário do endividamento externo em face da ausência do desenvolvimento de um sistema de financiamento interno de longo prazo, o país se colocou no início dos anos 80 em ameaças concretas de uma crise fiscal e cambial. O segundo choque do petróleo e a orientação ortodoxo-conservadora da política dos EUA, com a elevação brusca e violenta de sua taxa de juros em 1979, se traduziram no agravamento do estrangulamento financeiro à que se encontrava a economia nacional (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002). Com isso, nos anos 1980 observou-se uma estagnação econômica, com consequências deletérias para a estrutura social. Esta letargia no crescimento permaneceu nos anos 1990, porém com a crise social aprofundada pelos processos de abertura econômica, desestruturação produtiva e desmantelamento do Estado, com base na ideologia neoliberal vigente no período.

Dito isso, o capítulo, dividido em três seções, tem a intenção de abordar, em um primeiro momento, os processos de regressão social nas décadas de 80 e 90, perante a perda do dinamismo econômico característico do esgotamento do modelo de crescimento nacional desenvolvimentista anterior. A seção 2.1 busca assim traçar um panorama geral das mudanças econômicas das duas décadas, de modo a auxiliar a análise da regressão social observada. A seção 2.2, por conseguinte, tratará dos aspectos centrais desta piora social, ao levar em consideração as limitações do Estado e a

deterioração econômica, as alterações na estrutura ocupacional e as consequências do fim do dinamismo econômico para a estrutura social. Em um segundo momento, o capítulo abordará, na seção 2.3, o momento de maior progresso econômico e da evolução social presente no governo Lula, na primeira década de 2000.

2.1. Panorama econômico das décadas de 80 e 90

2.1.1. A crise econômica dos anos 1980

No Brasil dos anos 80 observou-se o fim de um modelo de crescimento que guiou a fase expansionista e de grande dinamismo da economia, caracterizado pelo nacional desenvolvimentismo. Esse esgotamento foi traduzido tanto pela perda de capacidade de intervenção do Estado quanto pela queda acentuada do crescimento econômico. Mais precisamente, a orientação da política econômica americana e o segundo choque do petróleo, em 1979, bem como a moratória do México, em 1982, provocaram uma alteração no cenário financeiro internacional, com a ruptura do crédito externo para a periferia mundial e a desarticulação do padrão de financiamento da economia brasileira utilizado nas décadas anteriores (HENRIQUE, 1999).

Além do cenário externo restritivo, o país se encontrava no início da década diante de desequilíbrios nas contas públicas e de um grande fardo de pagamento de serviços da dívida externa. Esses desequilíbrios se remontam ao financiamento da fase expansiva anterior. Segundo Lessa (1977), no período do “milagre” foram criados mecanismos de “colagem” do padrão financeiro interno ao sistema financeiro internacional⁵¹, de modo que o endividamento externo passou a irrigar o sistema financeiro e o acúmulo de reservas além da necessidade do Balanço de Pagamentos. O controle de liquidez se dava então pela dívida pública interna através de operações de *open market*, criadas em 1974, o que gerou também movimentos especulativos na economia.

⁵¹ Diante de um mercado financeiro internacional favorável, foi permitido o contrato de operações de débito no exterior pelo setor financeiro nacional privado e o repasse interno sobre a forma de cruzeiros. A moeda estrangeira ingressante era adquirida pelo Banco Central, em que o endividamento se refletiu em um acúmulo de reservas.

Mantendo a continuidade do padrão de financiamento no II PND e diante das incongruências de objetivos da época – políticas de gastos e investimento público expansionistas e de crédito e financiamento interno contracionistas, visando ao mesmo tempo o crescimento e a contenção da inflação e do déficit do Balanço de Pagamentos – a fragilidade na situação financeira pública se acentua. A dívida externa cresce pela própria aplicação do plano e também pelas decisões de política econômica. Segundo Belluzzo e Coutinho (1982), dado o diagnóstico do governo de uma inflação de demanda, entre 1976 e 78 o aumento da taxa interna de juros e o diferencial com a taxa internacional estimulou a entrada maciça de recursos externos e criou um ciclo de endividamento público interno⁵². Além disso, o corte de crédito interno e a prática de uma política de preços e tarifas públicas restritivas acabaram por deteriorar a capacidade de autofinanciamento das estatais e a forçá-las a recorrer em larga medida ao financiamento internacional, aumentando o endividamento do setor público (CRUZ, 1982).

Entre 1979 e 82 se observa os últimos sinais de absorção financeira de recursos externos pelo país. Em âmbito internacional, a elevação dos juros e o ajuste de preços do petróleo provocaram simultaneamente um desequilíbrio na balança comercial e uma pressão do déficit de transações correntes. De acordo com Carneiro (2002, p. 124):

Essa dupla pressão sobre o déficit em transações correntes leva a uma situação na qual novos empréstimos são insuficientes para cobrir o serviço da dívida, havendo rápida queima de reservas. (...) Até 1982, foi possível financiar parcialmente, por meio do mercado voluntário de crédito, o desequilíbrio do balanço de pagamentos, embora condicionado à imposição de ajustar crescentemente a balança comercial. Isso se fez por meio de créditos em condições mais restritivas, recorrendo-se, inclusive, a empréstimos de curto prazo.

Com isso, se observou no período uma deterioração no perfil da dívida externa contraída, dado as restrições de prazo do crédito internacional. Em termos de política econômica nacional, a tentativa de um ajuste heterodoxo entre 1979 e 80 se mostrou ineficiente, e em face a queima rápida de reservas, a desconfiança dos agentes quanto às políticas governamentais e as pressões dos bancos por taxas e comissões mais altas

⁵² Entre 1976 e 1978, com a manutenção de níveis de juros nacionais altos e o diferencial entre as taxas nacionais e internacionais, a enxurrada de recursos externos forçava a operação de dívida pública para financiar a conversão do saldo líquido dos recursos externos. Ao mesmo tempo, as pressões de certos setores, dado a alta dos juros, acabaram por levar o governo a fornecer crédito subsidiado com base na compressão dos recursos livres dos bancos, o que gerou um movimento de aumento ainda maior dos juros e das operações de endividamento público. Desse modo se retroalimentava o movimento de “ciranda financeira” e se acelerava de forma vertiginosa a massa de títulos públicos em circulação (BELLUZZO e COUTINHO, 1982).

devido aos repasses levou o governo a adotar o “ajuste exportador”. Tal ajuste se propunha a lidar com a crise da dívida externa e a retomar o crescimento com base nas exportações.

O ajuste objetivava lidar com a questão central do Brasil no começo da década – gerar condições para o pagamento do serviço da dívida – diante dos avanços dos problemas fiscais e cambiais da restrição externa, do aumento dos juros internacionais e da perda de reservas. Como mostra Henrique (1999, p. 119):

Além das tentativas desesperadas de refinanciar os passivos externos até 1982, restrições monetárias e creditícias com elevação da taxa de juros, duas maxidesvalorizações cambiais, contenção de gastos públicos, ajustes fiscais e tarifários, liberação de preços, arrocho salarial, retomada e ampliação dos incentivos às exportações e restrições às importações compuseram um conjunto de medidas a ajustar as contas externas – isto é, possibilitar o pagamento dos serviços da dívida – por meio da geração de superávits comerciais.

Apresentado os problemas gerais do país no começo da década, a orientação se voltou para o ajuste passivo à situação internacional, ao optar pelos estímulos às exportações para lidar com os desajustes econômicos. Os anos sob a égide da posição de ajuste foram marcados por fortes instabilidades nos principais indicadores macroeconômicos, em que predominou a política ativa de transferência de recursos reais para o exterior para servir à dívida externa – fato que representa um contraste com relação a fase anterior. Segundo Carneiro (1991 e 2002), os pontos de destaque do período se referem à drástica redução do crescimento, à estagnação do produto *per capita* em uma situação de declínio do ritmo de crescimento populacional, à regressão do investimento e à política de estímulo ao superávit primário.

O autor denota que esses pontos não representam fatos isolados, mas possuem uma hierarquia entre si. Nesse sentido, a complexidade da estrutura produtiva e o amplo mercado interno alcançado pelo país na fase expansiva tornaria incompatível o crescimento econômico sustentado e a manutenção de superávits comerciais. A expansão do superávit e o conseqüente crescimento por ele gerado aumentam a absorção interna da economia, porém até certo ponto, pois chegaria um momento em que para a manutenção da expansão da absorção interna seriam necessários avanços na estrutura produtiva, através do aumento das importações, incompatível, portanto, com a

restrição cambial necessária para o superávit comercial contínuo⁵³. Ademais, para o bom desempenho de longo prazo das exportações se faz necessário a renovação da tecnologia produtiva nacional, o que se traduz em investimentos altos e aumento das importações. Assim, o foco na manutenção do superávit comercial acabou por inibir o crescimento econômico e a gerar as instabilidades das variáveis macroeconômicas.

Constata-se que, com a política de estímulo ao saldo positivo da balança comercial, tais saldos se mostraram crescentes já em 1981, e mantiveram essa tendência na maioria dos anos do período em questão⁵⁴. Por outro lado, quando a economia demonstrou uma recuperação do investimento e do crescimento, particularmente entre 1984 e 86, o saldo comercial decaiu, e vice-versa, o que justifica o argumento de incompatibilidade anterior⁵⁵.

No âmbito produtivo, o contexto se mostrava de grande incerteza, e de expectativas deterioradas com respeito ao crescimento. As grandes empresas produtivas privadas tomaram assim posição defensiva com relação ao investimento, e a regressão desta variável é reflexo da dissociação entre o investimento público e o privado, proveniente do fim do padrão de crescimento anterior. Diante do movimento de estatização da dívida externa, as grandes empresas aproveitaram-se do estímulo às exportações para entrarem crescentemente no comércio externo. Além disso, também para as empresas voltadas ao mercado interno, as reservas de mercado e a proteção do câmbio permitiram o aumento da margem de lucro, em um contexto recessivo de inflação crescente.

Desse modo, o setor empresarial privado de maior porte manteve sua taxa de acumulação, em que as aplicações financeiras de cunho rentista prestaram importante papel nessa manutenção, tornando-o líquido e por vezes com lucros financeiros superiores aos produtivos. Cardoso de Mello (1992) aponta para um processo de aumento de poder econômico da grande empresa frente ao Estado, tanto pelo lado exportador e pelas pressões para desvalorização cambial quanto pelo lado financeiro, ao

⁵³ Mais precisamente, a compatibilidade entre o crescimento e a transferência de recursos reais para o exterior se dá até o momento em que a capacidade produtiva ociosa da economia fosse consumida. Após isso, seriam necessários novos investimentos e importações para o avanço do crescimento.

⁵⁴ Além dos estímulos às exportações e redução das importações, a maturação dos projetos do II PND prestou seu papel nos superávits comerciais.

⁵⁵ Ver Carneiro (2002). Entre 1984 e 86, momento em que as taxas de crescimento de 7% a.a., as importações cresceram e as exportações diminuíram – importações passam de -12% a.a. de 1981 a 83 para 7,7% a.a. de 1984 a 86, e as exportações de 8% para 5,3%, respectivamente.

se tornar rentista e fornecedora de empréstimos ao setor público. As estatais, fragilizadas pela dívida externa e pelas restrições de preços públicos, apresentaram grandes dificuldades para o investimento e expansão, com exceção das mais proeminentes, como a Vale do Rio Doce e a Petrobrás.

No setor bancário privado, a situação ativa muda, com restrição do crédito e encurtamento dos prazos, e, nos passivos, passam a se desmonetizar e a receber depósitos de moeda indexada, particularmente na segunda metade da década. Esse setor também mantém a acumulação em situação favorável, através da intermediação financeira e aplicações financeiras em dívida pública, em que os títulos públicos passam a compor o patrimônio líquido das instituições bancárias.

Quanto a inflação, observa-se durante a década um movimento de aceleração, principalmente após 1987⁵⁶. Esta tendência, aliada a alta taxa de juros e à estatização de praticamente toda a dívida do setor privado debilita de forma proeminente as finanças do Estado. Observa-se uma situação de crise fiscal, em que, com a restrição do crédito externo, houve a perda de capacidade de financiamento do setor público. O ponto central passa a ser como arcar com a dívida pública crescente, momento em que o endividamento interno se mostra como auxílio ao pagamento da dívida externa através de operações financeiras com títulos públicos e do ganho com juros.

A partir da proteção cambial, dos incentivos à exportação consequentes do estímulo ao superávit comercial e dos ganhos financeiros, o ajuste exportador se traduziu em uma transferência de renda do setor público para os segmentos líquidos do setor privado, com aumento dos lucros e queda dos salários na economia. O Estado ao longo dos anos 80 garantiu a acumulação do setor privado, principalmente dos ganhos financeiros, na medida em que deteriorava de forma imponente suas finanças. Segundo Cardoso de Mello (1992, p. 61), em referência à contrapartida da acumulação privada:

A contrapartida, como se sabe, foi o extraordinário agravamento da situação financeira do Estado. Por três razões básicas: (1) pelos efeitos das desvalorizações cambiais sobre

⁵⁶ Nesse caso, prestaram papel importante o *mark up* das empresas – o reajuste das margens de lucro dado um quadro de grande instabilidade macroeconômica –, a substituição da moeda corrente pela moeda indexada, apoiada em mecanismos formais de indexação como a correção monetária, e mais para o final da década o movimento de financeirização dos preços, em que a formação de preços perde a referência da produção e passa a ser reajustado a partir do critério de juros de curtíssimo prazo (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002). É importante salientar que houveram diversas discussões na época – por vezes com pontos de vista divergentes – com relação às causas da inflação. Tal debate foge ao escopo do trabalho, e para uma visão detalhada, ver Rego (1990).

a dívida externa; (2) pelas consequências da recessão e da aceleração da inflação sobre a arrecadação fiscal e sobre as receitas das empresas estatais; (3) pelo impacto das altas taxas de juros sobre a dívida mobiliária e bancária.

Desse modo, o poder estatal perde a capacidade de impor às empresas e bancos privados algum caminho de recuperação, e o raio de manobra da política econômica se estreita⁵⁷. Mais precisamente, o Estado perde seu consenso de caráter desenvolvimentista.

Em suma, os anos 80 mostraram a quebra do modelo anterior de expansão econômica. O ajuste exportador, ao representar mais um modo de lidar com os desequilíbrios do que a substituição por um novo modelo de expansão, demonstrou uma intensa instabilidade no movimento das variáveis macroeconômicas, e permitiu – dado uma política cambial de estímulo ao saldo comercial e de endividamento público crescente – os ganhos financeiros e a liquidez das grandes empresas e bancos do setor privado. Em um quadro de aceleração inflacionária, crescimento estagnado, investimento regressivo, em que a estrutura produtiva nacional pouco evoluiu em um contexto de avanços tecnológicos das economias centrais, o Estado tem suas finanças deterioradas e seu papel na política econômica se limita, bem como na política social.

2.1.2. Anos 1990: estabilização e abertura econômica

A década de 90 foi marcada pela nova orientação do capitalismo mundial, calcada pelo paradigma neoliberal⁵⁸. Tais mudanças se refletiam em uma contínua e significativa redução do papel do Estado no desenvolvimento econômico, cabendo à este a “(...) criação das condições propícias para atrair investidores, lubrificando ao máximo a liberdade privada de acumulação” (BELLUZZO e COUTINHO, 1996, p. 129). Com a desregulamentação econômica e a globalização, se desenvolvem os mecanismos de comércio, investimento e principalmente de fluxo de capitais e

⁵⁷ Apesar do Plano Cruzado ter representado uma descontinuidade de curto prazo da política econômica, ao tentar uma reforma monetária com desindexação e congelamento de preços, este logrou fracasso nos anos seguintes à aplicação, principalmente pela incapacidade de gerar novos horizontes de expansão (CARNEIRO, 2002). De um modo geral, a política econômica da época se condicionou ao ajuste exportador e à variação instável entre a manutenção do superávit primário para arcar com a dívida e das necessidades para o crescimento.

⁵⁸ Mais precisamente, no âmbito dos países centrais este movimento já se colocava desde os anos 1980, tendo como marco a elevação brusca da taxa de juros americana em 1979 e a difusão da desregulação econômica e globalização financeira.

valorização financeira entre os diversos países, em que se destaca o papel central dos EUA.

Nesse contexto, na América Latina há uma reviravolta na condição dos fluxos de capitais quando comparada com a década anterior. Os países latino-americanos se inserem na globalização financeira como receptores de investimento de portfólio, particularmente de ações e títulos de dívida (MEDEIROS, 1997). Tal influxo de capitais privados foi essencial para o sucesso dos programas de estabilização dos países com quadro de hiperinflação e desequilíbrios financeiros.

No Brasil, o ciclo financeiro internacional favorável se seguiu de medidas para atrair os investidores para a aplicação no país. O influxo de capitais se mostrava como pré-requisito para o sucesso da estabilização monetária devido a manutenção da âncora cambial utilizada como medida pelo Plano Real⁵⁹. Nesse sentido, observa-se a oferta de ativos atraentes, com elevados ganhos de capital e prêmios de risco, em geral de curto prazo e elevada liquidez – ações de empresas em processo de privatização, bônus e papéis comerciais de empresas e bancos de boa reputação, etc. – como forma de aliviar as incertezas provenientes do histórico de fragilidade macroeconômica do país. Em busca de cumprir com essas condições, o país aplicou durante a estabilização da década de 90 uma combinação de juros altos e câmbio apreciado.

O volume de capitais entrantes no Brasil só foi possível devido ao processo de abertura financeira, iniciado no início dos anos 1990 no governo Collor e plenamente realizado sob a gestão de Armínio Fraga no Banco Central, durante o segundo governo de Fernando Henrique. Segundo Prates e Freitas (2001), a abertura financeira brasileira partiu de dois eixos principais: da flexibilização da entrada de investidores estrangeiros no mercado financeiro brasileiro e da adequação do marco regulatório doméstico ao modelo contemporâneo de financiamento internacional. O resultado foi a liberalização dos investimentos estrangeiros de portfólio no mercado doméstico e a emissão de títulos e ações no mercado internacional de capitais⁶⁰.

⁵⁹ Para a manutenção da âncora cambial, se faziam necessárias um montante de reservas significantes para que se estabelecesse o valor externo da moeda sem ameaças provenientes de choques externos de preços ou de financiamento (CARNEIRO, 2002).

⁶⁰ A mudança na disponibilidade de capitais externos aos países americanos ocorreu devido à deflação de riqueza mobiliária e imobiliária dos mercados globalizados, já em 1989. A depressão dos mercados de qualidade e a situação de sobrelíquidez, aliado as mudanças e incentivos dos países emergentes gerou o

Em termos gerais, os fluxos de capitais provenientes da maior liberdade financeira partiram, como já dito, de investimentos estrangeiros de portfólio no mercado financeiro nacional, da captação bancária através da emissão de títulos no exterior e da maior entrada de investimento direto estrangeiro (IDE), tanto em termos produtivos quanto para o setor financeiro. Em relação ao sistema bancário, a captação de recursos externos através da emissão de títulos se mostrou predominantemente de curto prazo, direcionados para o financiamento do comércio exterior. Esta parte cabia principalmente aos bancos estrangeiros, enquanto os nacionais concentraram a atuação no financiamento de longo prazo e nas operações de repasses, aplicando também seus recursos excedentes em títulos públicos em operações de arbitragem.

Os fluxos de IDE para o setor financeiro se destacaram particularmente a partir da segunda metade dos anos 1990, o que caracterizou o processo de internacionalização do sistema financeiro nacional. A partir dos interesses de valorização dos bancos estrangeiros no mercado nacional e de medidas de liberalização na entrada dessas instituições, os bancos internacionais passaram a ter maior importância no país, processo que gerou um novo quadro concorrencial e um conseqüente acréscimo de fusões e aquisições. No entanto, este processo não impactou como esperado em termos de alongamento dos prazos, redução de custos e seletividade do crédito doméstico. Diante da incerteza e concorrência, bem como de uma macroeconomia com histórico de fragilidade, as novas instituições internacionais acabaram por se comportar de forma similar as que aqui já se encontravam, focando em operações de valorização de curto prazo.

Em suma, o processo de abertura financeira, por mais que tenha cumprido com o estímulo ao influxo de capitais necessário para o plano de estabilização monetária, não gerou as condições para diminuir a vulnerabilidade externa da economia brasileira, principalmente nas necessidades de financiamento de longo prazo das empresas produtivas⁶¹. Conforme Prates e Freitas (2001, p. 104):

(...) a abertura financeira da economia brasileira não contribuiu para a superação da fragilidade financeira estrutural do país: a inexistência de mecanismos privados

influxo significativo de capitais no período (BELLUZZO e COUTINHO, 1996). Para uma visão mais detalhada da abertura financeira brasileira, ver Prates e Freitas (2001).

⁶¹ As maiores dificuldades de financiamento se remetiam as pequenas e médias empresas, que dependiam do crédito bancário interno. As grandes empresas no geral possuíam acesso ao mercado internacional de capitais, e a emissão de títulos no exterior como forma de captação envolvia menores custos (PRATES e FREITAS, 2001).

domésticos de financiamento de longo prazo. Nos anos 1990, o BNDES continuou sendo o provedor, por excelência, de recursos de longo prazo no mercado doméstico para o financiamento de investimentos produtivos. A liberalização dos investimentos estrangeiros de portfólio no mercado doméstico não resultou na dinamização do mercado primário de ações, que permanece uma fonte marginal de financiamento para as empresas domésticas. E os recursos captados pelos bancos mediante emissão de títulos no exterior não alteraram de forma significativa o *funding* do sistema bancário; pelo contrário, foram canalizados, sobretudo, para operações de arbitragem com títulos públicos.

O processo de abertura acabou por aprofundar a fragilidade externa do país, dado o fluxo de capitais de natureza volátil, com um reforço das influências cíclicas nas contas financeiras e no financiamento econômico, e com o crescimento do passivo externo da economia brasileira, que se traduziu em remessas de juros, lucros e dividendos para o exterior.

No âmbito produtivo, houve nos anos 1990 uma mudança radical quanto ao modelo de crescimento, em contraste com o desenvolvimentismo do período de expansão econômica brasileira⁶². Em termos gerais, a nova visão se baseava na concorrência como estímulo à incorporação de novas tecnologias e ao aumento da produtividade, que por consequência resolveria automaticamente as questões sociais. Diante desse contexto se encaixavam a abertura comercial, uma desestruturação produtiva e alterações patrimoniais observadas no decorrer da década.

A abertura comercial se traduziu na eliminação de barreiras não tarifárias e redução de tarifas comerciais, que por conseguinte acarretou uma maior participação de produtores estrangeiros no mercado nacional. Combinada com o câmbio valorizado vigente, a redução das barreiras comerciais permitiu uma desestruturação produtiva na economia, em uma inserção externa caracterizada pelo aumento das importações sem contrapartida equivalente ou superior das exportações.

Dessa maneira, com o aumento de importações e a abertura, houve uma perda dos elos das cadeias produtivas e a aceleração do processo de especialização na economia, principalmente nos setores intensivos em tecnologia e capital, em busca de maior eficiência e racionalização na produção⁶³. A perda na estrutura anterior se deu assim com a forte especialização nesses setores e do ganho de importância nos setores

⁶² Os fundamentos do desenvolvimentismo se baseavam na substituição de importações e na ampla intervenção estatal, em um setor produtivo estatal predominantemente focado nas indústrias de base e infraestrutura (CARNEIRO, 2002). Tal modelo calcado no financiamento externo já mostrava sinais de esgotamento em meados dos anos 1970, momento de aplicação do II PND.

⁶³ É interessante notar que a especialização e o aumento das importações eram condizentes com a visão adotada, pois favoreceriam a maior eficiência e concorrência interna.

intensivos em recursos naturais e mão de obra no comércio internacional, principalmente na relação com os países centrais⁶⁴. Conforme Carneiro (2002, p. 316):

Essa especialização, cujo significado maior foi a perda de densidade produtiva nos setores responsáveis pela reprodução do capital, marca um antagonismo claro no processo histórico de crescimento da economia brasileira cuja trajetória, até os anos 80, havia sido a diversificação e a redução da dependência de importações, incluindo os setores de meios de produção. Significa também que o crescimento da economia nacional passa a depender mais fortemente das importações e, portanto, da qualidade de sua inserção externa.

As transformações no setor e o saldo comercial predominantemente negativo a partir de 1994 concretizaram um déficit comercial estrutural na economia⁶⁵.

Em termos patrimoniais, observou-se uma redefinição da participação do Estado na produção a partir do processo de privatizações – significativas com relação às estatais, principalmente ligadas aos serviços de utilidade pública, tais como energia elétrica e telecomunicações. Com a abertura financeira, foi significativa a entrada de IDE, principalmente a partir de 1994, através da compra integral das empresas ou de participação acionária, fluxo que se concentrou no setor de serviços, dado os movimentos de privatização. Há portanto um aumento da importância da grande empresa estrangeira, o que caracteriza a internacionalização da produção brasileira, em oposição ao tripé do período de expansão formado pelo Estado, multinacionais e empresa privada nacional⁶⁶.

A economia mostrou um crescimento pouco expressivo no período, em torno de 2,7% a.a.⁶⁷, reflexo da predominância dos investimentos das empresas estrangeiras e de seu baixo poder de indução e de realimentação de um ciclo endógeno de crescimento, fruto da especialização dos setores intensivos de capital. Os problemas para avançar na

⁶⁴ Medeiros (1997) aponta como importante a postura dos EUA no comércio com a América Latina, estes representando um mercado para suas exportações americanas de manufaturados. Nesse sentido, a inserção comercial dos países latino americanos seria de maior atuação na exportação nos ramos intensivos em recursos naturais e de importação intensiva nos demais setores.

⁶⁵ Mesmo com as desvalorizações cambiais e o baixo crescimento do PIB ao final da década, não houve a reversão deste déficit, dado a importância das importações e as transformações na estrutura produtiva.

⁶⁶ Laplane e Sarti (1997) apontam para a maior integração comercial das filiais com as matrizes. Apesar do foco das transnacionais no mercado interno, o movimento de estratégia concentradora das grandes empresas estrangeiras observado na década de 1990 contrasta com o papel antes prestado pelas multinacionais na atualização tecnológica e evolução industrial do país. Nesse sentido, tal como denota Cardoso de Mello (1992), as transnacionais não prestaram a importância de induzir a estrutura industrial a acompanhar a evolução tecnológica global nos padrões da 3ª Revolução Industrial de forma plena, e a reestruturação produtiva demonstrou a inserção brasileira como exportadores de produtos intensivos em recursos naturais e mão de obra e importadores de intensivos em capital e tecnologia, em sua relação com os países centrais.

⁶⁷ Carneiro (2002).

industrialização se recolocaram, em um contexto de evolução tecnológica global. Como explicita Laplane e Sarti (1997, p. 176):

A excessiva dependência do financiamento externo para manter o crescimento não é apenas consequência de uma conjuntura que apresenta condições internacionais favoráveis, mas também da incapacidade de vencer o desafio da construção de canais de mobilização da poupança doméstica. A fragilidade dos encadeamentos tanto nos investimentos industriais como nos de infra-estrutura é consequência de não se ter superado o desafio da constituição de um núcleo endógeno de geração e difusão de inovações.

Por fim, aliado ao financiamento do Balanço de Pagamentos com o influxo de capitais externos, se fazia necessário para o programa de estabilização o controle dos déficits públicos para a retomada da confiança na moeda nacional⁶⁸. O novo paradigma liberal partia então da necessidade de uma reforma fiscal, o que consequentemente colocava e reforçava a revisão do papel do Estado na economia. Este fato culminou nas reformas fiscais ao final da década – em que se destaca a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000 – e na geração de superávits primários em um contexto restritivo⁶⁹.

Em relação à dívida estatal, a partir da estratégia de acúmulo de reservas para a estabilização com a manutenção de uma taxa de juros elevada, era consequente o aumento da dívida externa, acompanhado da disparada da interna, devido ao processo de esterilização das reservas para controlar o nível de câmbio e de juros ao desejado. Desse modo, ao final da década o controle do endividamento público se colocava como um problema a ser resolvido, dado os limites do superávit primário para cobrir a dívida e as restrições impostas ao crescimento econômico.

A década de 90 mostrou, diante do programa de estabilização representado pelo Plano Real, a consolidação da visão neoliberal na política econômica, expressa pelas reorientações produtivas e patrimoniais, pela abertura financeira e criação de um espaço de valorização do capital global e da riqueza privada nacional às custas do endividamento público, pelo crescimento da importância das instituições estrangeiras no país e na continuidade dos antigos problemas de dependência externa, calcada na inovação e no financiamento da economia. Ao Estado, coube enfim a limitação à manutenção de condições estáveis e adequadas ao bom funcionamento da economia aos

⁶⁸ Para uma análise do diagnóstico inflacionário com base no conceito de “déficit potencial” do governo, ver Bacha (1994).

⁶⁹ Ver Lopreato (2014).

olhos do plano teórico neoliberal, fato que gerou consequências importantes para o quadro social brasileiro.

2.2. A crise social dos anos 1980 e 1990

Ao ajuste à situação restritiva externa dos anos 1980 se seguiram mudanças significativas no perfil social brasileiro. A estagnação e o fim do dinamismo anterior marcaram, pelo lado econômico, a perda dos fatores que antes traziam – em uma sociedade já significativamente desigual – a possibilidade de ascensão a melhores padrões de vida.

Apesar do panorama desfavorável da economia brasileira, a abertura democrática gerou a retomada de forças em prol de reformas progressistas. Conforme Quadros (2003a), a década de oitenta começou assim com profundas esperanças de mudanças. Com o fim do milagre econômico e a crise do regime militar, o fortalecimento da frente democrática de oposição se traduziu na busca de reformas econômicas e sociais que associassem o enfrentamento da crise à proteção da economia e da sociedade nacionais.

Segundo Fagnani (1997), o esgotamento da estratégia conservadora nos primeiros anos da década se traduziu em impulsos reformistas, a partir de iniciativas tanto do Executivo quanto do Legislativo federal. Com isso, foram incorporadas na agenda governamental questões como a reforma agrária, seguro-desemprego, grupos de trabalho para identificar carências nos diversos setores sociais, programas emergenciais, etc., e foi promulgada a nova Constituição, em 1988 – com introdução de avanços formais e ampliação de direitos.

No entanto, mesmo antes da vitória de Collor em 1989, as forças conservadoras da sociedade brasileira mostraram-se imponentes e resistentes aos movimentos de mudança, favorecidas pelo agravamento da crise econômica:

A transição democrática no Brasil sela um pacto conservador interelites e expressa seu caráter “negociado” e “pelo alto”. Essa fissura na coalizão governista teve papel decisivo nos rumos da política social. Ao longo de todo o governo da Nova República, é nítida a percepção de dois movimentos *conflitivos, superpostos e intermitentes*. O primeiro (...) é impulsionado por segmentos solidários com a expansão dos direitos sociais. O segundo é impelido por setores conservadores – tendo por epicentro o Executivo federal – que buscam obstruir esse processamento tanto na fase da

Assembléia Nacional Constituinte, quanto na etapa de regulamentação constitucional complementar (FAGNANI, p. 219-220, 1997).

Ao impedir as mudanças progressistas, o conservadorismo conduziu o país nos anos 1990 a uma abertura internacional que reforçou o caráter subordinado da inserção externa brasileira. Esse movimento foi associado a um modo antinacional e antissocial de combater a crise, traduzido pela conduta política do período – em que se destaca o Plano Real (QUADROS, 2003a). Com base nesse contexto, a seção se propõe a analisar os aspectos que ilustram a regressão social observada nas duas décadas.

2.2.1. Anos 1980: mudanças na estrutura social com a estagnação econômica

O panorama da desigualdade não se limita às iniquidades de renda do trabalho. Coloca-se, portanto, em uma discussão mais ampla, em que se insere o papel do Estado e da provisão universal de serviços públicos de qualidade, bem como a questão da propriedade de riqueza e da reprodução dos monopólios sociais. Diante da insuficiência progressiva e histórica na oferta de serviços públicos universais e do parco controle social nessa área, o emprego se mostra como “(...) o alicerce da inserção do indivíduo em sociedades como a brasileira e, depois da propriedade, é a base da desigualdade social” (QUADROS, 2013, p. 37). Ao levar em conta esses fatores, é possível aprofundar a análise da evolução da estrutura social do país com o fim do período desenvolvimentista, objeto desta e das próximas seções⁷⁰.

Em termos demográficos, a população diminuiu seu ritmo de crescimento quando comparada com os anos 1970, ao passar de 2,5% a.a. (de 1970 a 1980) para 1,9% a.a. na década de 80⁷¹. Por outro lado, a população economicamente ativa (PEA) manteve seu ritmo de crescimento em um patamar elevado, apesar de ter diminuído quando comparada com o período anterior⁷². Esse fato ocorreu em parte devido a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, com evolução da proporção feminina na PEA total de 31,7% em 1979 para 35,2% em 1989⁷³.

A instabilidade do investimento e a estagnação econômica expandiram seus efeitos para o mercado de trabalho, em que se observaram mudanças na estrutura

⁷⁰ Para uma análise de maior amplitude sobre a desigualdade social como conceito, ver Antunes (2011) e Dedecca (2009).

⁷¹ Baltar e Henrique (1994).

⁷² Enquanto o acréscimo populacional foi de 11,2% de 1981 a 90, a PEA mostrou elevação de 30% no mesmo período (QUADROS, 2003a).

⁷³ Henrique (1999).

ocupacional e na distribuição de rendimentos. O período recessivo inicial da década (1981 a 1983) mostrou um aumento do desemprego aberto, bloqueio que se destaca quando comparado com a alta capacidade de inserção ocupacional do período de alta expansão econômica. No entanto, o desemprego aberto mostrou-se expressivo somente neste período inicial, caindo de ritmo com a recuperação do crescimento guiado pelas exportações entre 1984 e 1986 (BALTAR et. al., 1996). No saldo global, o crescimento do número de ocupados foi muito próximo do aumento da PEA, o que demonstra que de alguma forma o aumento da população ativa foi absorvido⁷⁴.

É importante notar que, apesar da estagnação econômica, a estrutura produtiva construída nos anos anteriores foi de certo modo mantida nos anos 1980, fato que contribuiu para a absorção da mão de obra, ainda que com variações conjunturais provenientes do ciclo econômico e com mudanças no quadro ocupacional brasileiro. Por outro lado, nos anos 1990 houve uma desestruturação produtiva, o que aprofundou a crise social do país, fato que será visto mais adiante.

Cabe primeiramente destacar de maneira breve a estrutura ocupacional e de rendimentos na agropecuária. Além de diminuir sua ocupação em termos absolutos, esse setor de atividade mostrou uma participação decrescente no total de pessoas ocupadas – de 30% em 1980 para 23,2% em 1989⁷⁵. No âmbito das mudanças conjunturais, enquanto na primeira metade da década observou-se um aumento dos ocupados agrícolas, representado principalmente pelo acréscimo do subemprego, na segunda metade os ocupados agrícolas passaram a decrescer, devido principalmente à retomada da mecanização da produção. Segundo Graziano da Silva (1994, p. 638):

(...) o setor agropecuário contribuiu pouco para a geração de novos empregos nas duas últimas décadas, sendo a taxa de crescimento quase nula na segunda metade dos anos oitenta, em parte devido à menor taxa de crescimento da área com culturas, mas sobretudo em função da modernização agrícola. Essa perda de dinamismo em termos de criação de novos empregos não pode ser atribuída singelamente a uma estagnação do setor: ao contrário, o produto agropecuário apresentou significativas taxas médias anuais de crescimento especialmente durante a crise dos oitenta. Ela se deve, antes, à substituição de lavouras intensivas em trabalho por culturas modernas e poupadoras de mão-de-obra, pela ocupação de fronteiras com base na pecuária e, principalmente, pelo

⁷⁴ A diferença entre a PEA e os ocupados demonstrou um acréscimo de 10% dos desocupados no conjunto dos anos 1980, considerando o período de busca de até um ano (QUADROS, 2003a). Sabóia (1986) aponta para a característica de transitoriedade do desemprego aberto no Brasil nos anos 1980, na medida em que, frente a legislação trabalhista pouco atenciosa ao desempregado, este logo se encaixava em algum tipo de ocupação informal e saía das estatísticas de desemprego aberto, fato que revelava também a fragilidade de medida deste indicador.

⁷⁵ Leone (1994).

ritmo e forma assumido mais recentemente pelo progresso tecnológico, com destaque para a mecanização da colheita de produtos como a cana-de-açúcar, algodão e milho.

Com o assalariamento do trabalho rural fortemente influenciado pelo salário mínimo, e diante da queda progressiva deste no período em questão, tem-se que a condição de rendimentos entre os assalariados se deteriorou, aprofundando-se ainda mais as desigualdades de renda no setor agrícola⁷⁶.

O papel da política pública no meio rural manteve seu caráter de negligência. Apesar da pauta da reforma agrária ter voltado à cena com os impulsos progressistas observados na década, foi abandonada com a retomada das forças conservadoras. As políticas se traduziram, portanto, em instrumentos compensatórios e insuficientes, ao manter a estrutura de exclusão e desigualdade distributiva no campo.

Desse modo, segundo Leone (1994), a situação de pobreza rural pouco mudou quando comparada com o início da década. Tal pobreza se expressou pelo baixo salário do trabalhador temporário e mal qualificado, pela pequena renda auferida pela produção familiar, bem como pela pobreza absoluta de regiões atrasadas em que o salário temporário ou produção familiar são insuficientes para prover condições básicas de vida⁷⁷. Em 1988, 73% da população rural auferia uma renda inferior à linha de pobreza, estatística que correspondia a 65% em 1965⁷⁸.

É interessante destacar que, diante da situação ocupacional agrícola menos favorável, o êxodo rural, apesar de ainda se manter intenso, decaiu nessa década, principalmente quando se tratam das cidades e metrópoles do centro-sul – anteriormente pólos expressivos de atração da população campesina. Prestou papel nesse comportamento a deterioração das oportunidades de trabalho urbano, principalmente para o migrante rural – em que se mostrava frequente a oferta de trabalho manual rotineiro e sem experiência –, e o aumento do trabalho não agrícola no campo, como na agroindústria, na construção civil, nos serviços sociais, turismo e lazer, etc. Desse modo, nos anos 1980, as migrações passaram a se concentrar mais dentro das regiões, para cidades próximas do ambiente rural correspondente:

⁷⁶ Tomando como base 1980=100, temos que o salário-mês agrícola caiu de 99 em 1981 para 52 em 1990, em forte relação com o movimento do salário mínimo (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

⁷⁷ A pobreza absoluta prevaleceu no Nordeste, enquanto no Centro-Sul se destacaram outras situações de pobreza, como o assalariado temporário residente em regiões de maior oferta de infraestrutura e serviços públicos ou o produtor familiar com maior acesso ao autoconsumo.

⁷⁸ Graziano da Silva (1994), com referência a um estudo sobre pobreza rural feito pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

(...) houve forte redução nas migrações inter-regionais e crescimento das migrações intra-regionais – ou seja, dentro das regiões. A origem continuou sendo predominantemente rural, mas o destino passou a ser tanto metrópoles regionais, como pequenas e médias cidades do interior. Em outras palavras, a população migrante tende a ser absorvida dentro de suas próprias regiões de origem, talvez à espera da tão prometida “retomada do crescimento econômico” do Centro-Sul (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p. 630).

A progressiva perda de participação das ocupações agrícolas no total ocupacional revela que a absorção da PEA no período se deu predominantemente em atividades não agrícolas, principalmente no meio urbano. Apesar de o desemprego aberto ter sido insignificante, houve uma clara precarização das condições de trabalho na década de 80. O problema básico na estrutura ocupacional não-agrícola se mostrou na perda de dinamismo na geração de empregos do setor secundário, com destaque para a indústria de transformação e para a construção civil⁷⁹. Conforme Baltar e Henrique (1994, p. 607):

Essa mudança reflete a estagnação da economia brasileira nos anos oitenta e significa uma inversão das tendências que vinham se manifestando no país desde fins da década de cinquenta, quando despontava um rápido aumento do emprego no setor secundário, em especial na indústria de transformação e na construção civil. Este setor havia contribuído, sem dúvida, para a absorção nas áreas urbanas dos contingentes de mão-de-obra, sobretudo masculina e com baixo grau de instrução, que deixaram o campo na direção das grandes cidades.

Em contrapartida, o setor terciário respondeu pela expansão das ocupações, no comércio, na prestação de serviços – em que se incluem os serviços domésticos –, nos serviços auxiliares à atividade econômica e nas atividades sociais e administrativas do setor público. O setor financeiro apresentou uma tendência ao declínio, em parte devido ao avanço da informatização na segunda metade da década (BALTAR E HENRIQUE, 1994; QUADROS, 2003a).

Como consequência, houve uma perda de participação do trabalho assalariado em estabelecimentos com maior estrutura organizacional – em que se mostra frequente a formalização dos empregados –, que passou de 54,7% para 47,7%⁸⁰. Por outro lado, os

⁷⁹ A indústria de transformação e construção civil perderam participação relativa no total de ocupações, o que não significa que decaíram em termos absolutos no resultado global da década, apresentando um crescimento mais lento que os demais ramos. Em termos relativos, a indústria de transformação caiu de 22,9% do total de ocupação setorial em 1979 para 20,7% em 1989, fração que corresponde de 10,1% para 8,1%, na construção civil. As alterações conjunturais afetaram significativamente a indústria de transformação, com forte queda nos primeiros anos, de recessão, e recuperação com a volta do crescimento em 1984, e leve queda posterior ao final da década. Já na construção civil, há uma deterioração para além da conjuntura, em que prestou papel a desestruturação do BNH e o caráter regressivo dos investimentos nesse setor, com paralisação das grandes obras públicas (HENRIQUE, 1999; FAGNANI, 1997).

⁸⁰ O assalariamento formal passa de 71,7% do total de assalariados em 1979 para 63,8% em 1989 (BALTAR, 1996).

assalariados não formais aumentaram sua parcela no total de ocupações, de 21,5% para 27%. Tal aumento foi observado também para os trabalhadores por conta própria e para os empregadores, ao passar de 17,9% para 19,1% e de 3,8% para 4,3%, respectivamente.

A piora nas condições do trabalho assalariado, por este sustentar um peso majoritário no total de ocupações não-agrícolas do país⁸¹, provocou uma deterioração na estrutura social brasileira, ao dificultar a condição de vida das camadas mais baixas. Estas tiveram que se voltar ao trabalho informal de menor remuneração e alta rotatividade, sem direito à proteção social.

Segundo Oliveira (1994), os arranjos institucionais favoráveis aos trabalhadores não surgem a partir da racionalidade econômica, ou seja, não se estruturam de forma benéfica em termos de salário e consumo dada a estrutura produtiva, mas a partir de encaminhamentos políticos e de luta de classes, de forma a elevar o padrão de vida dos assalariados. Nesse sentido, em termos de relações trabalhistas no Brasil, a ditadura instaurada em 1964, ao reprimir a ação sindical e socializar os custos de demissão – pela introdução do FGTS e pelo fim da legislação benéfica à estabilidade dos assalariados –, foi permissiva com a flexibilização do mercado de trabalho, calcada pela arbitrariedade das empresas nas decisões de contrato. Esse fato, associado ao excesso de mão de obra disponível no meio urbano, permitiu uma elevada dinamização da criação de postos de trabalho aliada a baixos salários, em que as políticas de queda do salário mínimo geraram maior margem de definição salarial pelas empresas.

Nos anos 1980, o processo de abertura democrática, apesar de gerar um espaço para a retomada organizacional dos sindicatos e um salto qualitativo na participação dos trabalhadores nas negociações salariais, não provocou mudanças profundas nas relações trabalhistas. Essa maior liberdade não resultou em ganhos materiais expressivos aos trabalhadores devido à crise econômica que se apresentava na década, com investimentos estagnados e taxas altas e crescentes de inflação. Ademais, o fim da ditadura não promoveu uma mudança de legislação nem políticas salariais voltadas significativamente ao benefício dos trabalhadores:

(...) a capacidade de interferência dos trabalhadores organizados na determinação de salários e condições de trabalho ainda é reduzida. As políticas salariais, de maneira

⁸¹ Em 1989, 74,5% dos ocupados não-agrícolas eram assalariados (BALTAR e HENRIQUE, 1994).

geral, não garantem elevações de salários: ao contrário, mal permitem a recuperação do poder de compra perdido, e as sentenças da Justiça do Trabalho, quando não seguem as normas governamentais de reajuste, carecem de embasamento econômico. Ora, isto indica que existe somente um balizamento por baixo, e a fixação de reajustes mínimos concede grande margem de liberdade para que as empresas determinem unilateralmente suas hierarquias salariais. Por outro lado, como já insistimos, as empresas gozam também de liberdade de demitir e contratar. Tudo isso indica o livre funcionamento do mercado de trabalho, a escassa regulamentação institucional dos contratos de trabalho. (OLIVEIRA, 1994, p. 219).

Os desequilíbrios econômicos e a insuficiente participação popular nas relações trabalhistas aprofundaram a precarização das condições de trabalho dos assalariados. Nas décadas anteriores, de expansão vertiginosa da economia, os baixos salários e a elevada rotatividade eram frequentes, porém em uma situação de elevado dinamismo na geração de empregos, e portanto com maiores esperanças de se alcançar um melhor posto. Com a estagnação econômica, no contexto nacional, a rotatividade da mão de obra acabou por aumentar as incertezas da base populacional, aliada a uma piora nos rendimentos. Segundo Baltar (1996, p. 79), com relação aos postos de trabalho de estabelecimentos com maior estrutura organizacional no país:

Poucos dão oportunidade para estabilizar o vínculo de emprego, têm remuneração relativamente elevada e aumentos substanciais de salário, com a acumulação de experiência e tempo de serviço com determinado empregador. Na maioria dos postos de trabalho, a rotatividade é elevada e a remuneração é baixa, não existindo a possibilidade de estabilização do vínculo de emprego com um determinado estabelecimento. A mão-de-obra submetida a esses postos de trabalho com alta rotatividade e baixa remuneração rodam de um emprego a outro, sem progresso profissional e salarial. Entre esses trabalhadores desqualificados profissionalmente, predominam pessoas com baixo nível de instrução, enquanto entre os trabalhadores que ocupam os postos de trabalho que oferecem oportunidade para estabilizar o vínculo de emprego e progredir profissional e salarialmente, prevalecem pessoas com escolaridade especial, que concluíram ao menos o segundo grau, muitas delas com cursos técnicos de nível médio e superior.

Quando se leva em consideração pequenas empresas ou mesmo familiares, a situação do assalariamento se agrava, com grande frequência de informalidade e também de salários extremamente insuficientes.

É interessante ressaltar o papel da educação na conquista de melhores postos de trabalho. Este elemento se coloca como fundamental na exclusão social brasileira, tendo em vista o monopólio da educação privada e o caráter massificado e de parca qualidade da oferta pública educacional. Para a maioria dos assalariados cabem postos de menor remuneração na pirâmide salarial, caracterizados pela elevada rotatividade, baixa ou nenhuma especialização, e poucas perspectivas de aumento de rendimentos pela via educacional.

Ao se tratar do rendimento dos assalariados, observou-se um movimento desfavorável na década. Nos empregados em grandes estabelecimentos, houve uma queda no poder de compra dos assalariados, dada a dificuldade de defesa plena dos salários frente à expansão inflacionária, aos altos juros e ao câmbio desvalorizado. As maiores perdas recaíram sobre os operários desse setor, mesmo para os mais qualificados e estáveis que não conseguiram aumento de renda por promoção.

O setor público prestou papel importante na geração de empregos (principalmente formais), porém acompanhada de uma política de desvalorização salarial nesse setor, com aumento do leque de salários e massificação de algumas ocupações típicas da classe média assalariada. Nas outras atividades ligadas ao setor terciário, em que é mais frequente o assalariamento informal, a evolução mais favorável nos rendimentos foi aparente nos serviços de reparação e conservação, com queda nas demais atividades, porém menos acentuada que na indústria de transformação e construção civil.

Em suma, houve nos anos 1980 a perda de participação do assalariamento formal na geração de ocupações e o aumento da seletividade do acesso aos postos mais qualificados desta categoria. Esse fato, unido aos aspectos econômicos desfavoráveis, causou uma queda na remuneração da maioria dos trabalhadores com esse vínculo. O aumento da participação dos serviços nas ocupações refletiu, por um lado, a maior parcela do trabalho assalariado informal no total de ocupados, e por outro, o aumento da participação dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores, com incremento nas oportunidades de negócios.

Essas duas últimas categorias englobam um grupo heterogêneo, ao criar oportunidades para todas as camadas da estrutura social brasileira. É importante ressaltar que, para os estratos de menor renda, este tipo de ocupação se caracteriza no Brasil como majoritariamente precária, devido à sua instabilidade, baixíssimas remunerações, seu caráter informal e de pouca proteção social. Nesse sentido, a situação desfavorável de acesso a empregos assalariados e a desvalorização salarial do setor público ilustram a deteriorização ocupacional da década.

Há, portanto, uma piora na distribuição de renda da economia brasileira no período em questão. Baltar (1996, p. 83), ao considerar a estrutura do mercado de

trabalho brasileiro e da própria economia nacional, explicita a inter-relação entre a estrutura de emprego urbano e a distribuição de rendimentos:

Vale a pena insistir na importância desta inter-relação da estrutura do emprego urbano com a distribuição de renda. Entende-se que uma melhor distribuição, com menor parcela da população carente e desigualdade socioeconômica menos pronunciada, estaria associada a uma estrutura do emprego urbano com menor peso dos pequenos negócios, do emprego para famílias e pequenos estabelecimentos com pouca organização e maior peso do emprego em estabelecimentos médios e grandes. Por sua vez, uma estrutura do emprego com maior peso dos assalariados de empresas médias e grandes e menor fração de negócios próprios e emprego em famílias e pequenos estabelecimentos sem organização, seria acompanhada de melhor distribuição de renda e maior difusão do consumo público e privado de bens e serviços.

No conjunto da distribuição de rendimentos, os únicos que conseguiram um aumento real de renda foram os indivíduos da cúpula da sociedade. A renda média do conjunto das pessoas ocupadas com remuneração em atividades não-agrícolas em 1989 era 7,9% maior que em 1981. Porém, em termos distributivos, somente a renda média dos 20% mais ricos aumentou. Na comparação entre os 5% mais ricos e os 50% mais pobres, a apropriação do rendimento total passou de uma relação de 14:1 em 1981 para 22:1 em 1989. Os 50% mais pobres foram os que obtiveram maior perda nessa distribuição, em que a renda média caiu 39,2%, comparado com a perda de 2,8% dos 30% seguintes na distribuição, e ao aumento de 36,1% da renda média dos 20% mais ricos⁸². Esse fato é reforçado quando se observa o índice de Gini, que passou de 0,589 em 1979 para 0,607 no ano de 1990.

Devido ao movimento de desigualdades distributivas e precarização ocupacional, observa-se ao final dos anos 1980 e início dos 1990 uma polarização social significativa. Ao tomar como referência a estratificação presente em Quadros (2003a, 2003b)⁸³, no topo da pirâmide social urbana estavam os ricos⁸⁴ – proprietários empregadores, tanto de grandes empresas como de menor porte, e profissionais empregadores, bem como a alta classe média. Entre a base e a cúpula, havia uma camada intermediária, formada pela média classe média assalariada, proprietários por conta própria urbanos e trabalhadores autônomos de nível médio. Por fim, a massa trabalhadora representava a ampla e heterogênea base social – a baixa classe média,

⁸² Baltar e Henrique (1994).

⁸³ Está presente nestes trabalhos uma abordagem sobre o movimento social nos anos 1980 e 90 a partir de uma estratificação social detalhada. Para os objetivos da seção, serão tomados aspectos dos traços gerais como uma referência para a ilustração do aumento da desigualdade social.

⁸⁴ É importante ressaltar que a estratificação toma como referência os rendimentos declarados à Pnad. Os ricos são, portanto, classificados com base nos rendimentos declarados mais elevados. Nesse sentido, é provável que tais rendimentos estejam subestimados.

operários e assalariados populares, trabalhadores autônomos de menor rendimento, trabalhadores domésticos, etc.

A cúpula da sociedade, representada em 1991 por cerca de 12,3% da população total e se apropriando de aproximadamente 38% da renda global, se expandiu na década através do aumento de lucros dos empresários (considerando o proveito dos estímulos ao comércio externo e os ajustes dos salários da base), das aplicações financeiras, do aumento de renda da pequena fração de altos cargos com especialização, tanto no âmbito do Estado quanto das empresas, e das oportunidades de negócios. Nesse sentido, o aumento de importância dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria compensou em termos de rendimento a queda do emprego formal nessa camada⁸⁵. Estavam desse modo plenamente integrados, em termos de renda, riqueza e consumo, ao estilo de vida dos países desenvolvidos.

Por outro lado, a massa trabalhadora se afastou ainda mais dos padrões de vida civilizados, frente à precária oferta de serviços públicos. Ainda que representassem um grupo heterogêneo, compartilhavam do trabalho subalterno e marginalizado. Observou-se uma maior participação do emprego doméstico remunerado, do emprego sem carteira de trabalho e do trabalhador por conta própria nesse estrato, bem como do trabalhador formal, em postos precários e mal remunerados. A camada intermediária, distante dessa massa devido ao acesso aos serviços privados, como educação e saúde, à cultura, à integração aos padrões de consumo moderno e à exploração dos serviços da base social, estavam integrados a esse padrão de vida, porém ainda distantes do topo da pirâmide social.

O Estado, ao aumentar sua participação na oferta de serviços sociais, vinculado à maior demanda populacional proveniente dos impulsos progressistas, prestou papel para que os efeitos deletérios da situação econômica não se aprofundassem. Têm-se como exemplos os programas emergenciais do Executivo, em que se destaca a área alimentar e a instituição do seguro-desemprego com o lançamento do Plano Cruzado (FAGNANI, 1997). Porém, também não se mostraram suficientes para alavancar a base social, minando a confiança populacional na sua oferta e qualidade.

⁸⁵ Há que se destacar também que, diante da inflação acelerada da década, os trabalhadores por conta própria e empregadores possuíram maior capacidade de defesa dos rendimentos quando comparados com os assalariados (HENRIQUE, 1999).

Diante deste quadro social, a incidência da pobreza nos anos 1980, considerada em um sentido amplo de acesso aos direitos do cidadão, mostrou crescimento, principalmente em São Paulo. É certo que houve variações conjunturais – sendo mais intensa no período de recessão e diminuindo de ritmo com o maior crescimento econômico do meio da década, em que passou de um patamar de 35,3% da população brasileira em 1980 para 42,2% em 1983, e, em 1990, representava 30,3% da população⁸⁶.

Assim, observou-se na década o fim da mobilidade social ascendente, consequência da estagnação econômica e do esgotamento do modelo de desenvolvimento anterior. Esse fato veio acompanhado da retomada das forças conservadoras, cuja a camada social representativa na conjuntura ampla do final dos anos 1980 se constituía dos setores diferenciados da massa popular⁸⁷. Como bem afirma Quadros (2003a, p. 132):

Na realidade sua influência extrapola seu peso quantitativo, em função de diversos nexos econômicos e ideológicos que estabelecem com amplos setores populares. Esta trama de vínculos e relações conforma um difuso espaço social que articula os que ascenderam nas bases excludentes do nosso padrão de desenvolvimento, e os que querem subir nestas mesmas condições já estabelecidas. Em particular, merece destaque a ampla difusão dos valores característicos do “capitalismo selvagem”, onde quem ascende socialmente, ou tem esperanças de fazê-lo, torna-se solidário com os privilégios e “monopólios sociais”.

Ao final da década e ao longo dos anos 1990, a difusão conservadora reforçou a lógica concorrencial selvagem da sociedade brasileira. Com o neoliberalismo há o aprofundamento da crise social observada nos anos 1980, ponto que será visto na próxima subseção.

2.2.2. A década de 90: Abertura econômica, desestruturação produtiva e crise social

Na década de 1990, o caráter conservador do encaminhamento econômico e social se intensifica. Primeiramente com o governo Collor, há o início dos ajustes de cunho neoliberal. Depois, com o governo Fernando Henrique Cardoso, tais ajustes se organizam e se aprofundam, o que resulta em uma abertura e inserção externa

⁸⁶ Rocha (2004).

⁸⁷ Quadros (2003a) explicita que esses setores diferenciados da massa popular são representados pelos empresários, particularmente pela ampla camada de micro empresários, pela alta e média classe média assalariada e autônoma, pelo pequeno negócio familiar urbano e por uma camada superior de trabalhadores autônomos.

subordinada, bem como no enfrentamento da crise de forma desfavorável e despreocupada às questões nacionais e sociais (QUADROS, 2003b).

A fragilidade das linhas progressistas e o fortalecimento conservador legitimou um processo de reorganização econômica e social com enfoque das políticas públicas em duas diretrizes básicas, conforme analisa Dedecca (2003, p. 72-73):

O resultado das eleições majoritárias, ocorridas desde 1989, vão dar legitimidade a uma vertente política com forte enfoque em duas diretrizes básicas para as políticas públicas: flexibilidade e focalização. No campo econômico, a abertura externa deveria ser acompanhada por instrumentos políticos que favorecessem a flexibilidade das condições institucionais reguladoras da atividade econômica. Essa orientação atingia também a política social, ao reivindicar a flexibilização da regulamentação e proteção do mercado e das relações de trabalho. No campo social, propriamente dito, eram requeridos novos instrumentos políticos que permitissem a construção de ações focalizadas que privilegiasse os mais desprotegidos econômica e socialmente. Enquanto a Constituição encontrava-se fundada em políticas sociais de caráter universal, a nova orientação política propunha sua troca por outra de caráter focalizado. Essa perspectiva era reforçada pelas novas condições de financiamento das agências internacionais, que condicionavam o aporte financeiro à definição de políticas sociais focalizadas.

Nesse sentido, no campo econômico, se observou uma desestruturação do que foi construído no período nacional desenvolvimentista – reflexo, por exemplo, do desmantelamento do Estado, da desnacionalização e reestruturação produtiva e da maior subordinação econômica ao funcionamento dos mercados financeiros externo e interno. Esse fato não gerou o crescimento econômico esperado⁸⁸ e provocou pioras no plano social brasileiro – maior deterioração do mercado de trabalho e da distribuição de renda, aumento da pobreza e precarização das condições de vida urbana e rural, além de um insuficiente aporte do Estado.

O ritmo de crescimento médio populacional nos anos 1990 foi de 1,5% a.a., um pouco menor do que nos anos 1980. O PIB, apesar de oscilante, mostrou um crescimento médio anual pequeno, de 1,8%. Com isso, o PIB *per capita* aumentou apenas 5% no conjunto da década⁸⁹. Em contraste com o crescimento populacional, a PEA manteve um ritmo ainda elevado, com um acréscimo de 1992 a 2001 de 20,5%, comparado com o da população, de 6,4%⁹⁰, o que, de forma análoga aos anos 1980, mostra em parte o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Além

⁸⁸ Os anos logo após a implementação Plano Real representaram uma excessão quanto ao crescimento econômico, que se elevou e atingiu um pico de 5,9% em 1994. Porém após isso mostrou trajetória decrescente e ao final da década atinge valores ínfimos, de 0,8% em 1999 (QUADROS, 2003b).

⁸⁹ Baltar (2003).

⁹⁰ Quadros (2003a).

disso, pode ser reflexo do crescimento popular anterior, em que os jovens passam a participar da PEA.

Ao tratar primeiramente do setor rural, a modernização agrícola e seus efeitos deletérios sobre a ocupação se mantiveram, principalmente após 1995, devido aos estímulos do câmbio valorizado e de financiamento público a baixos juros. Ao invés de concentrado no Centro-Sul, como nas décadas de 60 e 70, o aumento do nível tecnológico da produção foi difundido no país, porém ainda restrito aos grandes produtores. Cabe ressaltar que a desocupação devido ao progresso tecnológico agrícola se dá tanto pelo menor uso de mão de obra na grande propriedade quanto pelas necessidades de aumento de escala da produção e consequente expulsão dos que se ocupam em pequenas propriedades. Segundo Laurenti (2000, p. 9):

Nestes termos, tem-se que o progresso técnico tem-se se revelado como um eficaz instrumento de potencialização da via clássica de desenvolvimento rural, isto é, reforça o percurso da trajetória de evolução na qual a acumulação de riqueza, através da produção agrícola, é acompanhada de acentuação da concentração do acesso a terra, e por conseguinte, torna latente o declínio do pessoal ocupado nas atividades agrícolas.

A população ocupada em atividades agrícolas, entre 1992 e 1998, decresceu a uma taxa de 1,7% ao ano, com uma queda em todas as posições na ocupação – desde o empregador ao trabalhador não remunerado, com residência urbana ou rural⁹¹. É essencial notar que mesmo com as dificuldades de emprego na agricultura, a partir de 1996 a população agrícola passou a apresentar uma taxa crescente, de 1,1% a.a. até 1999. Esse paradoxo é explicitado por Graziano da Silva (2001, P. 40):

As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda a sociedade: o emprego de natureza agrícola define em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. Esse novo cenário é explicado em parte pelo incremento do emprego não-agrícola no campo. Ao mesmo tempo, aumentou a massa de desempregados, inativos e aposentados que mantém residência rural. (...) se é verdade que ainda persiste algum êxodo, especialmente na região Sul, ele já não tem forças para condicionar esse novo padrão emergente de recuperação das áreas rurais da maioria das regiões do país.

Com isso, a importância das ocupações não-agrícolas no campo se mostrou progressiva, com uma taxa de crescimento de 3,7% entre 1992 e 1999⁹². A grande evolução e diversidade deste ramo de atividade, com maior dinamismo nas regiões rurais mais desenvolvidas ou próximas às urbanas, representou um pólo de atratividade

⁹¹ Ver Belik et. al. (2003).

⁹² Graziano da Silva (2001).

para os ocupados ou desocupados agrícolas, gerando possibilidades de se conter o êxodo rural por essa via⁹³. É importante ressaltar entretanto que, mesmo que diversa, grande parte destas ocupações eram de trabalho precário e pouco qualificado, como os serviços domésticos, ajudantes de predreiro, prestação de serviços pouco diferenciados, etc. Ademais, a criação de empregos não-agrícolas não conseguiu evitar o aumento dos desempregados no setor rural, que se manteve entre 1992 e 1999 em um ritmo elevado de 10,8% ao ano. Conforme Belik et. al. (2003, p. 182):

(...) as constatações têm sido feitas no sentido de concluir que há diferenças de ritmos entre as atividades: há uma forte e rápida destruição de postos de trabalho nas atividades agrícolas e pecuárias tradicionais, que é muito maior que o volume de criação de novas oportunidades nas atividades não-agrícolas. Como resultado líquido desse processo, o que se observou no meio rural brasileiro nos anos 90 foi um significativo aumento do desemprego.

Em termos gerais, a partir de 1998 os rendimentos totais não-agrícolas dos residentes em regiões rurais passaram a superar os agrícolas. Em 1999, a renda média dos assalariados não-agrícolas era quase o dobro dos assalariados agrícolas, de R\$ 315,46 e de R\$ 164,59, respectivamente, e o agricultor por conta própria viu seus rendimentos diminuir em toda a década⁹⁴. Mais precisamente, no conjunto de ocupados agrícolas a tendência foi de queda na participação da renda total da economia desde os anos 1980⁹⁵. Por sua vez, o crescimento do emprego não-agrícola no campo contribuiu na compensação desta perda de rendimento e para a busca de novas oportunidades, porém foi mais intenso em trabalhos precários, principalmente para jovens do sexo feminino, e não necessariamente traziam o acesso a uma boa qualidade de vida.

Os “novos” agentes surgiam conforme se diversificassem as atividades não-agrícolas, e também para exploração de alguns nichos de mercado de novas atividades agrícolas – criação de plantas e animais exóticos, cultura de flores, atividades artesanais, etc. Ao final dos anos 1990, o espaço rural brasileiro já não poderia carregar o sinônimo de uma região atrasada quando comparado com o urbano, pois surgia progressivamente entre o velho ambiente rural atrasado esses novos sujeitos sociais, diante da modernização crescente da produção agrícola.

⁹³ Na grande São Paulo, em 1999, o número de ocupados não-agrícolas no setor rural já superava os ocupados agrícolas (LAURENTI, 2000).

⁹⁴ Belik et al. (2003).

⁹⁵ Quadros (2003a). Em 1981, essa participação era de 9,4%, e em 2001, 5,7%.

Neste novo conjunto populacional do campo – ligados ao *agrobusiness* e às novas atividades agrícolas, dos ricos que buscavam melhor qualidade de vida em condomínios de luxo no campo, de moradores de loteamentos clandestinos que não conseguiam se abrigar nas cidades com o salário mínimo (no geral empregados domésticos e aposentados), de um grande número de produtores familiares agrícolas e pluriativos, assalariados agrícolas e não-agrícolas, etc. – faziam parte ainda milhões de excluídos e miseráveis. Conforme Graziano da Silva (2001, p. 37-38), esse grupo cresceu rapidamente na década, principalmente após 1995, e em 1999 abarcavam quase 15 milhões de pessoas sobrevivendo com uma renda de menos de 1 US\$ por dia,

(...) excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não têm emprego, não têm casa, não têm saúde, não têm educação e nem mesmo pertencem a uma organização como o MST para poderem expressar suas reivindicações. (...) mais da metade dessas famílias de pobres rurais tem suas rendas provenientes exclusivamente de atividades agrícolas: são famílias por conta própria (30 % do total) com áreas de terras insuficientes e/ou com condição de acesso à terra precária (parceiros, posseiros, cessionários) ou famílias de empregados agrícolas (25%), a grande maioria sem carteira assinada. Um terço dessas famílias de pobres rurais moram em domicílios sem luz elétrica, quase 90% não tem água canalizada, nem esgoto com fossa séptica. Em quase metade dessas famílias mais pobres, o chefe ou pessoa de referência nunca frequentou a escola ou não completou a primeira série do primeiro grau, podendo ser considerado como analfabeto.

Neste panorama, em que ainda se permeava a pobreza e a subsistência no campo, frente à estagnação econômica e à queda da renda agrícola⁹⁶, a extensão das transferências sociais aos aposentados e pensionistas da Previdência Rural preconizada na Constituição de 1988 representou um instrumento focalizado importante para melhora das condições da base social familiar agrícola⁹⁷. Financiou a subsistência de famílias rurais ligadas às atividades agrícolas ou pluriativas, em regiões mais atrasadas e de pouca incidência de atividades não-agrícolas. Permitiu também que os aposentados e inativos mantivessem sua residência no campo, evitando assim uma migração forçada para as cidades. No entanto, essa compensação não excluiu as necessidades antigas de uma reforma agrária, que, no contexto dos anos 1990, pudesse integrar e estimular a ocupação das famílias rurais nas novas atividades agrícolas e na ampla gama de postos não-agrícolas. Também não findou a necessidade de uma organização social que legitimasse os diversos grupos sociais em âmbito local para o desenvolvimento do campo, dificultada significativamente pela manutenção do poder das elites rurais.

⁹⁶ A partir de meados dos anos 1990, o índice de pobreza rural manteve-se praticamente estável, representando uma proporção de 24,7% da população campesina em 1995 e de 22,6% em 1999 (ROCHA, 2004).

⁹⁷ Ver Delgado e Cardoso Jr. (2000).

No meio urbano, a deterioração da estrutura ocupacional agravou o quadro de desigualdade social brasileiro. O nível de desemprego, que se mostrou como aparições momentâneas nos anos 1980, atingiu valores significativos e alarmantes na década de 90. Enquanto a PEA aumentou em 14.583 mil pessoas entre 1992 e 2001, os ocupados apresentaram um acréscimo de 10.310 mil indivíduos, ou seja, entre esses anos a desocupação aumentou em 70%, um aumento de 4.273 mil pessoas⁹⁸. A maior parcela deste incremento se deu no chamado desemprego de longa duração – dos já desocupados em anos anteriores ao inquérito –, e a segunda maior naqueles que não conseguiram a primeira ocupação, além de ter crescido relativamente mais entre os homens de 40 anos ou mais, cônjuges e de maior escolaridade, fato que explicita a dificuldade de inserção ocupacional dessa década (QUADROS, 2003a; MATTOSO, 1999).

Não tão visível como o desemprego, porém sem se eximir de importância, estão a continuidade da precarização das condições e relações de trabalho na década. Houve uma redução do trabalho formal, observado pelo aumento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria, que, entre 1989 e 1999 e no total das regiões metropolitanas, passaram de 18,4% para 26,9% e de 17,7% para 23,5%, respectivamente. Por outro lado, os assalariados com carteira de trabalho assinada decaíram de 59,5% para 44,7%, e os empregadores variaram pouco, de 4,4% para 4,9%⁹⁹. Com isso, há uma maior incidência de trabalhos descontínuos e de curta duração, sem acesso aos mecanismos institucionais de proteção social, como o seguro-desemprego, o FGTS e a Previdência Social. Em uma estrutura do mercado de trabalho como a brasileira, esse fato acaba por aumentar as incertezas e as dificuldades, principalmente para a base social, e a gerar uma piora nas relações trabalhistas.

As relações de trabalho passaram por um processo de desregulamentação e flexibilização, com a ideia de que esta seria uma forma mais eficiente de enfrentar o desemprego e aumentar o número de contratações e de vagas ocupacionais. No entanto, tais políticas deterioraram as relações de trabalho no Brasil. As medidas para um aumento do trabalho formal com os direitos assegurados, mesmo que com contrato

⁹⁸ Quadros (2003a). Entre 1981 e 1990, os desocupados aumentaram em 10,4%, considerando o período de busca de até 1 ano.

⁹⁹ Mattoso (1999).

temporário, foram pouco eficientes¹⁰⁰. Por outro lado a flexibilização favoreceu contratos mais precários, como por empresa, sem carteira assinada, de cooperativas de trabalho, do trabalho terceirizado, etc. Conforme Krein (2003, p. 317):

(...) a não-efetivação de uma série de medidas, especialmente relacionadas com a questão do desemprego, indica claramente que, no mínimo, é questionável a lógica assumida pelo governo FHC de que a manutenção de empregos e/ou criação de vagas podem estar relacionados à redução dos custos de contratação e facilidades no processo de dispensa. (...) Pode-se concluir que as medidas pontuais adotadas não contribuíram para o enfrentamento do problema do desemprego, pois a sua determinação última está vinculada à reorganização econômica e ao baixo desempenho da economia. Mas por sua vez, reforçaram a perspectiva de criação de um mercado de trabalho mais desregulado, acentuando a sua heterogeneidade e até a sua precarização, elementos característicos da década de 1990.

É importante destacar também o enfraquecimento dos movimentos sindicais no período. Estes se tornaram fragmentados e dispersos, de cunho defensivo, com a exclusão de grande parte dos trabalhadores, por não estarem formalizados, à cobertura da negociação coletiva. Prestou importante papel neste enfraquecimento também a queda do emprego formal na indústria na década – na indústria de transformação houve queda de 27,1% do emprego formal, enquanto que na indústria têxtil esta queda foi de 37,6%.¹⁰¹ Desse modo, as empresas obtiveram maior liberdade na definição e negociação de pautas, bem como nas decisões de custos e de flexibilização das relações trabalhistas – o que prejudicou a condição de ocupação e remuneração dos trabalhadores.

Por outro lado, houve uma expansão do alcance institucional na proteção ao trabalhador, com foco nos desempregados e nos grupos de maior risco. Se destaca a regulamentação, em 1990, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que financiou diversos programas, dentre eles o seguro-desemprego¹⁰². É importante ressaltar que prestou fundamental papel para esta expansão os avanços na proteção social provenientes da Constituição de 1988, especialmente no campo trabalhistas e na

¹⁰⁰ Segundo Krein (2003), as políticas se traduziam na flexibilização do contratação e demissão – através de contratos temporários, trabalhos em tempo parcial, contrato de aprendizagem, etc. –, da alocação do trabalho em certo estabelecimento, das remunerações e do tempo de trabalho, de modo a se encaixar nas mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas e do setor público. Falharam devido ao contexto econômico da época, ao fato do mercado de trabalho já ser bastante flexível no início de 1990, às possibilidades de contratos mais precários e com menores obrigações, e aos movimentos sindicais.

¹⁰¹ Mattoso (1999), ao tomar como ano-base 1989 = 100.

¹⁰² O FAT inovou tanto em sua forma de financiamento, ao vincular uma fonte de recursos própria, proveniente do PIS/PASEP, à sustentação financeira do Seguro-Desemprego, quanto em sua operacionalização, com uma gestão tripartite e partidária (MORETTO et. al., 2003). Os programas financiados buscavam atuar na intermediação de mão-de-obra, na qualificação profissional, na geração de oportunidades de ocupação e renda, etc.

seguridade social, dentre estes a redução da jornada semanal de trabalho, o aperfeiçoamento do seguro-desemprego, garantia de emprego e proteção contra dispensa arbitrária, ampliação dos direitos referentes à previdência social, à saúde e assistência social, etc¹⁰³.

Ademais, apesar da maior abrangência e diversidade no auxílio aos trabalhadores, as políticas de emprego tiveram pouca efetividade, devido à posição econômica adotada no período, que minou a capacidade de geração de empregos formais e de maior qualidade na economia. Com isso, contraditoriamente o aumento das políticas de emprego acompanhou um incremento da precarização do trabalho e do desemprego, como afirma Moretto et. al. (2003, p. 271):

De qualquer modo, a escassa eficácia dos programas, em grande medida, decorre da sua implementação em um ambiente *não* propício para a plena utilização dos fatores produtivos, ou melhor, de uma política econômica contrária à expansão da produção nacional e do emprego. A razão dos fracos resultados das novas políticas de emprego, portanto, não está apenas na concepção dos programas em si, mas principalmente na reprodução de um ambiente econômico muito desfavorável para os trabalhadores e para a produção nacional.

Nesse sentido, as medidas focadas nas relações de trabalho não se mostraram eficientes diante da posição econômica adotada. Esta, focada na ideologia neoliberal de que a estabilização monetária e a abertura comercial e financeira acabariam por modernizar a economia brasileira e resolveriam por si só os problemas sociais, mostrou-se incongruente com tais objetivos. Como visto, a política de altos juros, câmbio valorizado e abertura comercial e financeira acarretaram em um crescimento econômico baixo e não sustentado, bem como em uma desestruturação produtiva.

Se destaca nesse desmonte da estrutura de produção o processo de privatizações, que, como avalia Pochmann (2001, p. 30), foi significativa para a deterioração das condições de trabalho:

Em síntese, a implementação de um novo modelo econômico, sustentado no imperativo do enxugamento do papel do Estado e na transferência de atividades produtivas estatais para o setor privado, implicou significativo ajuste do nível de emprego. Os trabalhadores do setor público foram transformados na principal variável de ajuste do Estado no Brasil nos anos 1990. Não apenas o instrumento de demissão de empregados foi intensamente utilizado no antigo setor produtivo estatal, mas também destacou-se a adoção de medidas orientadas para a maior intensificação do trabalho, através da implementação de novos programas de mão-de-obra. A terceirização, a subcontratação e a rotatividade constituíram novos mecanismos adotados para a redução salarial e a subordinação dos empregados que restaram, com o objetivo de gerar lucros a qualquer custo tanto no setor estatal quanto nas novas empresas privatizadas.

¹⁰³ Ver Fagnani (1997).

Mostrou papel importante nas privatizações o intenso fluxo de IDE no período. Estes foram aplicados tanto na compra de estatais quanto de empresas privadas, no setor industrial e de serviços, promovendo assim uma verdadeira internacionalização da produção e uma subordinação dos trabalhadores às novas tecnologias e à lógica de gestão das empresas internacionais, com efeitos prejudiciais para o mercado de trabalho. Nesse sentido, mesmo com políticas trabalhistas focalizadas, a precarização do mercado de trabalho se insere nesse contexto econômico adotado pelo governo Collor e FHC.

Em termos de distribuição de renda, as desigualdades se aprofundaram nos anos 1990. Em 1998, do conjunto da população com rendimentos, 21,3% possuíam uma remuneração mensal de até um salário mínimo, e 18,7% recebiam entre um e dois salários mínimos¹⁰⁴. No conjunto dos que recebem até um salário mínimo, 82,6% não estavam regulados no mercado de trabalho, e apenas 17,4% contribuía para a previdência social. Dentre os trabalhadores desse rendimento, a maioria se encontrava ocupada no setor de serviços privados e no setor agrícola, com frações de 44,2% e 28,9%, respectivamente. Poucos se encontravam no serviço público, cerca de 2,9%. No conjunto dos brasileiros com essa remuneração, grande parte possuía baixa escolaridade, com 47% com até 3 anos de estudo, contra os 6% que possuíam 11 ou mais anos de estudo. Dentre os assalariados de até um salário mínimo, a maior incidência se dá para mulheres sem carteira assinada, e, em termos regionais, este tipo de remuneração tem mais da metade das incidências no Nordeste¹⁰⁵. O índice de Gini, em 2001, era de 0,594, refletindo um padrão alto de desigualdade de rendimentos no país.

Entre 1989 e 1999, o poder de compra do salário mínimo registrou uma queda de 36,2%, em parte devido a posição do governo de cortes e ajustes fiscais. Dado que o valor do salário mínimo baliza a remuneração dos empregados base social, e diante da fragilidade dos indivíduos que recebem tal remuneração, essa redução se refletiu em consequências sociais relevantes, o que destaca a importância de uma política de salário mínimo que promova uma maior justiça social:

Deve-se ressaltar que o objetivo da política de salário mínimo é procurar contra-arrestar as tendências do mercado de trabalho que levam inexoravelmente ao rebaixamento dos salários e à maior desigualdade de rendimentos. O foco da política de salário mínimo deve ser portanto, o mercado de trabalho. (...) o rebaixamento do valor do salário mínimo vem acompanhado do

¹⁰⁴ Pochmann (2001) e Mattoso (1999).

¹⁰⁵ Pochmann (2001).

aumento da pobreza, da desigualdade de renda, da informalidade e do desemprego. De forma contrária ao que muitas vezes se procura difundir no país, a elevação real do salário mínimo pode atuar contra o desemprego e favorecer a expansão do emprego formal, a diminuição da desigualdade de renda e a pobreza. (POCHMANN, 2001, p. 145-146).

A revisão do papel do Estado na política econômica acarretou, portanto, em um descaso com as medidas salariais. Nesse sentido, o nível de remuneração passou a ser mais influenciado pelo próprio funcionamento do mercado de trabalho, em que predomina a visão de que o indivíduo se torna responsável por sua ocupação e rendimentos, como mérito de seu próprio esforço, ignorando assim as barreiras e monopólios que permeiam a ascensão social no Brasil.

Em termos de distribuição funcional da renda, há um movimento de queda da remuneração do trabalho em prol da propriedade do capital, dada a elevada taxa de juros praticada no período (DEDECCA, 2003, p. 104). Entre 1991 e 1999, a participação da remuneração dos empregados passou de 37,5% para 32,8%. Por outro lado, entre 1993 e 1999, o pagamento de juros e amortizações feito pelo Brasil aumentou de US\$ 10 bilhões para US\$ 50 bilhões por ano, situação agravada pelos déficits comerciais observados. Desse modo:

Em face da desproporção entre o crescimento do pagamento de juros/amortizações e do Produto Interno Bruto, a equação externa pôde ser fechada graças à remuneração mais elevada das aplicações financeiras, as quais dependeram, em termos lógicos, da alteração na distribuição funcional da renda. Foi preciso liberar renda do trabalho para que os recursos externos pudessem ser devidamente remunerados.

Ao tomar como pano de fundo a crise dos anos 1990, o quadro social brasileiro urbano revelou uma maior concentração social da elite e uma perda de mobilidade ascendente para a sociedade. Com base na estratificação presente em Quadros (2003b)¹⁰⁶, em 2001, a camada superior da estrutura social brasileira – formada por um reduzido contingente de grandes empresários, pelos micro e pequenos empresários e pela alta classe média – abarcava 15,4% da população brasileira e concentrava 45% da renda declarada¹⁰⁷. Em uma visão ampla, este estrato apresentou uma tendência de aumento tanto da população quanto da renda até 1999, apresentando neste ano uma queda brusca de rendimentos com a desvalorização do real. No entanto, os únicos que realmente aumentaram em rendimento no interior dessa camada, em termos familiares,

¹⁰⁶ Para uma maior especificação do tipo de ocupação típica de cada camada, ver o apêndice metodológico presente em Quadros (2003b).

¹⁰⁷ Com referência à PNAD realizada em 2001. Novamente, pode haver uma subestimação da concentração de renda na economia, pois nada garante que os entrevistados desta camada estejam declarando toda a sua renda disponível.

foram os grandes empresários e os profissionais de nível superior, empregadores ou autônomos. Os mais afetados desta camada com o Plano Real, em termos de participação dos rendimentos, foram os microempresários e os assalariados.

A camada intermediária – formada pelo pequeno negócio familiar urbano e pela média classe média – representava 16% da população, concentrando 18,5% da renda total declarada. Esta camada apresentou certa estabilidade em termos de renda e população no conjunto da década. Em seu interior, os maiores prejudicados com o plano de estabilização foram os proprietários de pequenos negócios familiares urbanos. Por fim, a massa trabalhadora urbana – formada pela baixa classe média, pelos operários e pelos demais trabalhadores populares – incorporavam 55% da população brasileira, se apropriando de 32% da renda total declarada. Enquanto a população desta camada apresentou elevação durante a década, sua renda decresceu. Com o Plano Real, as mais prejudicadas foram as famílias das camadas superior e média dos operários e assalariados populares¹⁰⁸.

Deste modo, fora uma minoria da elite que apresentou um aumento de renda e população, a maioria dos diversos grupos que compõe essa estratificação obtiveram uma perda em termos de padrão de vida, reflexo, em parte, do desvio da renda da economia para o setor financeiro. Ao mesmo tempo em que as diversas camadas perderam de certa forma com a crise social da década, representam grupos heterogêneos, tanto entre elas quanto no interior de cada uma, o que dificulta a unidade de interesses em prol de mudanças que beneficiariam a maioria da sociedade brasileira.

As dificuldades de mobilidade e as piores na condição de vida da maioria dos brasileiros se refletiram nos jovens, que demonstraram dificuldades crescentes de inserção social, dada as barreiras do próprio mercado e a fragilidade desses indivíduos de menor idade e experiência – que têm de lidar com as necessidades de trabalho e rendimento imediato e com as exigências de mercado e vontades pessoais para aumento da escolaridade. Nesse sentido, o desemprego afetou significativamente os mais jovens, principalmente com o processo de privatização¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Para uma visualização detalhada da evolução das camadas urbanas na década de 90, ver Quadros (2003a).

¹⁰⁹ Entre 1989 e 1999, os jovens do setor estatal foram reduzidos em 73,4% (POCHMANN, 2001).

O modelo neoliberal que balizou a política econômica da época e que se refletiu da deterioração ainda maior da sociedade brasileira não se esgotou apenas na piora dos rendimentos do trabalho. A atenção do Estado quanto à oferta de bens e serviços públicos que garantiriam um mínimo de qualidade de vida se mostrou insuficiente. A perda de crescimento e precarização do mercado de trabalho pioraram a capacidade do Estado de programar políticas públicas universais e de qualidade, ao reduzir sua base de financiamento aliado à posição governamental de ajustes fiscais. Esse quadro se agrava ainda mais com a privatização dos serviços públicos, que reforçaram as dificuldades para se manter um padrão de vida mínimo e os monopólios de ascensão social – principalmente no quesito saúde e educação, mas que também não excluem a piora nas condições de segurança pública, no saneamento básico e condições de habitação, nos transportes, no aumento da violência, entre outros.

O processo de globalização econômica das décadas de 80 e 90 e a opção política do país por uma inserção externa subordinada na década de 1990 provocaram então mudanças que impactaram a sociedade como um todo, porém com maior intensidade na base social. Após a implementação do Plano Real, a proporção do número de pobres no país de manteve praticamente estável, de 24,7% em 1995 para 22,6% em 1999 – nível próximo ao de meados dos anos 1980 (23,7% em 1986). Esta estabilidade do nível de pobreza da década é reflexo do cenário de estagnação econômica no país das décadas de 80 e 90, que contrasta com a expressiva queda da proporção de pobres no Brasil entre 1970 e 1980, período de intensa dinamização da economia, mesmo que em uma sociedade calcada pelo conservadorismo do regime militar desse período (Gimenez, 2007).

É certo que o nível inflacionário que se mostrava ao começo da década de 90 representava um custo insustentável para os pobres. A estabilização monetária era de extrema importância e urgência, e, nesse sentido, o sucesso do plano Real em combater a inflação foi importante para o padrão de vida da população de menor rendimento. Por outro lado, o modo como foi realizado, em sua visão de conjunto – em que abarca sobretudo a orientação neoliberal do Estado brasileiro – acabou por vulnerabilizar a economia nacional frente às instabilidades do capitalismo mundial, e, conseqüentemente, a fragilizar a condição de vida das camadas mais baixas da população.

O cenário de pobreza adquire um novo significado, a partir da transmissão de produtos culturais que influenciam os hábitos de consumo e comportamento, e não se esgotam nas necessidades materiais básicas, mas nos bens e serviços que inserem o indivíduo nas camadas destacadas da sociedade, em um sistema de constantes recriações de necessidades.

Nesse sentido, as conexões entre a pobreza, a falta de informação e o baixo nível educacional se aprofundaram, com o aumento da exploração capitalista na lógica do mercado e conseqüentemente das desigualdades sociais (ZALUAR, 2010). Dentre as políticas públicas, a educação se destaca então como fundamental para as mudanças de comportamento das camadas sociais, para a inserção e proteção dos jovens e para se alcançar a unificação de grupos heterogêneos em prol de mudanças para uma sociedade mais justa:

Na sociedade globalizada, em que coletividades organizadas do tipo empresa, sindicato e partido perdem a importância que tinham no passado, a educação adquire novas funções e novo escopo. Em vista do descrédito institucional, a saída estaria em um processo educativo generalizado. Nele, portanto, as políticas públicas deveriam se ocupar mais em prevenir a exclusão do que inserir os excluídos, mais em criar uma sociabilidade positiva do que remediar a negativa. Os atores desse projeto seriam diferentes: uma série de associações de diversos tipos, junto às quais o Estado ainda seria o principal ator do social, criando nova legitimidade para sua intervenção (ZALUAR, 2010, p. 318).

Tendo em vista os aspectos da crise econômica e social que atingiu o país nestas duas décadas, o crescimento econômico sustentado se coloca como condição essencial para que se possam enfrentar as desigualdades sociais. No entanto, tendo como exemplo as décadas anteriores, ele por si próprio não resolve os problemas da sociedade. É preciso que se alie o crescimento a uma política de emprego e distribuição de renda, bem como políticas setoriais, agrícolas e agrárias, financeiras e tributárias, de modo a tratar diretamente das barreiras estruturais que já afetavam o país, mesmo com o advento da industrialização (MATTOSO, 1999).

Desse modo, era fundamental que o Estado retomasse sua capacidade de intervenção na construção de um projeto de desenvolvimento nacional. Fazia-se necessário aliar as medidas de desenvolvimento ao controle de fluxo de capitais e à contenção da abertura comercial, para diminuir as fragilidades externas e buscar uma reinserção do país no contexto global, com defesa da produção e emprego nacionais. Era essencial também que o país renegociasse a dívida externa de modo a recuperar a capacidade de gasto e investimento público e privado. Com isso, seria possível a

retomada do desenvolvimento nacional, com a preocupação de se aliar o crescimento econômico a uma maior justiça social.

Considerações Finais

O capítulo abordou a ideia central de que, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento anterior, não houve a substituição por outro que provesse um crescimento sustentado e um desenvolvimento social focado na universalização da qualidade de vida da população. Nos anos 1980, a fragilidade financeira do Estado, a instabilidade da economia e o esgotamento das fontes de financiamento externas acarretaram no fim do crescimento econômico, ainda que a manutenção da estrutura produtiva criada no país tenha contribuído para que não se aprofundassem as consequências deletérias da crise econômica para a sociedade. Por outro lado, foi um momento de abertura democrática no país, de demandas e movimentos progressistas em busca de uma nova orientação para o capitalismo brasileiro, que, como dito, foram frustradas pela vitória do setor conservador nas eleições diretas.

Desse modo, a década de 90 marcou um período de profundas mudanças e retrações no país. Pelo lado econômico, a posição liberal do governo desestruturou a economia, com base nas privatizações e na abertura comercial e financeira. Pelo lado social, houve um aprofundamento intenso da regressão social dos anos 1980, marcado pela precarização do trabalho e pelo expressivo aumento do desemprego, bem como da perda de direitos sociais. Tais mudanças, que tinham no discurso da integração abusiva à globalização a recuperação do crescimento e da modernidade do país, acabou por minguar em seus objetivos, ao mesmo tempo em que fragilizou significativamente a sociedade brasileira, principalmente dos pertencentes à base social.

Capítulo 3 - Mudanças econômicas e melhorias sociais no governo Lula (2002 – 2010)

Apresentação

No governo Lula, período que se estende de 2002 a 2010, ocorreram melhorias sociais importantes para a construção de uma sociedade menos desigual. É sobre tais

avanços que o capítulo pretende tratar, ao analisar os aspectos gerais das mudanças econômicas e da estrutura social brasileira neste período.

Parte-se primeiramente da ideia de que não houve, neste governo, um projeto nacional de desenvolvimento. Apesar da retomada da discussão com respeito a importância de um projeto de desenvolvimento, o Partido dos Trabalhadores não assumiu o compromisso de discussão e planejamento de forma concreta e com os diferentes atores sociais de qual seria o futuro do país como nação, bem como qual o papel do Brasil a longo prazo no contexto internacional, globalizado e de intensas mudanças¹¹⁰. O compromisso do governo Lula se voltou, por outro lado, para a melhoria da condição de vida da base social, assolada por duas décadas de crise.

Com uma orientação voltada centralmente para a distribuição da renda, através de políticas de transferências de renda, de crédito e principalmente de valorização do salário mínimo, permitiu com que as famílias de menor renda tivessem acesso ao consumo – principalmente de bens duráveis, como eletrodomésticos e automóveis – ainda que, com base no endividamento crescente. Favoreceu também o combate às necessidades mais básicas da população em extrema pobreza, como as carências na alimentação. Com isso, pode-se dizer que a orientação política do governo permitiu uma queda nas desigualdades sociais do país. No entanto, quando se considera o contexto internacional favorável do período, a ausência de um compromisso com relação ao reestabelecimento e avanço nas estruturas econômicas brasileiras, principalmente no que diz respeito ao setor industrial, acabou por tornar estes progressos limitados e com pouca sustentabilidade no tempo.

O capítulo é dividido em quatro seções. A seção 3.1 aborda de forma geral a conjuntura econômica brasileira no período, de modo a trazer um pano de fundo para a reflexão sobre as mudanças sociais. A seção 3.2 analisa as alterações no mercado de trabalho e na distribuição de rendimentos, frente à recuperação do crescimento econômico e às políticas de renda do governo. A seção 3.3 trata da evolução da estrutura social do período, de modo a analisar quais as efetivas mudanças sociais ocorridas. Por fim, a seção 3.4 encerra o capítulo ao considerar o tratamento na provisão de serviços públicos no governo Lula.

¹¹⁰ Ver Lessa (2015).

3.1. A conjuntura econômica da década

Ao final dos anos 1990, com as crises da Ásia e da Rússia, em 1997 e 1998, respectivamente, a manutenção da âncora cambial como forma de estabilização monetária se tornou insustentável devido à fuga de capitais do Brasil. A consequente desvalorização do câmbio e os altos juros em busca de conter a fuga de capitais acabaram por prejudicar a dívida pública. Desse modo, em 2000 o regime calcado no câmbio valorizado e na âncora cambial foi substituído pelo tripé macroeconômico do câmbio flexível, um regime fiscal de sustentabilidade da dívida pública e o regime de metas de inflação, através do controle da taxa de juros (Lopreato e Dedecca, 2013)¹¹¹.

Tais medidas atacaram os problemas imediatos da crise externa, porém não resolveram a instabilidade econômica e as necessidades estruturais do país para um crescimento sustentado. O presidente Lula assume o governo então diante de instabilidades e desconfianças com relação à qual seria a condução da política econômica em seu mandato, o que acabou por gerar incertezas fortes por parte dos agentes privados e uma fuga de capitais do país¹¹². Nesse contexto, apesar do discurso progressista, o presidente cuidou para que o tripé macroeconômico brasileiro de mantivesse em seu governo, fato que gerou entraves significativos para a reestruturação econômica brasileira.

Diante da condução de uma política monetária conservadora, com a manutenção de juros elevados devido a preocupação central de controle inflacionário, bem como com o câmbio valorizado, o espaço econômico aberto para o aumento do crescimento econômico observado no período partiu do movimento favorável do comércio externo:

Já em 2003, no início do mandato presidencial, a economia mundial apresentava forte aceleração, puxada pelos Estados Unidos e pela China. A partir de então, a abundante liquidez financeira e o crescimento vigoroso do comércio mundial promoveriam uma formidável mudança no balanço de pagamentos brasileiro. Todos os indicadores de vulnerabilidade externa melhoraram sensivelmente entre 2003 e 2009: caiu a relação dívida-exportações e as reservas alcançaram mais de US\$ 350 bilhões. As exportações

¹¹¹ Ainda que, mesmo com a liberalização do câmbio, este se manteve valorizado no período. Segundo Belluzzo e Carneiro (2003), a adoção de uma taxa de câmbio flutuante, no contexto brasileiro, acabou por aumentar a volatilidade do câmbio real e a vulnerabilidade externa brasileira. Isto porque passa a ser determinado em grande parte pelos ciclos de liquidez internacional e pela absorção de capitais de curto prazo, e, no Brasil – país altamente endividado e de economia instável nos últimos anos –, a composição do fluxo de capitais é de natureza mais volátil. No contexto de abundante liquidez financeira e de aquecimento do comércio mundial, o câmbio brasileiro acabou se mantendo valorizado no período.

¹¹² Lopreato e Dedecca (2013). A saída de capitais provocou uma forte desvalorização do câmbio em 2002, que atingiu ao final desse ano uma taxa de R\$ 4,00/US\$.

brasileiras de *commodities* cresceram de forma impressionante, impulsionadas pela melhoria dos termos de troca. A conjuntura internacional foi excepcionalmente favorável. A ascensão econômica da China e dos asiáticos em geral, com dotações de recursos naturais diferentes das nossas, mudou a configuração do comércio mundial (BELLUZZO, 2012, p. 3).

Desse modo, as exportações brasileiras, calcadas principalmente nas *commodities* mas que também não excluía os produtos industriais, viabilizaram a recuperação do crescimento, ao estabilizar as contas externas. Em 2004, o PIB atingiu 5,7%, devido principalmente à absorção externa, e a balança comercial atingiu um superávit de 3,9% do PIB (BALTAR, 2014). Com isso, houve importante formação de reservas e queda na dívida pública, fundamentais para o enfrentamento da crise de 2008. Com esse respaldo, a recuperação do crescimento ao longo da década se deu principalmente através do revigoramento do mercado interno, calcado no consumo de massa e estimulado em muito pela expansão do crédito (QUADROS, 2012).

A recuperação do crescimento econômico do período, em que o PIB atingiu uma taxa de crescimento de 6,09% em 2007 e 5,17% em 2008, sendo de 3,16% e 3,96% em 2005 e 2006, respectivamente¹¹³, permitiu o aquecimento do mercado de trabalho brasileiro, com geração de empregos, queda do desemprego, melhora nos salários e maior força dos movimentos sindicais. Conseqüentemente, observou-se também um aumento da formalização do trabalho. O compromisso central do governo Lula se revelou na dívida social do país diante da crise econômica das décadas anteriores, e o crescimento econômico e melhorias no mercado de trabalho deram respaldo à efetividade das políticas adotadas para o cumprimento desse compromisso.

Desta forma, somou-se às condições mais favoráveis do mercado de trabalho a política de valorização do salário mínimo adotada, que se tornou mais efetiva com a maior formalização do emprego. Tal política também influenciou positivamente as outras fontes de transferências de renda estimuladas pelo governo, como os benefícios da previdência, o seguro-desemprego, o Programa Bolsa Família, entre outros. Com isso, observou-se nos dois mandatos do presidente Lula uma melhoria importante e significativa, em termos de mobilidade e ascensão social, na base da sociedade brasileira.

¹¹³ Dedecca (2014). A queda do PIB em 2005 ocorreu devido ao aumento de juros para conter a inflação e da conseqüente queda dos investimentos, bem como do menor superávit comercial proveniente da valorização cambial, observada desde 2004 (BALTAR, 2014).

Por outro lado, conforme será exposto adiante, quando se trata das camadas superiores da estrutura social, nota-se que pouco se alterou em termos de acesso e dinamização, revelando que as conquistas do governo Lula foram limitadas. O fato central para esta falta de dinamismo está na ausência de medidas concretas de recuperação e desenvolvimento das estruturas econômicas do país, principalmente no que diz respeito às cadeias produtivas e ao progresso industrial com base nos avanços tecnológicos dos países centrais – fruto do baixo nível de investimentos no período.

O ponto fundamental desta negligência se mostrou na manutenção da condução de uma política macroeconômica conservadora em um cenário externo favorável à expansão econômica brasileira. Por um lado, houve de fato uma tímida retomada da discussão com relação às necessidades de políticas industriais e do papel do Estado no avanço produtivo – expressa pelos programas de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), no primeiro mandato, e de Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em seu segundo mandato¹¹⁴. Estas iniciativas tiveram o mérito de recolocar em pauta as necessidades de uma política industrial para o Brasil, principalmente quando se considera como pano de fundo a década de 90 e a orientação neoliberal à que o país havia assumido, bem como de buscar a recuperação e o aprofundamento da institucionalidade e da capacidade de planejamento e coordenação do Estado na política industrial. Por outro lado, o conservadorismo da política macroeconômica, focada no controle inflacionário, mostrou uma contradição com relação a tais iniciativas para o setor produtivo, e as metas propostas por esses programas acabaram por minguar¹¹⁵. Conforme Cano e Silva (2010, p. 21):

Não há Política Industrial que consiga contrabalancear os efeitos perversos de uma política macroeconômica com taxa de câmbio e de juros persistentemente limitando a eficácia dos instrumentos de financiamento e aumentando a aversão ao risco empresarial. Do contrário, o binômio juro alto-câmbio valorizado pode ser o exterminador de nosso futuro, com a continuação da especialização regressiva da base produtiva e da perda de substância econômica, levando a um processo de desindustrialização do país. Esta contradição entre as políticas industrial e macroeconômica reflete, na verdade, as divisões que existem dentro do Estado brasileiro, que, em última instância, refletem as divisões dentro da sociedade acerca do projeto que se pretende para o país.

Desse modo, pelo lado produtivo, apesar de avanços na institucionalização necessária para a maior participação do Estado na promoção do desenvolvimento

¹¹⁴ Ver Cano e Silva (2010) e Belluzzo e Carneiro (2003).

¹¹⁵ Cano e Silva (2010).

industrial, pouco se observou de forma concreta na reestruturação da base produtiva nacional, nos investimentos em infraestrutura, no desenvolvimento das cadeias industriais e nos avanços tecnológicos, ao tomar como referência os progressos internacionais calcados na 3ª Revolução Industrial¹¹⁶.

As condições orçamentárias do Estado entraram na década deterioradas, e mesmo com a maior capacidade de arrecadação tributária com a recuperação do crescimento, grande parte foi drenada para o pagamento dos encargos financeiros públicos, comprometendo assim o gasto social do Estado:

Do ponto de vista social, o baixo nível de crescimento do PIB que vigorou por quase 25 anos repercutiu no lento crescimento dos orçamentos públicos, comprimindo os recursos destinados às áreas sociais. Por outro lado, quando a arrecadação tributária começou a crescer com maior vigor, os pesados encargos financeiros que incidiam sobre as finanças públicas, em razão das estratosféricas taxas de juros, drenaram os recursos necessários à promoção de ampla e profunda reestruturação das áreas sociais públicas. (...) Por sua vez, na economia sobressai a perversa combinação de juros elevados, câmbio valorizado e abertura comercial desvinculada do aprimoramento da produção nacional, que impede o desenvolvimento da indústria e serviços conexos. E, como se demonstra em termos históricos e analíticos, são justamente essas atividades que irradiam progresso e estímulo por toda a estrutura produtiva. Por isso elas são cruciais do ponto de vista científico e tecnológico, e também da geração de empregos (QUADROS, 2012, p. 15).

A concorrência externa desigual e o câmbio valorizado no país estimularam as importações de manufaturados e reforçaram sua inserção externa como exportador de *commodities*. Tal inserção é desfavorável para o desenvolvimento privado da indústria nacional, e os juros altos desestimulam tais investimentos. Era preciso uma sinergia entre o setor industrial privado e o Estado, em que o investimento público em infraestrutura se torna fundamental para o adensamento das cadeias produtivas. No entanto, como salientado, a capacidade financeira do Estado se comprometia com seus encargos elevados, frente a alta taxa de juros assumida, o que é reflexo da própria ausência de um projeto de desenvolvimento produtivo para o país no período¹¹⁷.

Diante deste cenário, pode-se considerar que o crescimento econômico do Brasil no período se deu apesar da política econômica adotada, com base em um contexto externo favorável e na expansão do mercado interno calcada no consumo de massa. As condições de acúmulo de reservas, de influxo de capitais e de queda da

¹¹⁶ Tal Revolução se refere aos progressos tecnológicos de informação e comunicação, como por exemplo a nanotecnologia e a microeletrônica.

¹¹⁷ Por outro lado, por mais que não fosse um objetivo explícito do governo, a orientação macroeconômica do governo acabou por favorecer a valorização financeira no país. Ver Belluzzo e Carneiro (2003) e Lessa (2015).

relação dívida/PIB do setor público¹¹⁸ favoreceram o combate à crise internacional de 2008, em que o governo assumiu uma posição anticíclica:

Em 2008, o Brasil sofreu uma crise de confiança que se manifestou no encolhimento da liquidez no mercado interbancário e travou o crédito para empresas e consumidores. Isso impactou rapidamente o setor privado, que cortou drasticamente a produção corrente e, sobretudo, reduziu os gastos de investimento. Não há dúvidas de que o Brasil foi beneficiado pelo comportamento das *commodities*, cujos preços não sofreram perdas consideráveis, como em outras ocasiões. O Brasil se desvincilhou da crise. O governo adotou as medidas anticíclicas corretas quando sobreveio a tormenta. A política econômica reagiu com competência ao impacto da crise de 2007-2008. A ação das autoridades e dos bancos públicos foi decisiva para reabilitar o crédito, sobretudo mediante a compra de carteiras das instituições de porte médio e da ação tempestiva do BNDES na sustentação do crescimento do *funding* de longo prazo (BELLUZZO, 2012, p. 4).

Deste modo, o PIB, que mostrou uma taxa negativa de 0,33% em 2009, atingiu um crescimento de 7,53% em 2010¹¹⁹, desta vez tendo como mérito principal uma atuação política anticíclica assumida pelo governo. Com isso, foi possível suavizar os impactos da crise internacional na sociedade brasileira, em termos de emprego e rendimento.

Estes breves aspectos gerais sobre o panorama econômico do Brasil na década servirão de base para a análise das mudanças sociais do governo Lula. As melhorias sociais observadas entre 2002 e 2010 foram de extrema importância para o país, e não cabe à presente seção minimizá-las. O fato é que havia a necessidade de se aliar esses progressos com mudanças estruturais na economia, utilizando o cenário internacional favorável, de modo a dinamizar as camadas superiores da sociedade em termos de mobilidade e ascensão social, com construção de oportunidades de acesso pela ampla gama populacional presente nos extratos inferiores, principalmente na baixa classe média.

No entanto, ao final da década pouco se mostrou de mudanças na estrutura produtiva brasileira, bem como em sua inserção internacional:

Apesar do crescimento do consumo e do crédito para o investimento, as contas nacionais revelam que o crescimento não foi acompanhado de uma recuperação das participações da agricultura, da indústria de transformação e mesmo da construção civil para o PIB. Desde 2000, o conjunto do setor de serviços tem respondido, de forma relativamente estável, por dois terços do PIB do país (...). Isto é, o incremento do consumo e mesmo do investimento não tem se traduzido em recomposição da base produtiva nacional. Ademais, o país não parece ter aproveitado do ciclo de preços das

¹¹⁸ Com relação ao setor externo, as reservas aumentaram de US\$ 55 bilhões em 2005 para US\$ 207 bilhões em 2008. Na área fiscal, o resultado primário caiu de 2,5% do PIB de 2003-2005 para 2,3% do PIB, de 2006-2008, e a dívida líquida do setor público caiu de 48% do PIB em 2005 para 40,5% do PIB em 2008 (BARBOSA e SOUZA, 2010).

¹¹⁹ Dedecca (2014).

commodities da década passada para estabelecer outro vetor de indução da base produtiva local, industrial ou agrícola (DEDECCA, 2014, p. 479)¹²⁰.

Com isso, observou-se um progresso social limitado e insustentável no tempo, com a ausência de uma melhora significativa na estrutura social em seu conjunto, como será visto adiante.

3.2. Mudanças no mercado de trabalho e na distribuição de renda

Os efeitos do crescimento sobre o emprego e a renda foram expressivos, e o comportamento do PIB serviu como condição necessária para a efetividade das políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo. No entanto, os fatores demográficos também tiveram seu papel nos avanços nas condições de trabalho. O ritmo de crescimento da população urbana caiu de 2,4% na década de 90 para 2,1% de 2000 a 2010. A população rural continuou a decrescer, porém de forma mais lenta, e diminuíram as migrações para as cidades. A PEA caiu de 3,1% em 1990 para 2,6% entre 2000 e 2010, período em que o crescimento populacional total foi de 1,7%. Essa dinâmica favoreceu a elevação da renda *per capita* para 3,6% a.a. entre 2003 e 2008¹²¹.

Ao se tratar primeiramente das relações de trabalho, as políticas do governo Lula mostraram um caráter contraditório, ao aplicar tanto medidas flexibilizadoras quanto de regulação pública do mercado de trabalho. Há, portanto, avanços na compreensão das necessidades regulatórias para a melhoria das condições de trabalho no Brasil, porém ainda com movimentos de flexibilização que se inserem na lógica das mudanças estruturais do capitalismo financeiro e globalizado. As políticas flexibilizadoras continuaram com foco de ação na remuneração variável, na jornada de trabalho flexível e sobre os tipos de contrato¹²². Por outro lado, a valorização do salário mínimo, a ampliação do seguro-desemprego durante a crise¹²³, o aumento da formalização do

¹²⁰ O autor se refere como década passada a primeira década de 2000, correspondente ao governo Lula.

¹²¹ Lopreato e Dedecca (2013). As taxas de crescimento da renda *per capita* anteriores foram de 0,1% a.a. entre 1995 e 1999 e 1% a.a. entre 1999 e 2003.

¹²² Exemplos das políticas de cunho flexibilizador são a nova Lei de Falências e de Recuperação Judicial, que oferece maior proteção às instituições financeiras aliado a perda de direitos trabalhistas, e o intervalo intrajornada, que autoriza redução desse intervalo por meio de negociação coletiva. Para mais exemplos, ver Krein et. al. (2012) e Baltar et. al. (2010).

¹²³ É importante ressaltar que o aumento da incidência do seguro-desemprego não significa necessariamente uma melhoria social. Em um contexto de crescimento econômico e do emprego, a maior incidência do seguro-desemprego pode representar um estímulo à já elevada rotatividade do trabalho, em um uso do benefício por indivíduos que não necessariamente necessitam dele, porém que se sentem mais seguros em se desempregar para usufruir deste tipo de proteção. O que é fundamental, portanto, para além

trabalho, os estímulos à inclusão do trabalhador autônomo na Previdência Social, entre outros, representaram avanços importantes que se refletiram na melhora estrutural do mercado de trabalho (KREIN et. al., 2012).

Tais progressos tiveram como elemento central a recuperação do crescimento econômico, que permitiu não só o aumento das ocupações, mas também uma maior organização dos movimentos sindicais. Esses fatores em conjunto trouxeram melhorias nas condições de trabalho do país na primeira década de 2000:

O quadro de desestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil começa a se modificar significativamente e de forma consistente a partir de 2004, embora com impactos ainda modestos no primeiro mandato, que de forma progressiva e cumulativa foram amplificados no segundo mandato do Governo Lula. A medida que o crescimento econômico, as políticas públicas e a prática sindical foram construindo um contexto de aumento do emprego, redução do desemprego, melhoria do padrão ocupacional, elevação do poder de compra do salário mínimo e recuperação dos salários, ficou cada vez mais evidente, no plano concreto, que tudo isso foi possível prescindindo da flexibilização, ou da redução do já baixíssimo custo do trabalho, ou ainda de medidas que caminhassem no sentido de eliminação de direitos dos trabalhadores (KREIN et. al., 2012, p. 17).

Entre 2004 e 2009, houve um aumento do assalariamento no total de ocupados, que passou de 51,3% para 53,7% da PEA. Houve um aumento das ocupações formais, em termos absolutos, de 24,3% no período, e de queda da informalidade de 0,8%. No âmbito do emprego formal, os empregadores mostraram um aumento de 15% no período, os assalariados formais do setor privado, de 26,6%, e os militares e funcionários públicos obtiveram um aumento de 19,3%. Com isso, em termos relativos, o emprego formal passou de 38,2% para 42,5% da PEA. Considerando as ocupações precárias como os assalariados sem carteira de trabalho, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores domésticos e os sem remuneração, houve uma redução absoluta de 1,1%, e em termos relativos, mostrou uma queda significativa de 51,1% para 45,3% da PEA¹²⁴. É importante notar que, apesar dos avanços, em 2009 a participação das ocupações precárias ainda se mostrava expressiva, ao abarcar 45,8% da PEA. Por mais que represente um grupo heterogêneo, essa participação indica um

do aumento da incidência deste benefício, é a sua maior regulação, para que em momentos de crise o governo possa dispor de recursos referentes ao seguro-desemprego para a proteção dos mais necessitados.

¹²⁴ Krein et. al (2012). O autor considerou como *proxy* para o emprego formal o conjunto dos empregadores, dos empregados formais do setor privado e dos militares e funcionários públicos. É importante notar que houve variações conjunturais no período, com menor intensidade das melhoras de 2004 a 2006 e maior entre 2006 e 2009. Com as políticas anticíclicas, o período de crise não impediu a continuidade dos avanços nas condições de trabalho.

significativo número de trabalhadores não inseridos em condições satisfatórias de emprego e renda.

Em termos setoriais, com as políticas de estímulo ao crescimento, em um contexto de maior atuação das empresas públicas de financiamento e das estatais, houve crescimento na geração de empregos não-agrícolas nos diversos setores, porém com maior destaque para os serviços. Entre 2003 e 2008, 32,8% do total de postos criados partiram do setor produtivo, sendo 18,3% da indústria de transformação e 13% da construção civil. Os serviços responderam pelo resto das ocupações criadas, dado que o número de ocupações agrícolas diminuiu significativamente, no montante de 1 395 mil postos. Dentre os serviços, houve um aumento relevante das novas ocupações na área de educação, saúde e serviços sociais, com participação de 11% dos novos postos criados, e na administração pública, de 4%¹²⁵.

No entanto, tais avanços não foram suficientes para que se resolvessem os problemas do desemprego. Este representava 9% da PEA em 2004, e caiu para 8,4% em 2006 e para 8,3% em 2009¹²⁶. O declínio da proporção de desempregados na PEA foi relevante, no entanto, os desocupados ainda mantiveram-se em um patamar elevado. Além disso, o desemprego ao longo da década passou a afetar em maior proporção os indivíduos pertencentes às classes mais baixas¹²⁷, o que reforça as necessidades de aliar os programas de transferência de renda e de regulação trabalhista à recuperação e atualização da base produtiva e tecnológica nacional, com referência aos avanços nos países desenvolvidos.

Em termos de rendimentos, se observou uma melhoria na condição de renda da população e redução das desigualdades. Nota-se uma maior variação do rendimento real familiar *per capita* entre 2002 e 2011 para os extratos mais pobres, quando comparado com os mais ricos. O aumento médio do rendimento familiar *per capita* foi de 3,7% a.a., e, enquanto os 10% mais ricos variaram sua renda familiar per capita em torno de 2,2% a.a. entre 2002 e 2011, os 20% mais pobres aumentaram 6,5% a.a.¹²⁸. O índice de Gini, por sua vez, caiu de 0,594 em 2001 para 0,527, em 2011¹²⁹. Com relação à massa

¹²⁵ Quadros (2010).

¹²⁶ Krein et. al. (2012). Dados referentes à PNAD/IBGE.

¹²⁷ Segundo Quadros (2010), em 2008, 66% dos desocupados se encontravam em famílias da massa trabalhadora e da baixa classe média, sendo que em 2002 essa taxa correspondia a 54% dos desocupados.

¹²⁸ Dedecca (2014), tomando como ano-base 1999.

¹²⁹ IPEA (2012).

de rendimentos, todos os extratos aumentaram, porém com maior intensidade nas camadas inferiores. A participação da renda do trabalho no aumento da massa de rendimentos manteve-se importante para todos os extratos. Para os 10% mais pobres, a renda do trabalho mostrou uma queda mais acentuada de importância, em função das políticas de transferência de renda.

A melhor distribuição de renda também teve origem na junção entre o crescimento econômico e a atenção do Estado quanto às questões sociais:

A melhor distribuição de renda, a redução da pobreza e a elevação da renda média das famílias foram possibilitadas pela retomada do dinamismo econômico e pelo impacto que este teve sobre a elevação do nível do emprego assalariado (...). Mas, se a elevação do emprego foi importante para incorporar um maior número de trabalhadores em uma ocupação remunerada – o que significou, em muitos casos, a renda necessária para que a família saísse da situação de pobreza absoluta (ou mesmo alcançar a Classe C), não podem ser desconsiderados os efeitos decorrentes de outras políticas públicas. Nesse sentido, é importante destacar a importância da política de valorização do salário mínimo, da política de seguridade social, das políticas de transferência de renda condicionada e das políticas de mercado de trabalho (BALTAR et. al., 2010, p. 27).

O salário mínimo mostrou uma elevação real acumulada de 53,5% entre 2003 e 2010. A elevação do salário mínimo não gerou apenas melhorias na renda dos assalariados formais, mas também dos informais, pois serve como um valor de referência para o estabelecimento da remuneração. Ao mesmo tempo em que diminuiu a pobreza e alavancou o poder de compra das famílias de menor renda, exerceu influências positivas tanto nas negociações salariais quanto nas políticas de transferência de renda e na Previdência Social, em que os benefícios estão atrelados ao valor do salário mínimo.

O aumento do salário mínimo não piorou o déficit da Previdência Social – em que a maior parte dos beneficiários recebe esse montante – devido ao crescimento econômico e ao aumento do emprego formal, que por consequência elevou a arrecadação do governo. O maior valor do benefício foi importante para aumentar o poder de compra das famílias e dinamizar a economia, principalmente no setor rural e em pequenas comunidades. As políticas de transferências de renda, já existentes nos anos 1990, foram expandidas e unificadas no governo Lula, com ampliação da cobertura, através do Programa Bolsa Família. Apesar de insuficiente para suprir as necessidades da elevada população em situação precária no Brasil, foi essencial para a diminuição da miséria e para a melhoria da distribuição de renda, bem como para a situação dos jovens das famílias mais pobres, por exigir como contrapartida das famílias a retirada das crianças do trabalho juvenil e a frequência das crianças e adolescentes na

escola, bem como o acompanhamento médico ao recém-nascido (BALTAR et. al. 2010).

O aumento da oferta de crédito também prestou papel na renda familiar. Entre 2002 e 2008, o governo Lula expandiu o volume dos recursos alocados para operações de crédito de R\$ 90,5 bilhões para R\$ 444,1 bilhões¹³⁰. Com isso, observou-se um intenso processo de aumento do consumo com base no endividamento das famílias de baixa renda, o que também influenciou o fortalecimento do mercado interno¹³¹. Desse modo, entre 2002 e 2008, as diversas políticas de transferência de renda representaram um montante de R\$ 170 bilhões, favoráveis à elevação do padrão de vida da população concentrada na base da pirâmide social¹³².

Se faz relevante destacar que, apesar dos progressos em termos de aumento da massa de renda e nas questões distributivas, as medidas adotadas não foram suficientes para que se alterasse significativamente o quadro de desigualdade de renda presente no país, bem como foram insuficientes para a garantia das necessidades das camadas mais pobres da população, mesmo quando comparadas ao padrão de vida da média classe média brasileira.

3.3. Evolução da estrutura social brasileira no período:

Diante das melhorias em termos de crescimento econômico, emprego e renda, observou-se uma recuperação da mobilidade ascendente da sociedade brasileira na década, porém de forma limitada. Ao tomar como referência o trabalho de Quadros (2010, 2011) sobre a evolução da estrutura social do país entre 2003 e 2009, é possível concluir que o dinamismo social no período de recuperação do crescimento partiu das camadas mais baixas da sociedade, enquanto se observou uma letargia no topo social¹³³.

¹³⁰ Pochmann (2010).

¹³¹ As transferências de renda também estavam representadas na maior incidência do seguro-desemprego, que aumentou em valor e número de segurados, com a alta rotatividade das ocupações no país e ao aumento do valor do salário mínimo – o que, ressalta-se, não necessariamente se traduz de forma plena em melhorias para a sociedade como um todo.

¹³² Pochmann (2010). Esse montante se distribuiu em R\$ 132,8 bilhões pela Previdência Social, R\$ 13,8 bilhões pelo seguro-desemprego e abono salarial, R\$ 10,4 bilhões pela Assistência Social e R\$ 8 bilhões por outros programas governamentais.

¹³³ Quadros (2010) considerou para a estratificação social individual, a partir dos rendimentos declarados à PNAD, a preços de 2008: miseráveis = até R\$ 317; massa trabalhadora = R\$ 317 a R\$ 635; baixa classe média = R\$ 635 a R\$ 1 588; média classe média = R\$ 1 588 a R\$ 3 177; alta classe média = acima de R\$ 3 177.

De forma sintética, na estratificação social considerando os membros da família¹³⁴, entre 2003 e 2009 há uma expressiva queda de participação dos miseráveis na estrutura social, com valor absoluto de 22,827 milhões de indivíduos. Ao se somar com os 12,749 milhões de pessoas referentes ao aumento populacional do período, tem-se que 35,576 milhões de indivíduos aproveitaram os espaços abertos nas camadas acima dos miseráveis. Em raciocínio análogo, a massa total de renda declarada aumentou em R\$ 34,3 milhões mensais no período, a preços de outubro de 2009, que, somada a queda de R\$ 1,8 milhões dos miseráveis, há um aumento total de R\$ 36,1 milhões para as outras camadas consideradas.

Na distribuição do aumento da população e da renda, a massa trabalhadora recebeu 27,9% da população potencialmente ascendente, e se apropriou de 9,7% da variação da renda total. Na baixa classe média essas estatísticas correspondem a 42,8% e 29,1%, respectivamente. A média classe média recebeu 25% da variação populacional e 35% da variação de renda e a alta classe média, 4,3% e 26,3%, respectivamente¹³⁵. Desse modo, apesar das melhorias sociais referentes à queda dos miseráveis e ao aumento das oportunidades nas diversas camadas – referentes à atenção do Estado com relação ao crescimento econômico com uma melhor distribuição de renda –, a apropriação do aumento da massa de rendimentos ainda se mostrou significativamente desigual, em comparação à variação populacional que foi recebida em cada camada.

Em termos de oportunidades ocupacionais criadas entre 2003 e 2008¹³⁶, momento de crescimento econômico mais expressivo, percebe-se pouco dinamismo nos estratos de maior renda. Em 2003, 4,8% do total de ocupados se encontravam na alta classe média, e em 2008, a participação passou para 5,3%. Ao considerar que em 1981 esta camada tomou parte de 5,5% dos ocupados e em 1989, de 7%, percebe-se que há poucas oportunidades de ascensão a esse estrato pelo lado ocupacional. A diferença absoluta de ocupados na alta classe média entre 2008 e 1989 é de apenas 550 mil indivíduos, fato que ilustra as dificuldades de ascensão social no país. De forma análoga, a média classe média aumentou sua participação de 7,1% para 9,4%, elevação pouco expressiva. Os principais canais de acesso à alta classe média se deram em

¹³⁴ Quadros (2011), ao considerar a estratificação social da população ajustada pela renda familiar *per capita*.

¹³⁵ Quadros (2011).

¹³⁶ As estatísticas referentes às oportunidades ocupacionais se encontram em Quadros (2010).

ocupações típicas de colarinho branco, principalmente assalariado – como gerentes, funcionários administrativos, engenheiros, professores, etc. –, bem como de microempresários. Já na média classe média, os empregadores não exerceram tanto peso no acesso. Há o avanço do trabalho assalariado – com maior expressão para os colarinhos brancos – e recuo do negócio próprio e trabalho autônomo.

A baixa classe média apresentou um aumento na distribuição ocupacional de 25,1% do total de indivíduos ocupados para 31,1% entre 2003 e 2008. A expansão populacional da baixa classe média foi vangloriada tanto pelo mercado quanto pelo governo, devido ao maior acesso desses indivíduos ao consumo de uma ampla gama de bens duráveis ou de consumo corrente, porém diante de um processo de intensivo uso do crédito e do endividamento. Além disso, estão ainda muito distantes de um padrão de vida de uma autêntica classe média:

(...) nos parece que o padrão de vida usufruído por este estrato constitui, na verdade, um mero simulacro daquilo que nas condições brasileiras pode ser chamado de classe média. No âmbito educacional, apenas têm acesso a escolas públicas degradadas ou particulares com mensalidades mais baratas e de qualidade no mínimo duvidosa. Na saúde, se não contarem com um plano corporativo decente, dependem da rede pública deteriorada ou de planos de saúde baratos e precários. E esta precariedade estrutural de reproduz na habitação, transporte, segurança, alimentação, cultura, lazer, entretenimento e em todos os demais aspectos que efetivamente definem as condições de vida. Se é um fato que estão livres da miséria e da pobreza, sua situação real seria melhor classificada como remediada ou precária (QUADROS, 2010, p. 18).

A massa trabalhadora aumentou sua participação na distribuição ocupacional de 28,4% para 31,1% do total de ocupados, porém com uma situação de precariedade ainda mais intensa que a baixa classe média. A expansão expressiva destas duas camadas se deu principalmente pelas ocupações assalariadas de trabalhadores e colarinhos brancos. Para a baixa classe média há uma maior gama de ocupações típicas de colarinho branco, tais como vendedores de loja, armazenistas, operadores de telemarketing, ocupações em funções administrativas, em supervisão, na educação, etc. Já os trabalhadores assalariados dessa classe podem ser considerados como uma elite operária, em posições na construção civil, na conservação de edifícios, como motoristas, no setor alimentício etc. Para a massa trabalhadora, assume maior expressão os trabalhadores domésticos, e, no geral, as ocupações criadas são em áreas semelhantes à da baixa classe média, porém com pior remuneração e com um menor leque de ocupações¹³⁷. Por fim, a queda de

¹³⁷ Era possível encontrar certos postos na baixa classe média que não se mostravam na massa trabalhadora, como gerentes, professores do ensino médio com maior nível educacional, supervisores e técnicos, motoristas, mecânicos e soldadores, entre outros. Tais ocupações implicavam em uma posição

participação ocupacional dos miseráveis – de 33,1% em 2003 para 17,5% em 2008 – se deu em diversos grupos ocupacionais, com destaque para os trabalhadores e colarinhos brancos assalariados, trabalhadores domésticos, trabalhadores agrícolas não remunerados e trabalhadores autônomos.

O crescimento econômico e as políticas de estímulo ao emprego e à melhor distribuição de renda foram essenciais para a queda da pobreza absoluta e para gerar uma condição mínima de subsistência para uma ampla gama da população. Nesse sentido, a valorização do salário mínimo prestou importante papel para a remuneração dos ocupados das camadas mais baixas. Os programas de transferência de renda, influenciados pelo aumento do valor real do salário mínimo, representaram uma maior proteção social aos desocupados, ainda que necessitassem de um emprego para se inserirem na sociedade brasileira. Desse modo, observou-se entre 2003 e 2008 uma queda de 6,5 milhões de miseráveis desocupados, que somados ao crescimento de 4,1 milhões de indivíduos sem ocupação, mas com rendimento, constituiu-se em 10,6 milhões de pessoas distribuídas nos estratos acima dos miseráveis¹³⁸. A grande maioria foi para a massa trabalhadora, 77%, o que reforça a importância do emprego para a elevação social a melhores padrões de vida no Brasil, frente à parca qualidade dos serviços públicos.

A criação de empregos típicos da média e alta classe média viriam através da reestruturação e desenvolvimento do setor produtivo brasileiro, bem como da maior capacidade financeira do Estado na remuneração pública dos diversos empregados em setores como educação, saúde, saneamento, segurança pública etc. Reforça-se então que um projeto de desenvolvimento com ação estratégica com relação a indústria nacional, com uma condução macroeconômica que permitisse o estímulo ao investimento privado industrial e do Estado, principalmente em infraestrutura, poderia gerar as condições para a quebra desta barreira de acesso e a melhoria da estrutura social brasileira em seu conjunto.

O nível de pobreza no país diminuiu consideravelmente dado a mobilidade ascendente observada. Entre 2002 e 2009, a pobreza no país foi reduzida em 28% nas regiões metropolitanas (POCHMANN, 2010). No entanto, as barreiras da base social

social mais elevada em comparação à massa trabalhadora, ainda que mal remuneradas na baixa classe média.

¹³⁸ Quadros (2010).

em atingir um nível de qualificação profissional em termos de escolaridade e experiência exigido pelos postos de maior remuneração existentes revelou que a estrutura social brasileira ainda era composta majoritariamente por um conjunto populacional que apresentava grandes dificuldades de se atingir as condições mínimas para uma vida confortável na sociedade moderna. Nesse contexto, a questão da oferta universal de serviços públicos de qualidade se torna essencial para a alavancagem da população de menor renda, de modo a permitir uma maior igualdade de condições de vida no Brasil.

3.4. A provisão de serviços públicos no governo Lula

Mesmo na ausência de uma estratégia de longo prazo, articulada e abrangente para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, os gastos sociais no governo Lula representaram um papel relevante para o auxílio à população de maior carência. De fato, os principais componentes do gasto social couberam às transferências de renda às famílias, com destaque para os gastos com a seguridade social e no programa Bolsa Família, calcados na valorização real do salário mínimo. No entanto, parte das despesas também se direcionaram para a expansão da oferta de serviços sociais públicos. Os gastos federais com educação passaram de R\$ 21,2 bilhões em 2000 para R\$ 45,5 bilhões em 2010. Na saúde, os gastos cresceram mais de 60% entre esses anos. Na habitação, o programa Minha Casa, Minha Vida beneficiou 4,6 milhões de brasileiros na entrega de moradias populares. No saneamento, os gastos passaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 8 bilhões entre 2000 e 2009, inseridos na iniciativa do PAC¹³⁹.

A expansão dos gastos direcionados para os serviços públicos e da própria política social no governo Lula se inseriram no conflito presente nas décadas anteriores entre duas visões com respeito ao papel do Estado no desenvolvimento social, sendo estas o Estado Mínimo e o Estado de Bem-Estar Social (FAGNANI, 2011). Mais precisamente, esse embate se desdobra entre a posição de universalização do acesso às políticas sociais e a focalização de tais medidas aos mais pobres, em que os problemas da sociedade como um todo se resolveriam com o crescimento econômico sustentado. Nos anos 1980, com o fim da ditadura e com a Constituição de 1988, há a formação de

¹³⁹ Fonseca e Fagnani (2013), a preços de dezembro de 2011, corrigidos pelo IPCA mensal. O aumento de gastos sociais poderia ser ainda mais expressivo, caso não em grande parte travado pela necessidade de manter os superávits primários, fruto da manutenção de um regime macroeconômico conservador.

um projeto de Estado de Bem Estar Social. No entanto, como visto, as forças conservadoras acabaram por frear esse projeto e na década de 90 predominou a ideologia neoliberal do Estado Mínimo. Diante destas tensões, a posição da política social no governo Lula se dividiu em dois momentos.

O primeiro momento, entre 2003 e 2005, é marcado pela continuidade da política ortodoxa na condução econômica e por incertezas com relação à posição do Estado na questão social. O encaminhamento econômico limitou o desenvolvimento social, e observou-se impulsos no sentido de maior focalização da política social, através de tentativas de reformas de Estado de caráter liberalizante e desestruturadoras das conquistas presentes na Constituição de 1988 – como, por exemplo, na simplificação da estrutura fiscal, na área trabalhista, na previdência, no esvaziamento do programa de Reforma Agrária, etc. –, da focalização da estratégia de transferências de renda aos mais pobres, da busca de um superávit primário que limitava o gasto social, entre outras¹⁴⁰. Por outro lado, também surgiam iniciativas em prol de um caráter universal das políticas sociais, em áreas como a educação, a saúde, seguridade social, infraestrutura urbana, direitos das minorias, entre outras, de modo que esse primeiro período foi marcado por um conflito significativo entre essas duas visões. No segundo momento, a partir de 2006, a estrutura da política macroeconômica se manteve, porém com uma maior participação do Estado nas melhorias distributivas da renda, em que a universalização e a focalização das medidas sociais se complementam.

Além da retomada do crescimento, que exerceu papel fundamental para as melhorias no mercado de trabalho e ampliação dos gastos sociais, a crise de 2008 acabou por enfraquecer em parte a visão neoliberal, hegemônica na economia global, de modo a favorecer impulsos do país em busca do Estado de Bem-Estar Social. Com isso, o país manteve a estratégia de melhorias sociais e de medidas anticíclicas no enfrentamento da crise, fato que acabou por afastar da sociedade brasileira os efeitos deletérios mais profundos dos desequilíbrios internacionais, no que tange ao emprego e renda.

Apesar da expansão do gasto e da oferta de serviços públicos, ao final da década ainda se apresentavam carências significativas com relação ao acesso e qualidade dos serviços. Na área educacional, mesmo com diversas medidas no sentido de melhorar a

¹⁴⁰ Ver Fagnani (2011).

qualidade da educação básica e expandir o financiamento¹⁴¹, as desigualdades de acesso se mostravam nas baixas frequências e altas taxas de evasão dos indivíduos. Em 2011, com relação às crianças e jovens, apenas 20,8% dos indivíduos de 0 a 3 anos frequentavam alguma instituição de ensino, e mesmo com uma alta frequência dos jovens de 15 a 17 anos em estabelecimentos de ensino (83,7% do total de jovens desta idade), poucos seguiam o estudo para atingir um nível superior – exigido por grande parte dos postos de melhor remuneração. Em termos de anos de estudo, em 2011, 15,1% dos brasileiros apresentavam um ano ou menos, e apenas 10,8% mostravam mais de 15 anos de estudo, no geral o período para se atingir o nível superior. Estas estatísticas apresentavam também hiatos entre raças, no ambiente rural/urbano e nos estratos de renda, principalmente para a educação mais avançada. Além disso, a taxa de analfabetismo no país permaneceu alta, ao representar 8,6% do total de brasileiros de 15 anos ou mais, em 2011, contra os 12,4% em 2001, em que atinge com maior veemência os indivíduos do ambiente rural e os de menor rendimento e que indica a qualidade baixa do sistema educacional público¹⁴².

A manutenção da precariedade dos serviços se apresentam também para além da educação. Na saúde, o avanço na consolidação do SUS e nos investimentos públicos voltados ao setor não excluíram os problemas de heterogeneidade sócioespacial no acesso, no subfinanciamento e na vulnerabilidade tecnológica – em que se coloca o problema de participação privada na oferta de serviços públicos (VIANA et al, 2013). Na infraestrutura urbana, o programa Minha Casa, Minha Vida e as desonerações tributárias no setor habitacional foram importantes para o acesso da população à moradia popular, no entanto as carências com respeito ao saneamento básico permanecem como questão estrutural da economia brasileira. Em 2011, 40% da população apresentava um déficit de atendimento no abastecimento de água, 60% no esgoto sanitário e 40% no manejo de resíduos sólidos urbanos, com assimetrias significativas por região, raça e anos de estudo – o que demonstra que condições de moradia satisfatórias permanecem em sua maioria restritas as classes mais altas da sociedade¹⁴³.

¹⁴¹ Dentre estas, a gradativa perda da incisão da Desvinculação de Receitas da União no setor educacional, de modo a liberar recursos para o investimento.

¹⁴² Waltenberg (2013).

¹⁴³ Heller (2013).

Por fim, no setor rural, o esvaziamento do projeto de reforma agrária estrutural elaborado na campanha eleitoral se refletiu na manutenção de um ambiente ainda voltado predominantemente ao agronegócio, com a agricultura familiar em segundo plano – em 2009, o setor familiar respondia por 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, porém ocupavam apenas 24,3% da área total¹⁴⁴. As medidas assistenciais – centralizadas no Programa Nacional da Agricultura Familiar e aliado a novos programas de proteção às famílias pobres –, contribuíram para a diminuição da pobreza extrema no campo¹⁴⁵. No entanto, mesmo com a variedade produtiva crescente no campo e com as mudanças no contexto de pobreza rural, de certa forma a baixa qualidade de vida neste setor está enraizada nos problemas estruturais, em que se destaca a concentração de terra, e que demandam prioridade em um programa de reforma agrária que lide com as questões da estrutura campezina brasileira:

Neste contexto de mudanças se apresentam “velhas” e “novas” caras da pobreza rural. Isto é, a pobreza como um fenômeno multidimensional que não se manifesta só pela insuficiência de renda, mas também pela fome, analfabetismo, a falta de moradia, de luz elétrica e acesso à água. E, em sua nova face, pelos limites da qualidade da educação rural, do acesso à saúde, nas condições de trabalho precárias e em carências localizadas. Porém, independentemente das faces que assuma, na pobreza do meio rural, existe uma correlação inicial entre pobreza, fragilidade da agricultura familiar e elevada concentração fundiária. (ROMANO et. al., 2013, p. 68).

¹⁴⁴ Romano et. al. (2013). É importante ressaltar que o setor rural passou a compor diversas atividades que não se esgotam no agronegócio ou na atividade agropecuária familiar, em que se destacam as atividades não-agrícolas no ambiente rural.

¹⁴⁵ O número de indigentes caiu de 19,6% da população rural em 2004 para 13,4% em 2009, e a pobreza caiu de 27,4% da população rural para 19,9%, em termos de renda (ROMANO et. al., 2013).

Considerações Finais

No governo Lula observou-se, a partir da retomada do crescimento, o respaldo às medidas sociais com centralidade na valorização do salário mínimo e nas transferências de renda. Nesse sentido, o foco do governo se deu na redução das desigualdades sociais brasileiras, com base em políticas redistributivas, de modo a incentivar o aumento do consumo das famílias mais pobres – em meio a um intenso endividamento – e auxiliar à melhora na condição de vida da população de maior pobreza. As melhorias sociais ocorridas, apesar de limitadas e com bases frágeis, foram de extrema importância para a população brasileira, principalmente quando se considera o cenário histórico de deterioração social e estagnação econômica da década anterior.

Desse modo, em meio a uma intensa aceitação popular do presidente Lula, o endividamento crescente das famílias teve como contrapartida o intenso consumo – principalmente para a população de menor renda – de bens duráveis aos quais antes não tinham acesso, com destaque para eletrodomésticos, móveis e veículos. A compra desses bens pela população das camadas mais baixas se deu principalmente com pagamento a longo prazo, com esquemas de venda de pagamento de prestações – com pouca visão do comprador nos exorbitantes juros embutidos nestas parcelas –, o que acabaria por prejudicar e muito a renda futura disponível destas famílias para gastos necessários, como educação e saúde, frente a parca qualidade dos serviços públicos. Nesse sentido, a integração da população de menor renda na sociedade brasileira se deu principalmente pelo lado do consumo, com pouca atenção ao acesso universal a um padrão de vida verdadeiramente confortável e sustentável para este grupo populacional.

Nesse sentido, para que esse progresso social se sustentasse e se aprofundasse, se fazia fundamental mudanças estruturais na economia. Em um sentido mais profundo, havia a necessidade de discussão, com os diferentes agentes sociais, para a consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento, que lidasse principalmente com o reestabelecimento de uma estrutura produtiva moderna, agora com base nas mudanças na organização mundial, e com uma inserção externa brasileira menos vulnerável. Esse fato implica, conseqüentemente, na adoção de uma política macroeconômica favorável a reindustrialização do país, e que permitisse a centralidade do Estado no processo de desenvolvimento. Essas questões foram pouco consideradas pelo governo Lula. Diante de tais ausências, os avanços nesse período não foram suficientes para diminuir

consideravelmente as desigualdades de distribuição de renda, nem para quebrar a letargia das camadas mais altas da sociedade, que continuam a mostrar pouco dinamismo e a revelar que ao final da década ainda haviam grandes desafios a serem enfrentados para se atingir no Brasil uma sociedade mais justa e igual.

Conclusão

O presente trabalho procurou mostrar, em um primeiro momento, de que maneira se instaurou no Brasil uma estrutura industrial e econômica moderna ao mesmo tempo em que desigualdades sociais se mantinham e por vezes se elevavam. Em um segundo momento, quais foram os aspectos da crise social do país tendo em vista a perda do crescimento econômico, reflexo do fim do modelo desenvolvimentista centrado na participação do Estado na economia. Por fim, a dissertação buscou, de forma breve, traçar um panorama das melhorias sociais presentes no governo Lula, de modo a apontar sua relevância e seus limites diante de um histórico de duas décadas de crise.

Dito isso, o propósito do trabalho foi explicitar, a partir da evolução histórica do recorte de tempo adotado e através da análise da estrutura e mobilidade social, a desigualdade como um elemento estrutural da sociedade brasileira. Ressalta-se as iniquidades em um sentido amplo, não apenas dos diferenciais de renda, mas de acessos às condições que permitam um padrão de vida ao menos civilizado, no âmbito individual e familiar. Nesse sentido, não cabe a esta conclusão um receituário para quebrar a barreira social que distância os estilos de vida dos diferentes grupos populacionais do país, ainda mais diante da complexidade que representa a estrutura econômica e social brasileira.

Estas considerações finais caminham por sua vez no sentido de apontar, diante do que foi considerado ao longo do trabalho, algumas potencialidades do Brasil que poderiam dinamizar a sociedade brasileira e diminuir as fronteiras entre as camadas mais elevadas e a maioria populacional que compõe os estratos mais baixos da estrutura social.

Como foi exposto no trabalho, é essencial e básico que se estabeleça primeiramente um crescimento econômico sustentado no Brasil. Este foi o único elemento que permitiu a dinamização social do período desenvolvimentista, e é o que possibilita, além da criação de empregos, o respaldo para a efetividade das políticas sociais. Como foi visto, o aumento do acesso a um padrão de vida verdadeiramente de classe média, nesses moldes, viria através da maior criação de empregos formais no setor industrial.

Nesse sentido, a retomada do desenvolvimento industrial e tecnológico – agora com base nos avanços da tecnologia de informação e comunicação da 3ª Revolução Industrial –, bem como do reforço das cadeias industriais, representaria um caminho para a diminuição das desigualdades sociais no país. Ao final de 2010, o peso do setor de serviços ainda era expressivo para o crescimento econômico, ou seja, entre 1980 e 2010 houve um processo de estagnação do setor industrial e por vezes de desindustrialização no país. Este desafio pode ser enfrentado ao tomar como estímulo os recursos e investimentos do Pré-Sal, a partir de seus efeitos encadeados em outros setores – como o de máquinas e equipamentos para a exploração dos recursos – bem como do aumento das exportações dos produtos derivados deste setor. Além disso, não se podem ignorar os estímulos para a reindustrialização provenientes do agronegócio, uma fonte de recursos frutífera no país e que poderia ser direcionada para o desenvolvimento industrial. Em termos de distribuição e de custos, o investimento no transporte ferroviário poderia também favorecer a industrialização, ao permitir maior integração do país.

Dado o cenário globalizado e de crescente importância da valorização financeira, a maior participação do Estado na formação e coordenação de um projeto de investimento e desenvolvimento industrial e tecnológico, e seu papel no investimento em infraestrutura poderiam atuar em sentido contrário à tendência de desindustrialização do país e de dependência excessiva do mercado externo. Para isso, o regime macroeconômico teria de se orientar em busca do estímulo à expansão do mercado interno e de provêr as condições nas contas externas adequadas para o crescimento industrial. A começar pela taxa de câmbio, que passou a ser crescentemente determinada pelo movimento de capitais na economia, e que deveria ser administrada para evitar flutuações bruscas no sentido de valorização¹⁴⁶.

Nos anos 1990, a combinação de valorização cambial e altos juros usada no programa de estabilização monetária acabaram por estimular a especulação financeira e prejudicar o desenvolvimento da indústria nacional. O regime macroeconômico manteve-se no governo Lula, com a atuação de uma política monetária conservadora. E como visto, não há política industrial que se sustente com um regime macroeconômico conservador, calcado nos compromissos inflexíveis de controle inflacionário. Além

¹⁴⁶ Para uma análise de maior profundidade na formação da taxa de câmbio no Brasil, ver Rossi (2012).

disso, coloca-se fundamental também que a reindustrialização brasileira se apoie em um sistema interno de financiamento de longo prazo para o investimento – principalmente diante do papel assumido pelo Brasil como receptor de capitais externos voláteis, e diante de uma globalização financeira que acaba por gerar grandes instabilidades nesses movimentos de capitais. Este fato representa um desafio para o país, aliado também a necessidade de estímulos para a inovação tecnológica interna – necessidades que não foram preenchidas, mesmo com a consolidação da industrialização no período desenvolvimentista brasileiro.

Com o crescimento guiado pela recuperação industrial, se esperaria então uma valorização do trabalho no Brasil, com elevação da distribuição funcional da renda gerada em prol dos trabalhadores. O Estado poderia aumentar sua participação na regulação do trabalho de forma a aumentar os direitos trabalhistas e diminuir a precarização das condições de trabalho. Esse fato afetaria positivamente a organização dos movimentos sindicais, bem como diminuiria as imensas incertezas dos trabalhadores das camadas mais baixas da sociedade, dado a grande oferta de mão de obra e rotatividade dos postos ocupacionais brasileiros.

Como visto entre os anos 1950 e 1980, o crescimento econômico é condição fundamental e básica, porém não suficiente, para que se diminuam as desigualdades sociais expressivas no país. Desse modo, aliado ao crescimento industrial, é essencial que se universalize a oferta de serviços públicos de qualidade para a sociedade. Historicamente, os direitos sociais no país se calcaram no posto de trabalho atingido. Porém, diante dos monopólios estabelecidos de ascensão a melhores empregos, favorecidos pelo excesso de oferta de mão de obra no país, a atenção do Estado na provisão de serviços públicos de qualidade permitiriam maiores possibilidades de ascensão social para o indivíduo e seus familiares, bem como um melhor padrão de vida aos que não ascendessem às camadas superiores.

Uma das possibilidades para o aumento dos gastos sociais do Estado viria de uma reforma tributária de cunho progressivo. O regime de impostos hoje penaliza a massa social de menor renda, ao apresentar um maior peso dos impostos gerais e menor no imposto sobre a renda. Como os tributos representam a forma de financiamento do Estado para a aplicação do gasto social, essa medida se faz de suma importância pois, por um lado, permitiria uma maior fonte de recursos para o setor público e, por outro,

aliviaria o ônus relativamente maior para as famílias de menor renda. É importante ressaltar também que as necessidades de cumprimento de superávits primários, um dos componentes do regime macroeconômico adotado, representa uma grande barreira para o aumento dos gastos sociais.

Dentre os serviços públicos necessários para a qualidade de vida da população mais pobre – como a habitação, a saúde, o saneamento básico, a segurança pública, os transportes, etc. – a educação se coloca como nuclear para o desenvolvimento da sociedade, principalmente em relação aos níveis básicos de aprendizado. Ao invés da massificação educacional observada no período do regime militar, ou da universalização do governo Lula sem se preocupar com a qualidade do ensino, é preciso que se alie um acesso universal a uma melhoria da qualidade, com uma maior remuneração para os professores. A construção de um ensino universal que estimulasse o pensamento crítico na sociedade brasileira, de forma mais independente do controle e manipulação de informação que atualmente muito se pratica pela mídia dominante, poderia gerar pontes de interesses entre as diversas camadas sociais – principalmente na baixa classe média e na massa trabalhadora – e uma maior participação política da população, de modo a somar interesses e mecanismos de pressão em prol de um progresso social.

Quanto ao setor rural, foi demonstrado que, em todo o período estudado, houve um descaso com os fatores estruturais geradores de miséria para a maioria da população do campo. A ausência de uma reforma agrária que permitisse uma distribuição mais justa das terras no período de rápido crescimento econômico acabou gerando uma expulsão intensa desta população, que se refletiu em uma urbanização acelerada. A expressiva massa populacional expulsa do ambiente rural se constituiu em um locus de pobreza urbana, e o excesso de mão de obra contribuiu para a conformação de um mercado de trabalho urbano desfarovável aos trabalhadores.

Era necessária uma intervenção do Estado nas estruturas campesinas, de forma a aumentar os direitos do povo rural e permitir sua sustentação e reprodução em seu próprio ambiente. Isto, por ser um fator central, poderia ter representado a criação de uma sociedade menos desigual tanto no campo quanto nas cidades. Mesmo com a redução expressiva da população rural, na primeira década de 2000 as situações de maior miséria ainda se encontravam neste setor. Deste modo, como denotado no trabalho, a questão da concentração fundiária e do acesso aos serviços básicos ainda

deve ser tratada pelo Estado, com uma reforma agrária que favoreça a agricultura familiar e o acesso a um melhor padrão de vida para os que dependem desta atividade.

Por fim, para que esses movimentos ocorram, é imprescindível uma participação mais ativa das camadas populares nas decisões políticas. A massa trabalhadora e a baixa classe média, por sua expressão na estrutura social como um todo, compõe também o núcleo para uma mudança na sociedade. É preciso que se construam pontes entre os interesses deste núcleo – heterogêneos e por vezes conflituosos – de modo a somar forças em busca das transformações necessárias para a melhoria das condições de vida deste grupo e da estrutura da sociedade brasileira¹⁴⁷.

A ideia que se constrói desta conclusão é que a desigualdade social no Brasil, em seu sentido amplo, é antes de tudo uma questão política, derivada do arranjo de forças que se constituiu no país. É portanto face de uma sociedade conservadora, em que predomina, historicamente, os interesses privados, em uma conformação de forças que acaba por excluir as classes subalternas¹⁴⁸. Por fim, tendo em vista o que foi considerado nesta breve conclusão, a combinação de uma reestruturação do Estado, para a construção de um verdadeiro projeto de nação brasileira, em seu sentido econômico e social; de uma maior coesão social, para que o núcleo de transformação brasileiro possa unir forças em busca de uma participação ativa nas decisões políticas; e de um controle social dos interesses do poder econômico vigente no país representam caminhos e desafios essenciais para a diminuição da barreira estrutural que separa a maioria populacional em grandes dificuldades do excessivo e abusivo padrão de vida da elite brasileira.

¹⁴⁷ Ver Quadros (2010).

¹⁴⁸ Ver Oliveira e Henrique (2010).

Referências Bibliográficas

ANTUNES, D.J.N. *Capitalismo e desigualdade*. 2011. 258 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ARRUDA, M.do N. *A embalagem do sistema*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.

BACHA, E.L. O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 5-17, 1994.

BALTAR, P.E.A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, p. 75-111, jun., 1996.

_____. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade – o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

_____. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M. (ed.) *Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro*. IPEA, 2014.

_____; HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: OLIVEIRA, C.A.B. et al. (Org.) *O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____ et al. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C.A.B., MATTOSO, J.E.L. (Org.) *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

_____ et. al. Trabalho, no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers*, Berlim, n. 9, mai., 2010.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. A inflexão no Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: Sader, E. & Garcia, M. A. (orgs) *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

BELIK, W. Política agrícola e política agrária. *Reforma Agrária*, v. 16, n. 2, p. 68-73, ago./nov. 1986.

_____ et al. O emprego rural nos anos 90. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. (Org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade – o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

BELLUZZO, L.G. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. 3ª ed. Campinas: Coleção 30 anos de Economia – UNICAMP, 1998.

_____. O caminho para a reindustrialização. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, p. 3-4, mai., 2012.

_____; ALMEIDA, J.G. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____ ; CARNEIRO, R. O paradoxo da credibilidade. *Política Econômica em Foco*, Campinas, n. 2, p. 1-10, set./dez., 2003.

_____ ; COUTINHO, L.G. Política econômica, inflexões e crise: 1974-1981. In: Belluzzo, L. G., Coutinho, R. (Org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Ed. Brasiliense, v. 1, 1982.

_____ ; _____. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 7, p. 129-154, dez., 1996.

CAMPOS, A. et al. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, v. 3, 2004.

CANO, W. Agricultura e urbanização. *Reforma Agrária*, v. 12, n. 1, abr./jul. 1986.

_____. (a) *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: Coleção 30 anos de Economia – UNICAMP. 1998.

_____. (b) *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995*. 2ª ed. Campinas: Coleção 30 anos de Economia – UNICAMP. 1998.

_____ ; SILVA, A.L.G. Política industrial do governo Lula. *Campinas: Unicamp. Instituto de Economia*, jul., 2010. (Textos para Discussão n. 181). Disponível em: www.eco.unicamp.br

CARDOSO DE MELLO, J.M. Consequências do neoliberalismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, p. 59-67, ago., 1992.

_____. *O capitalismo tardio*. 11ª ed. Campinas: Unesp, 2009.

_____. *O significado da “Revolução de 1964”*. Campinas, s.d. (Mimeo.).

_____ ; BELLUZZO, L.G. Reflexões sobre a crise atual. In: Belluzzo, L. G.; Coutinho, R. (Org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Ed. Brasiliense, v. 1, 1982.

_____ ; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2ª ed. Campinas: Unesp, 2009.

CARNEIRO, R. *Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80*. 1991. 251 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 2, p. 145-169, ago., 1993.

_____. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

CASTRO, A.B.; SOUZA, F.E. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CEPAL. Las transformaciones de la estructura socio ocupacional de Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los años ochenta. In: *Transformación Ocupacional y Crisis Social en América Latina*. Santiago de Chile: Cepal, 1989.

CRUZ, P.D. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs.), *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Ed. Brasiliense, v. 2, 1982.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DEDECCA, C.S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. (Org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade – o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

_____. Desigualdade, mas de qual falamos? *Campinas: Unicamp. Instituto de Economia*, jun., 2009. (Textos para Discussão n. 168). Disponível em: www.eco.unicamp.br

_____. A redução da desigualdade e seus desafios. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M. (ed.) *Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro*. IPEA, 2014.

DELGADO, G; CARDOSO JÚNIOR, J.C. *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.

DIÉGUES JR, M. *População e propriedade de terra no Brasil*. Washington D. C.: União Pan Americana. Secretaria Geral, Organização dos Estados Americanos, 1959.

DURHAN, E. *A caminho da cidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 183-238, jun., 1997.

_____. A política social no Governo Lula (2003 – 2010): perspectiva histórica. *Campinas: Unicamp. Instituto de Economia*, jun., 2011. (Textos para Discussão n. 192). Disponível em: www.eco.unicamp.br

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympo, 1978.

FONSECA, A., FAGNANI, E. (Org.) *Políticas Sociais, Desenvolvimento e Cidadania: economia, distribuição de renda e mercado de trabalho*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, v. 2, 2013 (Intro.).

FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

GIMENEZ, D. M. A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil. 2007. 293 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. Evolução do emprego rural na década de oitenta. In: OLIVEIRA, C.A.B. et al. (Org.) *O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37 – 50, set/dez. 2001.

_____ et al. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 4, p. 21-56, out/dez. 1983.

HAMBURGUER, E. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: Novais, F. (Coord, geral) *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 2010.

HELLER, L. Saneamento básico: a dívida social crônica e persistente. In: FONSECA, A., FAGNANI, E. (Org.) *Políticas Sociais, Desenvolvimento e Cidadania: economia, distribuição de renda e mercado de trabalho*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, v. 2, 2013.

HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem: Um estudo sobre desigualdade no Brasil*. 1999. 193 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999.

HUTCHINSON, B. *Mobilidade e trabalho: um estudo da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

IPEA. A década inclusiva (2001 – 2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do Ipea*, n. 155, set., 2012.

KAGEYAMA, A. (a). *Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional*. 1986. 168 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

_____. (b). A pobreza rural: excesso de trabalho e insuficiência de renda. *Reforma Agrária*, v. 16, n. 2, p. 68-73, ago./nov. 1986.

KREIN, J.D. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. (Org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade – o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

_____ et al. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. *Campinas: Unicamp. Instituto de Economia*, fev., 2012. (Textos para Discussão n. 201). Disponível em: www.eco.unicamp.br

LAPLANE, M.; SARTI, F. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 143-181, jun., 1997.

LAURENTI, A.C. A terceirização dos trabalhos agrários e o novo rural. In: IAPAR, PROCODER (Org.) *ORNAS – ocupações rurais não agrícolas*. LONDRINA: IAPAR, 2000.

LEONE, E.T. *Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80*. 1994. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. Empobrecimento da população e inserção da mulher no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo na década de 1980. In: OLIVEIRA, C.A.B., MATTOSO, J.E.L. (Org.) *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

LESSA, C. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

_____. Visão crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento. *Revista Tibirica*, n.6, p. 47-72, jan./mar. 1977.

_____. Crise política e econômica: o resultado da falta de um projeto nacional. [16/03/2015]. IHU On-line. Entrevista concedida a Rose Brasil. Disponível em: www.ihu.unisinos.br.

LOPREATO, F. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M. (ed.) *Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro*. IPEA, 2014.

_____. DEDECCA, C.S. Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho. *Campinas: Unicamp. Instituto de Economia*, dez., 2013. (Textos para Discussão n. 225). Disponível em: www.eco.unicamp.br

MARTINS, J de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: Novais, F. (Coord., geral) *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 2010.

MATTOSO, J. *O Brasil Desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 1990*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999.

MEDEIROS, C.A.B. *Padrões de industrialização e ajuste estrutural: um estudo comparativo dos regimes salariais em capitalismo tardios*. 1992. 640 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992.

_____. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M.C., FIORI, J.L. (orgs.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MILLS, C.W. *A nova classe média*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MORETTO et al. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. (Org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade – o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, C.A.B. Contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C.A.B. et al. (Org.) *O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Formação do mercado de trabalho do Brasil. In: Oliveira C. A. (Org.) *Economia e Trabalho*. Campinas: Coleção 30 anos de Economia – Unicamp, 1998.

_____; HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. *Carta Social e do Trabalho*, CESIT/Unicamp, Campinas, n. 11, jul./set., 2010.

PRATES, D.M.; FREITAS, M.P. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 17, p. 81-111, dez., 2001.

POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

_____. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em Debate; v. 2).

QUADROS, W. *O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média*. 1991. 230 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1991.

_____. *Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa*. 2003. 146 f. Tese (Livre Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003a.

_____. A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. (Org.) *Trabalho, Mercado e Sociedade – o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003b.

_____. A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas. *Campinas: Unicamp. Instituto de Economia*, nov., 2008. (Textos para Discussão n. 147). Disponível em: www.eco.unicamp.br

_____. Melhorias sociais no período 2004 a 2008. *Campinas: Unicamp. Instituto de Economia*, jun., 2010. (Textos para Discussão n. 176). Disponível em: www.eco.unicamp.br

_____. Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social. *Campinas: Unicamp. Instituto de Economia*, jun., 2011. (Textos para Discussão n. 189). Disponível em: www.eco.unicamp.br

_____. Progresso recente do Brasil se aproxima de uma encruzilhada. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, p. 14-15, mai., 2012.

_____. et. al. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In: BARTELT, D. (Org.) *A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.

REGO, J. M. (Org.) *Inflação e hiperinflação: interpretações e retórica*. São Paulo: Biental, 1990.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos?. Rio de Janeiro: set. 2004.

ROMANO et. al. Agricultura familiar e reforma agrária na superação da pobreza e na construção de um novo projeto de desenvolvimento rural. In: FONSECA, A., FAGNANI, E. (Org.) *Políticas Sociais, Desenvolvimento e Cidadania: economia, distribuição de renda e mercado de trabalho*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, v. 1, 2013.

ROSSI, P. Taxa de câmbio no Brasil: dinâmicas da especulação e da arbitragem. 2012. 189 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SABÓIA, J.L.M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980 -1983. *Revista de Economia Política*. v. 6, n. 3, jul.-set., 1986.

SAWYER, D.R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 1, n ½, p. 3-34, jan./dez. 1984.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: Belluzzo, L. G., Coutinho, R. (Org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Ed. Brasiliense, v. 1, 1982.

SOUZA, P.R. *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. 1980. 190 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1980.

TAVARES, M.C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Coleção 30 anos de Economia – UNICAMP. 3ª ed, 1998.

VELLOSO, J.P. A fantasia política: a nova alternativa de interpretação do II PND. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 2, p. 133-144, abr/jun. 1998.

VIANA, A.L. et. al. O sistema de saúde brasileiro: dilemas atuais. In: FONSECA, A., FAGNANI, E. (Org.) *Políticas Sociais, Desenvolvimento e Cidadania: economia, distribuição de renda e mercado de trabalho*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, v. 2, 2013.

WALTENBERG, F. Igualdade de oportunidades educacionais no Brasil: quão distantes estamos e como alcança-las? In: FONSECA, A., FAGNANI, E. (Org.) *Políticas Sociais, Desenvolvimento e Cidadania: economia, distribuição de renda e mercado de trabalho*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, v. 2, 2013.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil.
In: Novais, F. (Coord, geral) *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo:
Companhia das Letras, v. 4, 2010.